

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**A mulher e o território: a produção desigual do espaço urbano e seu
entrelaçamento com desigualdades interseccionais nas experiências
cotidianas em Nova Viçosa, Viçosa (MG)**

Anna Cândida Valentim Santana Teles
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2026**

ANNA CÂNDIDA VALENTIM SANTANA TELES

A mulher e o território: a produção desigual do espaço urbano e seu entrelaçamento com desigualdades interseccionais nas experiências cotidianas em Nova Viçosa, Viçosa (MG)

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Marília Solfa

Coorientadora: Dayana Debossan Coelho

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

T269m
2026

Teles, Anna Cândida Valentim Santana, 2000-

A mulher e o território: a produção desigual do espaço urbano e seu entrelaçamento com desigualdades interseccionais nas experiências cotidianas em Nova Viçosa, Viçosa (MG) / Anna Cândida Valentim Santana Teles. – Viçosa, MG, 2026.

1 dissertação eletrônica (182 f.): il. (algumas color.).

Orientador: Marília Solfa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2026.

Inclui bibliografia.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2026.154>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Mulheres - Condições sociais. 2. Espaços públicos - Nova Viçosa (Viçosa, MG). 3. Interseccionalidade (Sociologia). I. Solfa, Marília, 1983-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD 22. ed. 307.76098151

ANNA CÂNDIDA VALENTIM SANTANA TELES

A mulher e o território: a produção desigual do espaço urbano e seu entrelaçamento com desigualdades interseccionais nas experiências cotidianas em Nova Viçosa, Viçosa (MG)

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 24 de fevereiro de 2026.

Assentimento:

Anna Cândida Valentim Santana Teles
Autora

Marília Solfa
Orientadora

Essa dissertação foi assinada digitalmente pela autora em 18/06/2026 às 19:35:41 e pela orientadora em 18/06/2026 às 19:45:17. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **764N.4XK2.T5S3** e clique no botão 'Validar documento'.

Aos meus pais, que, por gostarem tanto de mim, continuaram me amando, mesmo quando ousei ser inteira.

AGRADECIMENTOS

NÃO HOUVE APOIO. Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

“Eu sempre sonhei em ser professora, compartilhar conhecimento e inspirar vidas, mas a vida seguiu outro caminho. O que me consola é ver esse sonho não realizado ganhar vida na minha filha. Hoje, ela segue os passos que eu um dia desejei, e isso me enche de orgulho e gratidão. É como se, de alguma forma, eu estivesse realizando esse sonho através dela.” - Trecho escrito por minha mãe.

“Sempre sonhei com oportunidades que a vida não me permitiu ter, mas encontrei na minha filha uma motivação ainda maior. Hoje, enquanto eu não pude seguir os estudos como queria, ela está trilhando um caminho brilhante, em uma universidade federal! Ver a dedicação e o brilho dela me enche de orgulho e me faz sentir que, de certa forma, estou estudando junto. A educação é um legado, e é um privilégio viver isso com ela. ” - Trecho escrito por meu pai.

RESUMO

TELES, Anna Cândida Valentim Santana, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2026. **A mulher e o território: a produção desigual do espaço urbano e seu entrelaçamento com desigualdades interseccionais nas experiências cotidianas em Nova Viçosa, Viçosa (MG)**. Orientadora: Marília Solfa. Coorientadora: Dayana Debossan Coelho.

A pesquisa analisa como as desigualdades urbanas e as desigualdades interseccionais se entrelaçam no bairro de Nova Viçosa, em Viçosa (MG), tomando as experiências cotidianas das mulheres como eixo central da investigação. O estudo parte do reconhecimento de que o espaço urbano é socialmente produzido e apropriado de forma desigual, refletindo hierarquias de poder que se manifestam de maneira mais intensa sobre mulheres negras, periféricas e de baixa renda. Assim, o objetivo central é compreender de que modo as dimensões de gênero, raça e classe se articulam na produção e reprodução das desigualdades urbanas, evidenciando suas implicações nas vivências cotidianas dessas mulheres. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, estruturada em três eixos: pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A fundamentação teórica apoia-se em autoras do feminismo negro e da interseccionalidade, articuladas a estudos críticos sobre urbanização e desigualdade socioespaciais. A pesquisa de campo foi realizada por meio de observação sistemática e entrevistas semiestruturadas com moradoras do bairro, buscando apreender narrativas e práticas cotidianas a partir de uma perspectiva situada. A justificativa do trabalho repousa na lacuna identificada nas produções acadêmicas sobre o bairro, que, embora abordem a segregação socioespacial, pouco consideram as dimensões de gênero e raça. Ao dar centralidade às mulheres, sobretudo às mulheres negras, como produtoras de conhecimento e protagonistas de suas próprias histórias, o estudo propõe um deslocamento epistemológico que amplia a compreensão das dinâmicas urbanas e desafia a neutralidade dos discursos tradicionais sobre cidade e planejamento. Os resultados apontam que a interseccionalidade constitui uma ferramenta analítica potente para revelar desigualdades ocultas e evidenciar as articulações entre território, corpo e poder, contribuindo, assim, para a construção de um pensamento urbanístico mais crítico, democrático e comprometido com a justiça social.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Produção do espaço; Desigualdades socioespaciais.

ABSTRACT

TELES, Anna Cândida Valentim Santana, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2026. **Women and Territory: the Unequal Production of Urban Space and Its Intertwining with Intersectional Inequalities in Everyday Experiences in Nova Viçosa, Viçosa (MG).** Adviser: Marília Solfa. Co-adviser: Dayana Debossan Coelho.

This research analyzes how urban and intersectional inequalities intertwine in the neighborhood of Nova Viçosa, in Viçosa (MG), taking women's everyday experiences as the central axis of investigation. The study is based on the recognition that urban space is socially produced and unequally appropriated, reflecting power hierarchies that manifest more intensely upon Black, peripheral, and low-income women. The main objective is to understand how gender, race, and class dimensions articulate in the production and reproduction of urban inequalities, revealing their implications for women's everyday lives. Methodologically, the study adopts a qualitative approach, exploratory and descriptive in nature, structured around three axes: bibliographic, documentary, and field research. The theoretical framework draws on Black feminist and intersectionality scholars, articulated with critical studies on urbanization and socio-spatial inequality. Fieldwork was conducted through systematic observation and semi-structured interviews with women residents, seeking to capture narratives and everyday practices from a situated perspective. The research is justified by a gap identified in academic studies on the urbanization processes of the city of Viçosa, which, although addressing socio-spatial segregation, rarely considers gender and race as analytical categories. By centering women, particularly Black women, as knowledge producers and protagonists of their own stories, this study proposes an epistemological shift that broadens the understanding of urban dynamics and challenges the supposed neutrality of traditional discourses on the city and planning. The results indicate that intersectionality constitutes a powerful analytical tool to reveal hidden inequalities and to expose the articulations between territory, body, and power, contributing to the construction of a more critical, democratic, and socially committed urban thought.

Keywords: Intersectionality; Everyday experience; Production of space; Socio-spatial inequalities.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.2 Metodologia.....	13
1.2.1 Pesquisa Arts-Based, Escrivência e Pedagogia Das Encruzilhadas.....	17
1.3 Estrutura Da Dissertação.....	19
CAPÍTULO 1. A MINHA VOZ AINDA ECOA VERSOS PERPLEXOS COM RIMAS DE SANGUE E FOME: TERRITÓRIO E CIDADANIA EM DISPUTA.....	24
1.2 Bases Teóricas norteadoras da pesquisa.....	31
1.3.. Breves reflexões sobre a interseccionalidade na análise do espaço urbano.....	35
CAPÍTULO 2. DA DESTERRITORIALIZAÇÃO INDÍGENA À PRODUÇÃO DA PERIFERIA URBANA EM VIÇOSA.....	37
2.2 Um pai que sonhava ser pai, mas não suportava a proximidade: A psicanálise em diálogo com o urbanismo.....	56
2.3 Urbanização de Nova Viçosa: Desigualdades e contradições ao longo do tempo.....	63
CAPÍTULO 3. ENTRE O QUE FOI DITO E O QUE FOI SILENCIADO: GÊNERO E RAÇA EM NOVA VIÇOSA.....	80
3.1 A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo: A formação do bairro sob a perspectiva de gênero.....	84
3.2 A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio: O lugar do negro e do branco em Viçosa e Nova Viçosa.....	92
3.3 Nós estamos aqui: Distribuição racial em Viçosa e Nova Viçosa.....	98
CAPÍTULO 4. DESAFIOS E TENSÕES DA PESQUISA DE CAMPO.....	104
4.1 Primeiras aproximações com as interlocutoras.....	106
4.1.1 Incorporação da técnica de foto-eliciação.....	107
4.2 “Foram me chamar. Eu estou aqui, o que é que há?”: A Primeira Maria.....	108
4.2.1 “Apesar de todo desamor que nos cerca, nada tem sido capaz de bloquear nosso desejo pelo amor”: Entre sororidade e dororidade.....	112
4.3 Alguém me avisou pra pisar nesse chão devagarinho: As visitas em Nova Viçosa.....	115
4.4.1 De volta a condução das entrevistas.....	123
CAPÍTULO 5. AS MARIAS DE NOVA VIÇOSA: QUEM SÃO, ONDE ESTÃO, O QUE CONTAM SEUS LUGARES.....	128
5.1 A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias: Divisão sexual e racial do trabalho.....	131
5.2 Transporte coletivo, Tempo e Desigualdade Urbana.....	140
5.2.1 Mobilidade urbana e estratégias de sobrevivência: A partir do caso de Maria Quipá..	146
5.3 Algumas reflexões sobre estigma territorial articulando ao caso de Nova Viçosa.....	149
5.4. A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes recolhe em si as vozes mudas caladas	

engasgadas nas gargantas: Desigualdade educacional e sua dimensão territorial.....	152
5.5 Quem tem o ‘privilegio’ da servidão e da morte? Reflexões sobre o acesso à saúde na pandemia e no cenário pós-pandêmico.....	158
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: NA VOZ DE MINHA FILHA SE FARÁ OUVIR A RESSONÂNCIA. O ECO DA VIDA-LIBERDADE.....	165

Como um **cuidado** para quem, por curiosidade ou inquietação, acessar esta pesquisa, gostaria de começar dizendo que os argumentos aqui apresentados não alcançarão todas as pessoas da mesma maneira, nem provocarão idênticas inquietações. É justamente nessa assimetria de ressonâncias que se inscreve uma questão fundamental: por que determinadas formulações nos interpelam profundamente, enquanto outras permanecem distantes ou indiferentes?

O exercício do diálogo crítico exige reconhecer que toda fala parte de uma posição situada, atravessada por trajetórias, marcas sociais e experiências específicas. A leitura deste trabalho, portanto, não é um exercício neutro. Ela é atravessada pelas trajetórias, experiências, expectativas e posicionamentos de quem lê, de quem fala, de quem ouve e de quem escreve. O significado que aqui se constrói não está contido apenas no texto, mas também no encontro entre estas palavras e os repertórios e histórias de vida de quem se aproxima desta leitura.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como as desigualdades urbanas e as desigualdades interseccionais se entrelaçam no bairro de Nova Viçosa, investigando, a partir desse contexto, os impactos e as experiências específicas vivenciadas pelas mulheres moradoras, considerando a forma como as dimensões de gênero, raça e classe social se associam à (re)produção das desigualdades.

Busca-se também examinar de que maneira as dinâmicas de produção das cidades, como reflexo de poderes hegemônicos, intensificam opressões e desigualdades existentes, especialmente na vida cotidiana das mulheres negras residentes no bairro. Paralelamente, pretende-se investigar as experiências cotidianas dessas mulheres, com foco nas manifestações de discriminação social e segregação espacial, evidenciando como essas práticas se materializam no uso e na apropriação do espaço urbano.

A pesquisa também se propõe a mapear os espaços de sociabilidade e o acesso a equipamentos públicos e infraestrutura urbana, destacando estigmas e barreiras físicas e sociais que limitam atividades cotidianas, o acesso a direitos e oportunidades, e a plena participação das mulheres na vida urbana.

Busca-se, ainda, comparar as condições enfrentadas por mulheres que habitavam o bairro no momento de sua formação (1978) com as condições enfrentadas por moradoras atuais (2024-2026), identificando conquistas obtidas ao longo de quase cinco décadas de existência e desenvolvimento desse território, apontando também para os desafios que ainda persistem.

1.2 Metodologia

Para atender aos objetivos propostos e, sobretudo, para encontrar ferramentas capazes de captar a complexidade das experiências vividas pelas mulheres de Nova Viçosa, optou-se pela adoção de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Assim, a metodologia da pesquisa foi estruturada a partir de três grandes frentes: (1) pesquisa bibliográfica, (2) pesquisa documental e (3) pesquisa de campo.

A **Pesquisa Bibliográfica** reuniu referências teóricas de dois grandes campos de discussão: o das teorias feministas e o do planejamento urbano e das dinâmicas socioespaciais. No primeiro eixo, foram mobilizadas autoras centrais do feminismo negro e da interseccionalidade, tais como Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, Angela Davis, bell hooks¹ e Silvia Federici.

No contexto brasileiro, destacam-se as contribuições de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, cujas reflexões aprofundam a compreensão das relações entre gênero, raça e classe na formação social e urbana do país. No segundo eixo, vinculado ao campo do planejamento urbano e das desigualdades socioespaciais, a pesquisa dialoga com autoras e autores como Ermínia Maricato, Raquel Rolnik e Flávio Villaça, que analisam criticamente os processos de urbanização e segregação nas cidades brasileiras.

Como ponto de convergência entre esses dois campos, o dos estudos urbanos e o dos estudos feministas, destaca-se o pensamento de Joice Berth cuja obra busca articular gênero, raça e produção do espaço urbano brasileiro. Além dessas referências, foram incorporadas contribuições oriundas de artigos, dissertações e teses de pesquisadores que transitam entre esses dois eixos, ou que exploram diretamente suas intersecções.

A **Pesquisa Documental** teve como base o levantamento de dados secundários provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do *Retrato Social de Viçosa* (2014) e de produções acadêmicas disponíveis em repositórios institucionais, como o Locus/UFV, a BDTD e a SciELO. Esses documentos possibilitaram uma contextualização histórica, demográfica e socioeconômica da cidade de Viçosa e do bairro de Nova Viçosa, servindo como suporte empírico e comparativo para a análise.

A **Pesquisa De Campo** foi estruturada a partir de incursões fundamentadas na observação sistemática, entendida, conforme Lakatos e Marconi (2003), como um processo orientado por critérios e instrumentos previamente definidos, mas suficientemente flexível para se adaptar às especificidades do contexto observado. Essa etapa foi desenvolvida em duas frentes complementares: (1) visitas ao bairro e (2) entrevistas com moradoras.

¹ Opta-se, neste trabalho, por grafar o nome da autora *bell hooks* integralmente em letras minúsculas, em conformidade com sua escolha política e estética, por meio da qual a autora questiona as convenções tradicionais de autoria e desloca o foco do nome próprio para as ideias produzidas em sua obra.

Nas visitas ao bairro, optou-se pela observação não participante, na qual a pesquisadora estabelece contato com a comunidade sem integrar-se ativamente ao grupo, mantendo uma presença atenta, implicada e reflexiva, mas sem envolvimento direto nos acontecimentos, condição que favorece a análise crítica e o distanciamento necessário à interpretação. Durante essas visitas, foram realizados registros fotográficos e anotações de campo, que contribuíram para uma compreensão visual e sensível do território.

As entrevistas tiveram como ponto central as mulheres residentes em Nova Viçosa, consideradas protagonistas capazes de guiar a investigação e de oferecer perspectivas vivenciais e conhecimentos situados, permitindo compreender de forma aprofundada as interseções entre gênero, raça, classe e espaço urbano. Ao reproduzir as falas das moradoras na pesquisa, optou-se pelo recuo de citação, mantendo a formatação do texto corrente como forma de integrá-las ao corpo da dissertação.

Essa etapa metodológica se subdividiu em dois momentos complementares:

A) Entrevistas (Primárias) Semiestruturadas E Não Dirigidas: realizadas durante a pesquisa de campo, utilizando um roteiro com tópicos relacionados ao problema de pesquisa, mas garantindo às participantes liberdade para aprofundar questões, expressar opiniões e explorar motivos à medida que surgiam durante a conversa. Em alguns momentos, novas perguntas foram elaboradas ou o roteiro foi flexibilizado, permitindo que as entrevistadas conduzissem o diálogo.

As participantes foram selecionadas por meio da técnica de bola de neve. Entre elas, duas relataram experiências de suas mães, cujos relatos também foram incorporados à análise, devido à riqueza e profundidade das narrativas, que não poderiam ser negligenciadas.

Para preservar a identidade dessas interlocutoras e, ao mesmo tempo, ressignificar seus relatos no campo da memória coletiva, optei por chamá-las de “Maria”, em referência à canção de Milton Nascimento, que exalta a luta, a dor e a potência da mulher negra. Além desse simbolismo, a escolha também é uma homenagem às três Marias da minha vida: minha mãe e minhas avós, mulheres cuja força e trajetória marcaram minha própria construção enquanto pesquisadora.

Assim, Maria não é uma, são muitas; cada uma carrega consigo o som, a cor, o suor e a força de todas as outras. Quando há menção a mais de uma moradora, utilizam-se sobrenomes inspirados em cactos — Maria Mandacaru, Maria Castelo, entre outros —, símbolos de resistência e adaptação que florescem apesar da escassez.

B) Entrevistas Secundárias: compilação de relatos das mulheres registrados em pesquisas anteriores, especialmente entrevistas com as primeiras moradoras do bairro. Os nomes das moradoras pioneiras do bairro foram divulgados por constarem na pesquisa de Pablo Campos Coutinho (2014), *Nova Viçosa: Foi a Gente Quem Fez*, um Trabalho de Conclusão de Curso realizado na Comunicação Social que produziu uma série de entrevistas com moradores pioneiros e que constituiu a principal fonte de contato com esses relatos.

As **Representações Cartográficas**, os mapas que compõem o Capítulo 5 articulam diferentes abordagens cartográficas, de acordo com a natureza dos dados e dos objetivos de representação. Os mapas de deslocamentos cotidianos foram elaborados a partir da Cartografia Participativa, na qual a própria comunidade participa da produção dos mapas, validando percepções e experiências e destacando trajetos, pontos de referência e usos do espaço urbano.

Por outro lado, os mapas sobre níveis de precariedade em Nova Viçosa combinam Geovisualização ou Georreferenciamento Qualitativo com Cartografia Social, permitindo transformar dados socioespaciais, tanto quantitativos quanto qualitativos, em representações visuais que dão visibilidade à percepção social do espaço e às experiências vividas pelos moradores. Outros mapas, como os raciais, de evolução urbana e o mapa das linhas de ônibus, foram produzidos a partir da Geovisualização ou Georreferenciamento Qualitativo, transformando dados socioespaciais em mapas, gráficos e outras representações espaciais, possibilitando análises mais detalhadas sobre segregação, infraestrutura urbana e acessibilidade.

Nas representações gráficas atribuídas a “Teles e Lima, 2025”, Teles corresponde à pesquisadora responsável pela dissertação, enquanto Lima refere-se à pesquisadora de iniciação científica, Thais Pereira Coutinho de Lima, responsável pela elaboração das representações visuais. Durante o segundo ano do desenvolvimento desta dissertação, Lima

atuou em etapas metodológicas conjuntas, incluindo coleta de dados primários (sob responsabilidade de Teles) e elaboração de mapas e tabelas. Nos mapas baseados em dados secundários, a autoria da coleta é de Lima, seguindo demandas estabelecidas por Teles; nos mapas de dados primários, a coleta é de Teles, e a representação visual, de Lima. Esta forma de atribuição busca evitar equívocos quanto ao uso das representações como referência bibliográfica

1.2.1 Pesquisa Arts-Based, Escrivivência e Pedagogia Das Encruzilhadas

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa baseada em Arte (Arts-Based Research – ABR), que utiliza processos e linguagens artísticas, visuais, performáticas e literárias, como instrumentos para explorar, compreender e comunicar experiências humanas e subjetividades. Nessa perspectiva, a atenção recai não apenas sobre o conteúdo, mas também sobre a forma e a linguagem dos textos.

Além da dimensão textual, a pesquisa incorpora elementos visuais e gráficos, tais como fundos de página coloridos, espaçamentos diferenciados, títulos inspirados em músicas ou trechos de poemas, como forma de potencializar a experiência sensorial e reflexiva do leitor. Essa estratégia busca tornar a investigação mais imersiva, sensível e acessível, assumindo uma licença poética que permite à pesquisa transcender os limites da escrita acadêmica tradicional.

Ao conduzir esta pesquisa, escolho me colocar em primeira pessoa em alguns momentos ao longo da dissertação, não para transformar o trabalho em uma narrativa autobiográfica. Não falo por todas nós, nem posso, nem devo. Trazer minha voz para o texto é, antes, uma decisão política e metodológica, que permite aproximar a escrita das experiências vividas pelas mulheres de Nova Viçosa de maneira situada, sensível e reflexiva.

Essa escolha se ancora no conceito de escrevivência, desenvolvido por Conceição Evaristo, que articula memória, vivência, ancestralidade e escrita como ferramentas de produção de conhecimento e resistência. A escrevivência, como enfatiza Evaristo, não é uma escrita narcísica:

Não é uma escrita de si, que se limita a uma história de um eu sozinho, que se perde na solidão de Narciso. É uma escrita que não se contempla nas águas de Narciso, pois o espelho de Narciso não reflete o nosso rosto. E nem ouvimos o eco de nossa fala, pois Narciso é surdo às nossas vozes. O nosso espelho é o de Oxum e de Iemanjá (Evaristo, 2020, p.38)

Nesse movimento, minha escrita se coloca entre o singular e o coletivo. Pelo abebé de Oxum, alcanço minha subjetividade, recupero minha individualidade e reconheço minha potência enquanto mulher negra. Pelo abebé² de Iemanjá, conecto-me com outras vozes, visibilizando a dimensão coletiva e plural das experiências que estudo. Como Evaristo ressalta:

No abebé de Oxum, nos descobrimos belas, e contemplamos a nossa própria potência. Encontramos o nosso rosto individual, a nossa subjetividade que as culturas colonizadoras tentaram mutilar, mas ainda conseguimos tocar o nosso próprio rosto. E quando recuperamos a nossa individualidade pelo abebé de Oxum, outro nos é oferecido, o de Iemanjá, para que possamos ver as outras imagens para além de nosso rosto individual. Certeza ganhamos que não somos pessoas sozinhas. Vimos rostos próximos e distantes que são os nossos. O abebé de Iemanjá nos revela a nossa potência coletiva, nos conscientiza de que somos capazes de escrever a nossa história de muitas vozes. E que a nossa imagem, o nosso corpo, é potência para acolhimento de nossos outros corpos. (Evaristo, 2020, p.39)

A escrevivência, enquanto metodologia, permite que a escrita se situe entre o vivido e o narrado, articulando memória, análise crítica e poética. Ela autoriza a aproximação da linguagem escrita à oralidade, criando uma narrativa que se mantém sensível e situada, sem esgotar as experiências, mas ampliando e conectando múltiplas vozes. Essa metodologia também constitui um gesto de resistência e de apropriação: se ontem a voz das mulheres negras era controlada, silenciada ou apropriada, hoje a escrita nos pertence. Ela é um espaço de autoafirmação e, simultaneamente, de diálogo com o coletivo, tornando possível capturar dimensões da vida e da memória das mulheres de Nova Viçosa que métodos tradicionais não alcançam.

Assim, minha escrita em primeira pessoa não é apenas uma opção estilística: é uma escolha metodológica e política, que transforma o ato de escrever em um gesto de apreensão do mundo e de resistência. Por meio da escrevivência, consigo produzir conhecimento situado, coletivo e ético, dialogando com interseccionalidades de gênero, raça e espaço urbano, enquanto honro a ancestralidade e a potência criativa das mulheres negras.

² O abebé (ou abebê) é um objeto sagrado, em formato de leque com um espelho central, usado como ferramenta cerimonial pelas orixás femininas Oxum (dourado) e Iemanjá (prateado) no Candomblé e Umbanda. Simboliza a vaidade, poder feminino, beleza, e reflete a luz interior, protegendo e conectando as divindades às suas filhas.

Em alguns momentos ao longo deste trabalho, menciono orixás (Òrìṣà), deuses da tradição iorubá associados a elementos da natureza, como água, fogo, terra e vento, não como referência religiosa ou devocional, mas como ferramenta metodológica e analítica. Os Orixás funcionam como símbolos de mobilidade, transformação e resistência, conectando-se com as histórias de vida das mulheres estudadas e com a produção de sentido que transcende categorias estritamente eurocêntricas.

Sua inserção no texto permite articular ancestralidade, memória e territorialidades de gênero e raça, dialogando com concepções decoloniais de produção de conhecimento. Essa perspectiva dialoga com a Pedagogia das Encruzilhadas, proposta por Luiz Rufino (2019), que entende a educação e a produção de conhecimento como um ato de resistência e transgressão. O autor afirma:

É um ato de estripulia, gargalhada, sopro e pernada que alude à dimensão resiliente e transgressora que é a luta contra o colonialismo. Uma luta em verso/ginga assente nas sapiências da poética do encanto” (Rufino, 2019, p. 173).

Rufino destaca ainda que a racionalidade eurocêntrica das ciências humanas é “humana para os brancos e desumana para os não brancos” (2019, p. 29), operando na produção de não existências, hierarquização de saberes e classificação social. A pedagogia que ele propõe se distancia das estruturas coloniais e valoriza a oralidade, a coletividade e o devir das sabedorias africanas, aproximando-se metodologicamente da lógica da escrivência, que também prioriza experiências situadas, pluralidade de vozes e sentidos compartilhados.

1.3 Estrutura Da Dissertação

Capítulo 1. O primeiro capítulo desta dissertação se apresenta como um lugar de memória, reflexão e posicionamento, inaugurando a perspectiva a partir da experiência situada da pesquisadora enquanto mulher negra. Nele, são exploradas as experiências pessoais de ocupação e circulação no espaço urbano, articuladas com a dimensão coletiva das vivências de mulheres negras em contextos periféricos. O capítulo propõe uma reflexão sobre território e cidadania, mostrando como a cidade e seus espaços públicos historicamente reproduzem desigualdades estruturais atravessadas por gênero, raça e classe. Por meio de dados estatísticos, referências teóricas e experiências cotidianas, evidencia-se a territorialização das desigualdades, destacando a precarização da vida de mulheres negras e a

forma como corpos femininos são frequentemente invisibilizados, controlados ou violados nos espaços urbanos. A narrativa do capítulo se constrói em diálogo com contribuições de pensadoras e pensadores do feminismo negro, como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Joice Berth, Audre Lorde e Patrícia Hill Collins, articulando teoria e experiência vivida.

Além disso, o capítulo introduz a perspectiva da interseccionalidade como ferramenta analítica para compreender o entrelaçamento das opressões e a especificidade das experiências de mulheres negras na cidade. De modo geral, o Capítulo 1 inaugura a pesquisa como uma investigação situada, crítica e sensível, marcada pela experiência da pesquisadora e pelo compromisso com a visibilidade de mulheres negras nos processos de produção e apropriação da cidade. É o espaço de apresentação das perguntas centrais, das inquietações iniciais e do percurso teórico que sustenta toda a dissertação.

Capítulo 2. Na segunda parte, o capítulo se concentra na análise da urbanização de Nova Viçosa, buscando compreender a produção histórica e contemporânea da precariedade no bairro. O enfoque se dá sobre os processos de desigualdade urbana, considerando a distribuição de infraestrutura, a forma de ocupação do território e a fragmentação espacial que caracteriza o bairro. A investigação combina revisões de documentos institucionais, registros históricos e observações de campo, buscando articular diferentes escalas de análise, desde a configuração geral do bairro até a dinâmica interna das ruas. O capítulo também introduz instrumentos metodológicos que permitem sistematizar e representar a heterogeneidade urbana, preparando o terreno para análises posteriores sobre as implicações sociais dessas desigualdades.

Capítulo 3. No terceiro capítulo, a análise se volta para as dimensões de gênero e raça em Nova Viçosa, explorando como essas categorias estruturam experiências urbanas e relações sociais no bairro. Mais do que apresentar resultados, o capítulo busca situar o deslocamento analítico que orienta a pesquisa, mostrando como a interseccionalidade funciona como uma chave interpretativa para compreender narrativas, silêncios e práticas cotidianas. A partir de leituras bibliográficas e da revisão de produções acadêmicas sobre o bairro, o capítulo identifica lacunas significativas na abordagem de gênero e raça, evidenciando que a experiência das mulheres, especialmente negras, tem sido historicamente subrepresentada.

O capítulo se organiza em torno da construção de uma perspectiva que coloca as mulheres como protagonistas na interpretação do espaço urbano, considerando o entrelaçamento entre responsabilidades domésticas, trabalho reprodutivo, condição socioeconômica e desigualdades territoriais. Além disso, busca-se tensionar o passado e o presente, articulando a história local às práticas coloniais e às estruturas raciais que atravessam o território, oferecendo uma leitura que conecta memória, corpo e experiência vivida. Nesse percurso, o capítulo propõe compreender a vida cotidiana das moradoras pioneiras e contemporâneas de Nova Viçosa a partir de uma perspectiva insurgente, interseccional e horizontal, destacando como gênero, raça e classe se entrelaçam na produção das desigualdades urbanas.

Capítulo 4. Neste capítulo, a pesquisa desloca o olhar do estudo histórico e documental do bairro de Nova Viçosa para o cotidiano vivido pelas mulheres que o habitam. Trata-se de uma etapa de aprofundamento metodológico, em que o território passa a ser compreendido não apenas como espaço produzido, mas como espaço experienciado, atravessado por rotinas, trajetórias, memórias e estratégias de sobrevivência.

O capítulo apresenta os principais desafios e tensões enfrentados na condução do trabalho de campo, desde as primeiras aproximações com as interlocutoras, passando pela adaptação de técnicas de entrevista e pela incorporação de recursos como a foto-eliciação, até as visitas ao bairro e o registro sensível das percepções corporais e sociais das moradoras. Destaca-se, nesse percurso, a necessidade de uma escuta atenta, ética e situada, capaz de reconhecer e lidar com desigualdades estruturais de raça, gênero e classe presentes nas interações cotidianas.

Além disso, o capítulo aborda como relações de sororidade e dororidade emergem na prática de pesquisa, mostrando a importância da identificação, do reconhecimento mútuo e da construção de vínculos para o desenvolvimento de uma escuta horizontal e transformadora. Por fim, evidencia-se que o conhecimento gerado no campo não se limita à observação ou à coleta de dados, mas nasce da experiência vivida, das tensões e da aprendizagem contínua que permeiam o contato direto com o território e suas moradoras.

Capítulo 5. Neste capítulo, a análise se concentra nas experiências cotidianas das mulheres de Nova Viçosa, chamadas “Marias” nesta pesquisa, que assumem papel central na

narrativa. Por meio de suas vozes e trajetórias, buscamos compreender como a produção desigual do espaço urbano se entrelaça com as desigualdades interseccionais de gênero, raça e classe. A partir das entrevistas, é possível perceber não apenas as dinâmicas de ocupação e mobilidade no território, mas também as estratégias de resistência e enfrentamento presentes na vida diária dessas mulheres.

Um elemento metodológico de destaque é a elaboração de mapas de deslocamentos cotidianos, construídos a partir das narrativas detalhadas de algumas interlocutoras. Esses mapas permitem visualizar os percursos diários, as relações com o espaço e as desigualdades vivenciadas, tornando as experiências concretas das mulheres legíveis de forma cartográfica e analítica.

O capítulo articula, ainda, as vozes das mulheres com referenciais teóricos de feminismo negro, interseccionalidade e estudos urbanos, promovendo uma leitura crítica que considera a experiência vivida como eixo central de produção de conhecimento. A análise aqui desenvolvida não se limita à reprodução de conceitos preexistentes, mas tensiona a teoria a partir da realidade empírica, refletindo sobre o urbano em uma cidade de médio porte como Viçosa, historicamente pouco representada na literatura especializada.

A voz de minha bisavó³

ecoou criança nos porões do navio,
ecoou lamentos de uma infância perdida.

A voz de minha avó

ecoou obediência
aos brancos-donos-de-tudo.

A voz de minha mãe

ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias,
debaixo das trouxas, das roupas sujas dos brancos,
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda

ecoa versos perplexos,
com rimas de sangue e fome.

A voz de minha filha

recolhe todas as nossas vozes,
recolhe em si as vozes mudas,
caladas, engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha

recolhe em si a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
soará a ressonância,
o eco da vida-liberdade.

³ Poema “Vozes-Mulheres”, de Conceição Evaristo, que narra a história de resistência das mulheres negras ao longo de várias gerações. Os títulos extraídos desse poema serão utilizados para nomear alguns capítulos e tópicos desta pesquisa, reforçando a centralidade das vozes femininas negras na narrativa do estudo.

CAPÍTULO 1. A MINHA VOZ AINDA ECOA VERSOS PERPLEXOS COM RIMAS DE SANGUE E FOME: TERRITÓRIO E CIDADANIA EM DISPUTA

Esta pesquisa nasceu para mim ainda na infância. Desde cedo, sempre fui inquieta, decidida e [des]obediente. Essa desobediência me levou a questionar não apenas as perguntas comuns às crianças, mas também aquelas que, segundo meus pais, “*só eu fazia*”. Hoje compreendo que essa inquietação revelava uma busca precoce por me inserir no mundo com as minhas histórias, as nossas *estórias*,⁴ aquelas que o mundo insiste em silenciar, desconsiderando não apenas narrativas, mas existências. Existências que ganham forma no corpo e encontram na cidade o seu campo de disputa.

Sempre fui do carnaval, sempre gostei de gente, de caminhar pela cidade, de ocupar as ruas. No entanto, por volta dos 14 anos, comecei a sentir o peso de habitar meu próprio corpo considerado “indesejável” no espaço urbano. Lembro-me nitidamente da sensação de “estar suja”, não por mim, mas pelo que me era imposto: situações reiteradas de assédio, olhares invasivos, assobios, gritos, carros que paravam apenas para me observar.

Eu me questionava: “*Sou tão magra, meu corpo ainda parece de uma criança, o que estou fazendo de errado?*”. “*Eu nem uso sutiã ainda, o que estou fazendo de errado?*”. “*Ainda brinco na rua com meus primos, o que estou fazendo de errado?*”. A resposta, dolorosa e libertadora, veio com o tempo: nada. Não havia, e não há, nada que eu possa fazer para não sofrer com o peso de ser uma mulher.

Há, contudo, algo que hoje me parece particularmente revelador. Aos 25 anos, percebo uma diferença significativa: as situações recorrentes de assédio tornaram-se menos frequentes, não desapareceram por completo, mas diminuíram consideravelmente quando comparadas ao período da minha pré-adolescência e adolescência. Não afirmo isso como alívio, mas como constatação inquietante. Essa diferença evidencia aquilo que tantas vezes

⁴*Estória* (com “e”) refere-se a narrativas de ficção, como contos, lendas ou fábulas, tradicionalmente associadas ao que não é reconhecido como fato histórico. O termo foi utilizado neste texto como escolha conceitual e política, para tensionar a separação entre o que foi legitimado como “história” e aquilo que, sobretudo no contexto da população negra no período colonial, foi relegado ao campo do não oficial, da oralidade e da memória. Nesse sentido, a *estória* aparece não como negação da história, mas como expressão das experiências que foram sistematicamente silenciadas pelos registros formais.

precisamos reiterar: o assédio não se explica pela roupa, pelo horário ou pelo lugar, mas pela violência de gênero que atravessa os corpos femininos desde muito cedo.

A arquiteta e urbanista brasileira Joice Berth (2023) afirma que o espaço público, historicamente produzido por e para os homens, transforma o corpo feminino em um corpo permanentemente vigiado, julgado e violado. O corpo privado de uma mulher, quando em público, corre o risco de ser considerado também público.

Os dados apenas reforçam o que a experiência cotidiana já evidencia. A pesquisa *Percepções sobre segurança das mulheres nos deslocamentos pela cidade*, realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e pelo Instituto Locomotiva, com apoio da ONU Mulheres e da Uber (2021), aponta níveis elevados de violência nos deslocamentos urbanos. Segundo o levantamento, 81% das mulheres brasileiras já sofreram alguma forma de violência enquanto se deslocavam pela cidade, incluindo 69% que relataram olhares insistentes e cantadas inconvenientes e 35% que sofreram importunação ou assédio sexual.

Esses números não são exceções; são a regra de cidades produzidas de forma desigual, que exclui, controla e violenta corpos femininos. É desse entrelaçamento que as palavras iniciais do título desta pesquisa anunciam, os protagonistas centrais desta investigação: **A Mulher E O Território**⁵.

Mas há ainda outras palavras que dão forma a esse título. Para compreendê-las, lanço o seguinte questionamento: Seria possível pensar as mulheres no território, isto é, as mulheres que ocupam a cidade, que a atravessam e a vivenciam cotidianamente, como se fossem *sujeitas universais*? Como se todas partissem de um mesmo contexto sociocultural, compartilhassem as mesmas condições de existência e experimentassem a cidade de maneira homogênea?

⁵A noção de território adotada neste trabalho dialoga com a contribuição da Geografia Cultural, especialmente a partir de Joël Bonnemaison (1981), para quem o território é, essencialmente, o lugar de mediação entre os sujeitos e sua cultura, associado às ideias de diferença, etnia, identidade e convivência. Não se ignora, nesse debate, a contribuição de geógrafos brasileiros como Marcelo Lopes de Souza (1995) e Roberto Lobato Corrêa (1995). É importante frisar que há diversos autores, especialmente no campo da Geografia, que elaboram noções distintas ou próximas de território ao longo do tempo. Como destaca Vasconcelos (2024) “na Geografia, como nas demais ciências sociais, ocorre a mudança de sentido, assim como da hegemonia de um conceito ao longo do tempo, havendo também a substituição ou o abandono de determinados conceitos, ou sua recuperação” (p.232).

Ao buscar respostas para essas indagações, sou imediatamente atravessada pelas memórias do que senti — e ainda sinto — desde a infância: a diferença, o não pertencimento, o *estar sem fazer parte*. Recordo-me do não reconhecimento por parte daquelas que não tinham a mesma cor que eu. Lembro-me, sobretudo, da forma como minhas colegas de turma, desde o início do meu percurso escolar até o seu término, eram tratadas de maneira mais cuidadosa: não apenas olhadas, mas vistas; não apenas ouvidas, mas escutadas; consideradas. Eu, na maioria das vezes, não. Para mim, nunca houve um “nós” compartilhado. Sempre houve “nós” e “eles”, “nós” e “elas”.

Ainda assim, para buscar respostas às questões formuladas ao longo desta pesquisa, compreendo que minha experiência individual não é suficiente. Reconheço os inúmeros privilégios sociais que tive e que ainda tenho, e compreendo que minha vivência não pode, nem deve, ser tomada como universal. Não posso, tampouco pretendo, falar por todas nós.

É nesse ponto que me encontro em uma encruzilhada⁶, entendida, em um primeiro momento, como um dilema metodológico e ético: como produzir conhecimento sem reproduzir silenciamentos, sem substituir vozes e sem transformar trajetórias coletivas em narrativas individuais? Embora decidir nunca tenha sido um problema para mim, eu sabia que, como canta Dona Ivone Lara⁷, “eu vim de lá pequenininho” e que, por isso mesmo, precisava escutar aquelas que chegaram antes de mim. Era necessário, portanto, “pisar nesse chão devagarinho”.

Por essa razão, recorro a uma outra noção de encruzilhada, central nas filosofias africanas e diaspóricas. Nesse pensamento, a encruzilhada não é apenas um lugar de indecisão, mas um território de mediação, encontro e abertura de caminhos. É o espaço simbólico de Exu, divindade iorubá associada ao movimento, à comunicação e à possibilidade de reinvenção da vida. Exu não aponta uma única direção, mas revela caminhos possíveis, operando como mediador entre diferentes mundos, saberes e temporalidades (Silva, 2018).

⁶ <https://www.dicio.com.br/encruzilhada/>

⁷ A frase faz parte da música “Alguém Me Avisou” foi composta por Dona Ivone Lara, uma das maiores nomes do samba, sendo um hino em rodas de samba e um clássico que celebra a sabedoria popular e a identidade baiana.

Seguindo esse caminho, encontro Ogum⁸ que me apresenta sua filha, a escritora brasileira Sueli Carneiro, que me interpela com uma pergunta fundamental: quando falamos sobre mulheres, de quais mulheres estamos falando? (2020, p. 2). Para ela, as mulheres negras tiveram uma experiência histórica profundamente distinta das mulheres brancas, que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não reconheceu, tampouco foi capaz de apreender os efeitos específicos que essa opressão produziu, e ainda produz, na identidade feminina das mulheres negras. Trata-se de uma diferença qualitativa, forjada por condições históricas marcadas pelo racismo, pela exploração e pela desumanização sistemática.

É nesse ponto que a autora tensiona um dos pilares do feminismo hegemônico⁹ ao questionar o mito da fragilidade feminina, historicamente utilizado para justificar a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres. “Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justifica historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando?”, pergunta Carneiro (2020, p.3).

Para as mulheres negras, esse mito nunca fez sentido, pois, nunca fomos tratadas como frágeis. Ao contrário, as mulheres negras compõem um contingente majoritário de mulheres que trabalharam durante séculos como escravizadas nas lavouras e nas ruas, como vendedoras, quituteiras e prostitutas. Mulheres que não compreenderam quando o feminismo afirmou que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar, porque sempre estiveram nelas, sob condições de exploração extrema (Carneiro, 2020, p.3-4).

A experiência urbana de mulheres brancas periféricas, por exemplo, não se confunde com a de mulheres negras periféricas, assim como não se equipara à de homens brancos ou negros que vivem nesses mesmos espaços. Em vista disso, diálogo com a socióloga norte-americana Patrícia Hill Collins (1990[2019]), que aponta como mulheres brancas, mesmo em contextos de vulnerabilidade, tendem a encontrar maiores possibilidades de ascensão social quando comparadas às mulheres negras, em razão dos privilégios historicamente associados à branquitude.

Os dados comprovam essa realidade. De acordo com as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰, em 2024, a população negra continua a

⁸Ogum é um orixá iorubá poderoso, divindade da guerra, do ferro, da tecnologia, da agricultura e dos caminhos, representando coragem, lei, ordem e progresso, sendo o senhor das ferramentas e das inovações.

⁹ Feminismo hegemônico refere-se à vertente mais mainstream do feminismo (geralmente branco, ocidental e de classe média), que, ao buscar uma experiência feminina universal, acaba por silenciar ou marginalizar as vozes e opressões específicas de mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+, pobres e de outras etnias/classes, focando problemas mais "comuns" e desconsiderando as intersecções de raça, classe e sexualidade que moldam opressões distintas.

¹⁰ <https://www.dieese.org.br/infografico/2024/conscienciaNegraInfo.pdf>

enfrentar as maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho brasileiro, representando 72,9% do total de pessoas desempregadas no país, o que corresponde a mais de 10 milhões de trabalhadores em busca de ocupação.

A precarização da vida se expressa também na insegurança alimentar: o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II Vigisan)¹¹ revela que a fome atinge cerca de um quinto das famílias chefiadas por pessoas autodeclaradas pretas ou pardas (20,6%), proporção que equivale ao dobro daquela observada entre famílias chefiadas por pessoas brancas (10,6%).

Dados do estudo *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil* (IBGE, 2018)¹² indicam que a população preta ou parda reside, em maior proporção, em domicílios sem acesso à coleta de lixo, sem abastecimento de água por rede pública e sem sistema de esgotamento sanitário adequado.

Em face do que foi exposto, não há como negar o que afirma Milton Santos (1977) há aqueles que podem ser cidadãos e aqueles aos quais a cidadania é negada. Em diálogo com essa provocação, faço ecoar outras perguntas igualmente fundantes, formuladas pelo geógrafo: “o que é ser cidadão? e, sobretudo, o que é ser cidadão neste país?” (1997, p. 133).

O autor afirma que nem todos são reconhecidos como cidadãos neste país. Os pobres e, sobretudo, a população negra vivenciam uma cidadania permanentemente negada. O autor indica que vivemos em um país marcado pelo que denomina de “cidadanias mutiladas”¹³. As questões colocadas por ambos, Santos e Carneiro, revelam que nem a condição de mulher, nem a de cidadão, podem ser pensadas como universais.

Acrescento aqui, de forma incontornável, as mulheres negras e, novamente, me apoio nos dados: No mercado de trabalho, as assimetrias se intensificam quando gênero e raça se entrelaçam. Informações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apontam que a informalidade incide de maneira desproporcional sobre essas mulheres.

¹¹<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>

¹²https://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/files/2019/11/liv101681_informativo.pdf

¹³Para Santos (1977) essa mutilação manifesta-se em múltiplas dimensões da vida social: no trabalho, por meio da negação de oportunidades de ingresso e ascensão; na remuneração, distribuída de maneira desigual entre grupos sociais; e nas condições de moradia, que delimitam quem pode e quem não pode ocupar determinados territórios da cidade.

No primeiro trimestre de 2022, 43,3% das mulheres negras ocupadas estavam inseridas em trabalhos informais, percentual superior ao observado entre mulheres brancas/amarelas (32,2%) e homens brancos/amarelos (36,7%). No segundo trimestre de 2022, a taxa de desemprego entre mulheres negras alcançou 13,9%, superando tanto a média nacional (9,3%) quanto a registrada entre mulheres brancas (8,9%)¹⁴.

A desigualdade de rendimentos explicita, ainda, a hierarquização racial e de gênero do trabalho no Brasil, mulheres negras recebem, em média, 53,7% menos do que homens brancos e 38,2% menos do que mulheres brancas¹⁵. Essa condição se agrava quando se considera que elas constituem a maioria entre as chefes de família no país: 62% das famílias monoparentais femininas com filhos são chefiadas por mulheres negras, totalizando cerca de 6,8 milhões de domicílios¹⁶.

À luz do pensamento da psicóloga brasileira Cida Bento (2022), é importante destacar que, embora a população negra seja majoritária entre os pobres e desempregados no Brasil, isso não implica a inexistência de pessoas brancas em situação de pobreza ou residentes em favelas. Contudo, a autora chama atenção para um dado estrutural incontornável: nos altos cargos das empresas, das universidades, do poder público e de outras esferas de decisão, observa-se uma presença quase exclusiva de homens brancos. Trata-se, segundo a autora, de uma *“cota não explicitada de 100% para brancos”* nos espaços de poder (ibidem, p.6).

Bento (2022) é enfática ao afirmar que o Brasil não possui um “problema negro”, mas um problema nas relações entre negros e brancos, estruturado pela supremacia branca incrustada na branquitude. Essa relação de dominação assegura privilégios sistemáticos a um grupo, ao mesmo tempo em que relega o outro a condições precárias de trabalho, de vida e, em muitos casos, à própria morte.

Em sua análise sobre as instituições públicas, privadas e da sociedade civil, a autora evidencia que estas operam e reproduzem modos de funcionamento que produzem homogeneidade não apenas nos processos e valores, mas também no perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculinos e brancos. A esse respeito, trata-se do que Bento (2020) denomina como “pacto da branquitude”(p.12), sustentado por práticas

¹⁴<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101742.pdf>

¹⁵<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>

¹⁶<https://piaui.folha.uol.com.br/cada-10-mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-6-sao-negras/>

cotidianas de exclusão e silenciamento que operam de forma não verbalizada, mas profundamente eficaz na manutenção de privilégios raciais.

Ao chegarmos a este ponto, torna-se possível retomar a indagação formulada anteriormente, aquela que nos conduziu até aqui. Em resposta, ao adotarmos como título deste trabalho “A mulher e o território”, sustentamos que quem orienta esse percurso analítico é a mulher negra. É a partir de sua experiência situada que se torna possível investigar **A Produção Desigual Do Espaço Urbano**, tomando como ponto de partida o território periférico.

Com elas, proponho preencher, em alguma medida, a lacuna de pesquisas no campo da arquitetura e do urbanismo, mais especificamente sobre os processos de urbanização da cidade de Viçosa, com foco no bairro Nova Viçosa. Ainda que de forma lenta e não consolidada como um campo estabelecido, vem crescendo no Brasil o interesse por outros marcadores sociais na análise do urbano.

Destacam-se como aportes teóricos desta pesquisa as contribuições da arquiteta e professora Diana Helene (2019), que posteriormente dialoga com Gabriela Leandro Pereira, Paula Freire Santoro e Rossana Brandão Tavares no dossiê *Território, Gênero e Interseccionalidades* (2021). Destaca-se, sobretudo, a obra de Joice Berth (2023), que, no livro *Se a cidade fosse nossa*, figura como uma das pioneiras na abordagem da interseccionalidade no espaço urbano. A autora desenvolve uma análise que percorre do período colonial aos dias atuais, evidenciando como as desigualdades de raça, gênero e classe se inscrevem historicamente na produção e na vivência das cidades.

No contexto brasileiro, os estudos sobre as desigualdades urbanas, e principalmente sobre a segregação urbana encontram maior consolidação em análises fundamentadas em perspectivas marxistas. Assim, grande parte da produção teórica nacional tem privilegiado a centralidade da classe social e dos fatores econômicos como principais chaves explicativas da segregação urbana. Embora central, esse marcador mostra-se insuficiente para compreender a complexidade das desigualdades que estruturam a cidade (Panta, 2020).

A escassez de debates sobre outros marcadores sociais em pesquisas acadêmicas, e a “falta” de dados em órgãos oficiais, não significa que tais desigualdades não existam. Por trás disso, há uma escolha política e epistemológica que as silencia, sustentando narrativas

como a da suposta “democracia racial” e do Brasil como “paraíso racial”, desmentidas pela realidade social, na qual a população negra continua sendo violentada, excluída e explorada.

Diante disso, impõe-se a indagação: quem, afinal, se ocupa em negar a própria origem? Quem precisa fingir uma brancura impossível, sustentar a farsa de uma cultura europeia mal enxertada nos trópicos? Nas palavras de Lélia Gonzalez:

Nós, ao contrário, não precisamos fingir. Não nos envergonhamos da nossa ancestralidade negra e indígena, nem do que ela produziu em termos de saber, cultura, território e resistência. Sabemos, e sempre soubemos, que toda essa ginástica ideológica, esse esforço permanente de apagamento e ocultação, está fadado ao fracasso. Ainda assim, não assistimos em silêncio. Não aceitamos passivamente a decadência dessa civilização que se pretende universal, mas que se sustenta sobre a exclusão e a violência. Se somos chamados de bárbaros, é justamente porque não pactuamos com essa ordem. Assumimos, então, nossos valores “bárbaros”: a vida coletiva, a memória, o corpo, o território, a luta. É a partir deles que anunciamos outra possibilidade de mundo, não como promessa abstrata, mas como construção cotidiana. Porque, no fim, sabemos: não somos o problema a ser corrigido. Somos parte fundamental da transformação que insiste em nascer.¹⁷

1.2 Bases Teóricas norteadoras da pesquisa

Esta pesquisa se fundamenta em aportes que não se limitam apenas à teoria, mas também buscam explorar os caminhos práticos de aplicação do feminismo negro. As autoras anteriormente citadas têm suas perspectivas, em grande medida, centradas nesse feminismo. Apoio-me ainda na perspectiva da interseccionalidade, conceito já abordado aqui de forma indireta ao tratar da urgência de articular gênero, raça e classe, que constitui a base dessa abordagem e compreende esses marcadores sociais sem hierarquização.

¹⁷ Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.166.

O que está em disputa não é a soma de distintos marcadores de opressão, mas a forma como eles se articulam, de modos simultâneos e profundos. Ao deslocar o foco da aparência para a condição humana, essa perspectiva se recusa a lógica que transforma corpos em problemas isolados, o “negro”, a “mulher”, a “lésbica”, o “outro” (Collins e Bilge, 2021).

Segundo Collins (2019) desenvolver o feminismo negro como teoria social crítica implica reconhecer e incorporar tanto as ideias de mulheres negras historicamente não reconhecidas como intelectuais, muitas delas pertencentes à classe trabalhadora e atuantes fora do ambiente acadêmico, quanto aquelas provenientes de espaços de conhecimento formal e legitimado.

As ideias compartilhadas entre mulheres, como mães em famílias estendidas, mães de criação, membros de igrejas ou professoras de crianças de comunidades negras, constituem uma esfera fundamental na qual as afro-americanas elaboraram um ponto de vista feminino multifacetado. Essa posição aproxima-se da perspectiva de hooks (2015), para quem é fundamental destacar o entrelaçamento de sistemas de opressão sexo, raça e classe, reconhecendo a diversidade e a complexidade da experiência de ser mulher e das relações de poder que a permeiam.

Para hooks (2015), a intenção não é excluir pessoas não brancas do movimento feminista, mas reforçar que a luta contra a dominação patriarcal deve ser prioridade para mulheres e homens em todo o mundo, não por ser a base de todas as formas de opressão, mas porque constitui a forma de dominação mais persistentemente vivida no cotidiano. Collins (2015) nos desafia a refletir sobre de que maneira os sistemas de raça, classe e gênero operam de forma concomitante e entrelaçada, estruturando relações complexas de dominação e subordinação.

Em outras palavras, ao invés de hierarquizar as formas de opressão, a autora propõe que a análise crítica considere como essas categorias se imbricam e se reforçam mutuamente, moldando as experiências de marginalização em qualquer contexto social. Mesmo que algumas dessas dimensões possam ser mais evidentes em determinados contextos, todas elas estão simultaneamente presentes, influenciando as experiências e as relações sociais.

Eu vivo todos os dias como uma mulher afro-americana – uma experiência específica de raça/gênero. E não estou sozinha. Todas/os têm uma identidade específica de raça/gênero/classe. Pensamentos dicotômicos do tipo ou/ou são especialmente problemáticos quando aplicados a teorias da opressão, porque todo indivíduo deve ser classificado ou como sendo oprimido ou como não oprimido (...) O que tem sido mais opressor para você, seu status de pessoa negra ou seu status de mulher?” O que realmente estão me pedindo é que eu me divida em pequenas caixas e hierarquize meus diversos status. Se minha experiência de opressão é um fenômeno ambos/e, porque eu deveria analisá-la de maneira diferente? (Collins, 2015, p.17).

A reflexão de Lélia Gonzalez (2020) sobre a mulata e a empregada doméstica ilustra bem essa simultaneidade das opressões e privilégios dentro das relações de poder. No carnaval, a mulata ocupa um espaço de visibilidade e exaltação, nesse momento específico, ela não é tratada como uma trabalhadora negra precarizada, mas como uma figura mítica e erotizada, admirada e desejada. Seu corpo se torna o centro das atenções e da fantasia coletiva, o que pode ser interpretado como um tipo de privilégio simbólico, mas que, na realidade, reforça sua objetificação e exploração sexual.

Esse reconhecimento momentâneo não se traduz em mobilidade social ou em uma mudança real de status; pelo contrário, reafirma a lógica do racismo e do sexismo ao reduzir sua existência à satisfação do desejo alheio. Por outro lado, quando os holofotes do carnaval se apagam, essa mesma mulher negra volta à realidade da invisibilidade social como empregada doméstica, uma posição historicamente marcada pela opressão interseccional de gênero, raça e classe.

O que era visto como um corpo para o prazer, no carnaval, se torna um corpo para o trabalho, um corpo submisso, explorado e desprovido de qualquer protagonismo (González, 2020). Assim, os mesmos mecanismos que a exaltam em um momento a desumanizam em outro, evidenciando como as opressões operam de forma situacional.

Audre Lorde (1983), ao afirmar que não pode existir uma hierarquia de opressões, alerta para o risco de estabelecer comparações que desconsideram a interdependência dos sistemas de dominação. Da mesma forma, Gonzalez (2020) evidencia como uma mulher negra pode ser simultaneamente exaltada e subjugada, dependendo do contexto em que se encontra.

No carnaval, a mulata é celebrada como símbolo nacional, desejada e fotografada, mas, no cotidiano, ela é invisibilizada e relegada ao trabalho doméstico precarizado. Essa transição entre os papéis sociais não significa a superação de uma opressão em detrimento de

outra, mas sim a reconfiguração das mesmas estruturas de desigualdade de acordo com os interesses do sistema. Assim, a tarefa que se apresenta é redefinir a opressão, desvelando as conexões entre esses sistemas de raça, classe e gênero como categorias analíticas interligadas. É a partir dessas reflexões sobre a centralidade das experiências das mulheres negras que se evidencia a importância da interseccionalidade como lente metodológica, capaz de revelar as múltiplas dimensões de opressão e seus entrelaçamentos.

A interseccionalidade como uma ferramenta teórica e metodológica foi criada por pensadoras feministas negras para analisar a interdependência estrutural entre vários sistemas de poder, como o patriarcado, sexismo e racismo, bem como suas articulações, que resultam em múltiplas formas de opressão enfrentadas por determinados indivíduos. Nesse contexto, Kimberlé Crenshaw, jurista e feminista negra estadunidense, cunhou o conceito em 1989 no âmbito de críticas às leis antidiscriminação dos Estados Unidos, ao evidenciar que os sistemas legais muitas vezes falhavam em reconhecer experiências que se situavam na interseção entre raça e gênero, tornando invisíveis as violências específicas sofridas por mulheres negras.

No artigo *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*, publicado na *Stanford Law Review* em 1991, Crenshaw (1989) propõe que, ao invés de tratar a opressão como categorias isoladas e hierarquizadas, deve-se compreender como diferentes formas de desigualdade se entrelaçam e se reforçam mutuamente, produzindo efeitos únicos sobre grupos sociais específicos.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p.177)

Nesse sentido, a interseccionalidade não se limita a uma análise acadêmica ou abstrata; ela é uma lente que permite compreender a experiência concreta de indivíduos que se encontram simultaneamente em posições de marginalização múltipla. Um ponto crucial na abordagem de Crenshaw, e central para o feminismo negro enquanto perspectiva teórica, é

reconhecer que as mulheres de cor são agentes ativas na produção de conhecimento, capazes de revelar dimensões da opressão que frequentemente passam despercebidas.

A interseccionalidade é tratada aqui como ferramenta teórico-analítica estruturante, conforme destrinchada por Collins e Sirma Bilge (2021), sendo adotada não apenas como método, mas também como ética do cuidado, gesto ancestral e prática política comprometida com a preservação da vida em sua integralidade. A pesquisadora e intelectual ativista em gênero e raça, Carla Akotirene (2018) , ao erguer sua voz, faz ecoar a nossa: “É da mulher negra que pulsa o centro da interseccionalidade” (p.17).

1.3.. Breves reflexões sobre a interseccionalidade na análise do espaço urbano

A análise do espaço urbano, aqui, não se limita a dados objetivos ou a observações unilaterais: ela se realiza na prática ao costurar os fios que atravessam o campo social e o campo urbano, revelando como as relações de raça, gênero e classe se entrelaçam na experiência cotidiana das moradoras. No caso desta investigação, consideramos as vivências das mulheres como guia para compreender a produção, apropriação e percepção do território urbano. Como aponta bell hooks (2019), a compreensão mais complexa do território emerge justamente da vivência cotidiana de seus habitantes, sobretudo daqueles que residem em espaços periféricos.

Aqueles que se deslocam diariamente por longas distâncias entre casa e trabalho desenvolvem um conhecimento singular sobre a cidade, vivenciando “tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora” (hooks, 2019, p.23). Diferentemente dos residentes das áreas centrais, cuja percepção do urbano frequentemente se restringe ao espaço imediato que habitam, os moradores das periferias adquirem uma visão ampliada e integrada da cidade, articulando experiências pessoais, sociais e espaciais de maneira interdependente.

Nesse contexto, Berth (2023) destaca que só podemos compreender verdadeiramente os impactos do espaço urbano sobre as populações oprimidas por meio de uma análise interseccional:

Se nos marcadores e nas estatísticas apuradas são a negritude, os indígenas e as mulheres que aparecem na condição de maior precariedade, isso de alguma forma tem um chão — isso está territorializado. Não enxergar que a divisão do espaço é primordialmente racial é atuar dentro de uma lógica que fortalece a discriminação. (...) Se há uma divisão racial do espaço físico, é necessária uma abordagem

racializada nas políticas públicas e nas reflexões sobre as cidades e os territórios em geral (Berth, 2023, p.117).

O território nunca foi neutro; ele absorve, reproduz e reforça as narrativas sociais que o produziram. Cada rua, cada esquina, cada edificação é impregnada pelas dinâmicas sociais que nela coexistem, tornando o espaço urbano um espelho das desigualdades e tensões da sociedade (Berth, 2023).

A interseccionalidade permite compreender que o território urbano não é neutro, mas materializa relações de poder atravessadas por raça, gênero e classe, tornando visíveis padrões persistentes de segregação, exclusão e precariedade. A partir dessa perspectiva, as desigualdades urbanas deixam de ser entendidas como fenômenos homogêneos e passam a ser reconhecidas em suas formas específicas de incidência, que atingem de maneira mais intensa a população negra e, em particular, as mulheres negras.

De acordo com Maricato (2003), tais desigualdades se expressam na ausência de reconhecimento e de integração de amplas parcelas da cidade aos processos formais de planejamento e gestão urbana, configurando a segregação socioespacial que marca estruturalmente o espaço urbano brasileiro. Nesse contexto, territórios historicamente marginalizados, como favelas e periferias, concentram uma população majoritariamente negra.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022¹⁸, pretos e pardos representam 72,9% dos moradores dessas localidades, proporção significativamente superior à da população negra no Brasil como um todo, que é de 55,5% (pretos + pardos). Esse dado evidencia como a distribuição desigual da população no espaço urbano é racializada, tornando explícita a territorialização das desigualdades e reforçando a necessidade de análises interseccionais para compreender as relações entre raça, gênero e classe na produção e apropriação do espaço urbano. Como observa Berth (2023):

A mulher negra é um exemplo que se distancia do modo como a mulher branca é tratada na cidade. Mulheres negras são vistas como corporeidades deslocadas do seu lugar natural, são vistas como os serviços do homem branco e de sua estrutura de exploração, em que o homem negro com masculinidade não hegemônica também faz parte. São duas subalternidades que são toleradas no espaço físico, já que possuem um lugar nessa estrutura: o lugar do trabalho braçal. A mulher negra nunca esteve inserida da mesma forma que as mulheres brancas (Berth, 2023, p.185).

¹⁸https://cultura.uol.com.br/noticias/69171_pretos-e-pardos-representam-729-dos-moradores-de-favelas-revela-censo.html

Nesse sentido, fica evidente que não podemos continuar reproduzindo o que Maricato (2002) define como “analfabetismo urbanístico”: um desconhecimento generalizado sobre a dinâmica das cidades, presente inclusive entre aqueles que atuam na formulação de políticas públicas e no planejamento urbano. Esse analfabetismo não se limita à ausência de informações técnicas, mas está enraizado na própria formação social brasileira, que historicamente negligencia as desigualdades estruturais que configuram o espaço urbano.

Tanto pelos dados estatísticos, quanto pelas análises teóricas e pelas experiências cotidianas das mulheres, é possível identificar quais grupos têm assegurada a liberdade de circulação e o acesso seguro aos diversos espaços urbanos, e quais permanecem marginalizados. A partir dessa constatação, torna-se necessário deslocar o olhar para esses grupos marginalizados, no caso, mulheres negras residentes em periferias e favelas, não como sujeitos universais, neutros ou homogêneos, mas como sujeitos cujas experiências são atravessadas por cor, gênero, classe e territorialidade, condições que estruturam e condicionam suas formas de viver, se deslocar e se apropriar da cidade.

CAPÍTULO 2. DA DESTERRITORIALIZAÇÃO INDÍGENA À PRODUÇÃO DA PERIFERIA URBANA EM VIÇOSA

Situada na Zona da Mata Mineira (Figura 1), a cidade de Viçosa teve sua urbanização intensificada a partir da segunda metade do século XX, inserindo-se em um contexto mais amplo de transformações socioespaciais que marcaram o estado de Minas Gerais e o país.

Figura 1: Mapa de localização do município de Viçosa, Minas Gerais



Fonte: Teles e Lima (2025).

No entanto, muito antes da consolidação urbana e da imposição de marcos legais de ordenamento do território, a região já era ocupada por povos originários, cujas trajetórias foram profundamente atravessadas por processos de violência, expulsão e apagamento histórico. Pesquisas sobre a ocupação da região e sobre as origens do povo Puri ainda estão em desenvolvimento. De acordo com o historiador Renato Venâncio (1997), os Puri descendem dos indígenas Goitácas, oriundos do Norte Fluminense e do Vale do Paraíba, que se deslocaram em direção à Zona da Mata Mineira como consequência direta da escravidão, das epidemias e da fome decorrentes dos conflitos entre portugueses e franceses no século XVI.

Já o memorialista Oiliam José (1965) sustenta que Puri, Coroados, Coropós e Croatos compunham originalmente um mesmo grupo étnico, que teria se fragmentado séculos antes da colonização, mantendo, entretanto, fortes semelhanças linguísticas, culturais e organizativas. Segundo o autor, os etnônimos Coropós e Croatos seriam, inclusive, uma corruptela do termo Coroados.

As cidades da Zona da Mata Mineira foram, em sua maioria, fundadas entre o final do século XVIII e meados do século XIX, no contexto da diversificação econômica posterior à crise da mineração e da expansão da cafeicultura na região. Municípios como Rio Pomba, Muriaé, Visconde do Rio Branco e Viçosa têm sua origem associada a antigos aldeamentos indígenas, que, ao longo do século XIX, foram progressivamente invadidos por colonos. Esse processo culminou na elevação dessas localidades à condição de vilas, ao mesmo tempo em que alimentou um discurso de mestiçagem que passou a sustentar a ideia de perda ou desaparecimento cultural indígena.

Tal narrativa, no entanto, está ancorada em pressupostos teóricos hoje amplamente criticados, como as teorias raciais do século XIX e o darwinismo social, que concebiam cultura e etnicidade como categorias fixas, puras e hierarquizadas. Estudos contemporâneos no campo da Antropologia e da Psicologia Social demonstram que identidade e cultura são construções históricas, mutáveis e relacionais, resultado de processos contínuos de interação e ressignificação (Bartolomé, 2006).

Apesar disso, ao longo do século XIX, o discurso da mestiçagem, aliado à violência física e simbólica dirigida aos Puri, contribuiu decisivamente para a perda de seus territórios.

Conforme a legislação colonial, as terras dos aldeamentos pertenciam, por direito originário — o indigenato —, aos povos indígenas, reconhecimento formalizado pelas leis de 1607 e de 1755, esta última conhecida como Diretório Pombalino (Venâncio, 1997). Ainda assim, os descendentes dos indígenas tiveram sistematicamente seus direitos de posse violados pelos colonos, processo que resultou na cristalização, no discurso histórico tradicional, da ideia de extermínio indígena.

A desterritorialização do povo Puri, marcada por deslocamentos forçados e fragmentações territoriais, configurou um percurso de sobrevivência em espaços cada vez mais restritos, frequentemente situados entre áreas urbanas em expansão e grandes empreendimentos econômicos.

Foram várias as tentativas no sentido de colonizar coroados, coropós, puris e aimorés, desde o Guarapiranga às margens das bacias fluviais do Xopotó, do Pomba e do Ubá. Terminavam em batalhas mortais. Enfrentando armas de fogo, os silvícolas usavam, em batalhas desiguais, seus machados e flechas. Havia uma terrível política de extermínio. Poupavam-se, entretanto, mulheres e crianças, aproveitadas em trabalhos domésticos (O Passado Compassado de Viçosa, 2010, s.p.).

Ao longo de décadas — e persistindo até o presente —, essa dinâmica colocou essas comunidades em uma luta contínua pela existência. Atividades como mineração, expansão agrícola e urbana provocaram o desmatamento, a transformação e a redução dos territórios tradicionais, fundamentais não apenas para a subsistência material, mas também para a reprodução cultural e espiritual do povo Puri (Oiliam José, 1965; Venâncio, 1997).

A estrutura econômica e social dessas famílias, profundamente vinculada ao uso coletivo da terra e aos ciclos de migração territorial, entrou em colapso com a apropriação privada e a fragmentação de suas áreas tradicionais. A partir do século XVIII, observa-se um apagamento quase completo da presença Puri nos registros oficiais, processo que se prolonga até os dias atuais, mantendo esses indígenas à margem das políticas públicas e das formas institucionais de reconhecimento. Trata-se de uma exclusão que não apenas ignora suas especificidades culturais e territoriais, mas também reforça condições precárias de integração social.

Nesse contexto, a tradição oral assume papel central na manutenção da identidade Puri. A transmissão intergeracional de saberes, memórias e valores atua como um elo entre passado e presente, resistindo às tentativas de assimilação e apagamento cultural. Mesmo

diante da ausência de reconhecimento oficial e da indefinição de seus territórios, as famílias Puri da Zona da Mata Mineira mantêm uma relação profunda com a terra, que ultrapassa a dimensão material da posse e envolve aspectos espirituais, culturais e simbólicos fundamentais para sua existência coletiva (Bartolomé, 2006).

Assim, ainda que tenham sido historicamente submetidos à violência e ao silenciamento, observa-se, sobretudo nas últimas três décadas, um processo de retomada da identidade Puri. Esse movimento resulta de uma longa trajetória de resistência, ancorada na valorização da ancestralidade indígena, na preservação da memória oral, no avanço das pesquisas históricas regionais e na realização de práticas educativas que reconstroem narrativas historicamente negadas.

Esse histórico de desterritorialização e exclusão não se encerra no período colonial. Pelo contrário, ele estabelece as bases de uma lógica de apropriação desigual do espaço que se perpetua nas formas modernas de urbanização. Como aponta Santos (2005) apud Coelho (2013), entre as décadas de 1960 e 1970, Minas Gerais apresentou a segunda maior redução da população rural do país, impulsionando intensos processos de urbanização, especialmente em cidades médias. Viçosa se insere nesse cenário, marcado por práticas que frequentemente tensionam, ou contornam, as normas formais de ordenamento territorial.

Villaça (2011) interpreta essas práticas como parte de uma cultura política que permite adaptar leis e regulamentos aos interesses de grupos privilegiados, fenômeno amplamente conhecido como o “jeitinho brasileiro”. Segundo o autor, as leis urbanas no Brasil são historicamente formuladas para atender aos interesses da elite branca, que, além de controlar sua elaboração e fiscalização, legítima estratégias para burlá-las sempre que conveniente. Como sintetiza a conhecida frase atribuída a Getúlio Vargas: “Aos meus amigos, tudo. Aos meus inimigos, a lei” (Villaça, 2011, p. 224).

Em Viçosa, esse padrão se manifesta de forma particularmente clara. Conforme analisa Coelho (2013), no imaginário das elites locais, as populações pobres eram concebidas como uma “moléstia social”, ameaçadora da ordem urbana e simbólica da cidade. Sob uma lógica higienista e sanitarista, buscou-se afastar esses grupos do centro urbano, reservado às novas classes médias, sobretudo no contexto da consolidação de Viçosa como cidade universitária.

Esse projeto se materializou juridicamente na Lei nº 609/1971, promulgada durante a gestão do prefeito Carlos Raymundo Torre (1971–1972), cujo objetivo explícito era impedir a permanência de habitações consideradas pobres e insalubres na área central da cidade (Coelho, 2013).

Tal Lei, promulgada na gestão do prefeito Carlos Raymundo Torre (1971-1972), resultou do debate circunscrito no projeto lei 34/71 e buscava solucionar algumas questões na cidade: a valorização dos terrenos na área central, a demanda por habitação para as classes populares, a disputa pela terra urbana por diversos atores e os interesses em ampliar os lucros com a venda e aluguel de imóveis dos nascentes setores comercial e imobiliário. A justificativa apresentada no Projeto de Lei ancorava-se na ideia de proteger o “coração da cidade de Viçosa” - área circunscrita às imediações da Praça Silviano Brandão - contra as habitações pobres e insalubres. Portanto, visando impedir a continuidade desta situação, **o projeto de Lei previa a proibição de casas de pau-a-pique, pois não se queria “[...] dar sequência à Favela, visto já se encontrar o Morro super habitado e sem nenhuma condição higiênica** (Projeto de Lei 34/71, 1971 s/. Apud Coelho, 2013, p.35, grifo nosso).

Vale ressaltar que essa legislação carrega também um forte componente racial, uma vez que as técnicas construtivas com terra — como o pau-a-pique — foram introduzidas no Brasil por africanos e afrodescendentes, permanecendo até hoje amplamente utilizadas em comunidades quilombolas da região de Viçosa. A criminalização dessas práticas evidencia a continuidade histórica de uma lógica que associa pobreza, racialização e exclusão territorial.

Desse modo, o processo que no período colonial se expressou como desterritorialização indígena, ou, mais precisamente, como genocídio, encontra continuidade, no contexto urbano contemporâneo, por meio de mecanismos de expulsão socioespacial, segregação urbana e exclusão institucionalizada. A violência que marcou a história dos povos originários da região não desaparece, mas se reconfigura, perpetuando desigualdades e hierarquias no acesso à cidade e ao território.

Voltando à promulgação da Lei nº 609, observa-se que sua aprovação não representou apenas uma resposta pontual a problemas urbanos emergentes, mas a consolidação de uma lógica excludente que já orientava as decisões sobre o uso do solo em Viçosa. Conforme analisa Coelho e Chrysostomo (2015), a lei resultou dos debates travados no âmbito do Projeto de Lei nº 34/71, formulado em um contexto marcado pela valorização acelerada dos terrenos centrais, pelo aumento da demanda habitacional das classes populares, pela intensificação da disputa pela terra urbana e pelos interesses dos setores comercial e imobiliário em expandir seus lucros por meio da venda e do aluguel de imóveis.

A justificativa oficial do projeto ancorava-se na necessidade de proteger o chamado “coração da cidade”, área compreendida nas imediações da Praça Silviano Brandão, contra a presença de habitações consideradas pobres e insalubres. Sob esse argumento, a legislação passou a proibir a construção de casas de pau-a-pique, associadas à expansão das favelas, especialmente nas encostas do Morro do Rebenta Rabicho, cuja proximidade com o centro era vista como um fator de degradação da paisagem urbana e de ameaça à imagem da cidade perante visitantes e turistas (Coelho e Chrysostomo, 2015).

Ainda segundo as autoras, apesar da existência de terrenos vazios na área central, consolida-se nesse momento um dos primeiros consensos explícitos entre as elites locais quanto ao “uso adequado” do espaço urbano: as moradias das populações pobres, classificadas como anti-higiênicas e inadequadas, deveriam ser removidas do centro, abrindo espaço para formas de habitação compatíveis com os padrões da classe média emergente, cuja presença se intensificava em função da expansão da Universidade Federal de Viçosa. Esse movimento evidencia que a preocupação central não era a superação do déficit habitacional, mas a reorganização seletiva da cidade, orientada por critérios de renda, aparência e prestígio social.

Reportagens da imprensa local à época reforçam esse quadro ao retratar o crescimento das favelas como um problema urbano e moral, associando essas áreas à criminalidade, à desordem e à ameaça ao futuro da cidade. Como destaca uma matéria da *Fôlha de Viçosa*, em 1971:

Também, se enriqueceram, dia a dia, em problemas de saúde, de alimentação, de vestuário, de escola, de dinheiro, de tudo. Elas é que fornecem o grande contingente diários de casos que vão ter à delegacia de polícia da cidade (Fôlha de Viçosa, 1971, s/p apud Coelho, 2013 p.34).

As reportagens apontam não só o aumento espacial das ocupações informais, mas também o acúmulo de precariedades cotidianas, saúde, alimentação, escolaridade e insegurança, que tornou a vida nesses territórios mais vulnerável e exposta à criminalização.

[...] É urgente que se faça alguma coisa. Não se consegue sair da rua sem ser abordado, uma dezena de vezes por crianças famintas a mendigar uma moeda (...) mas, o que muitas não sabem é que essas crianças não tem teto (Fôlha de Viçosa, 1971, s/p apud Coelho, 2013, p.34).

Essas narrativas não apenas evidenciam a precariedade habitacional enfrentada pela população pobre, mas revelam a seletividade estrutural que orientava a organização do espaço urbano, criminalizando a pobreza ao mesmo tempo em que naturalizava a exclusão territorial.

É nesse contexto de institucionalização da segregação socioespacial, de criminalização da pobreza e de reorganização seletiva do espaço urbano que se consolida a atuação de Antônio Chequer como personagem central da política habitacional de Viçosa. Ao mesmo tempo em que a legislação urbana e o discurso higienista afastavam as populações pobres das áreas centrais, criavam-se as condições políticas, simbólicas e territoriais para a produção de bairros periféricos destinados a absorver essa população¹⁹ (Coelho, 2013).

A combinação entre restrições legais no centro, valorização imobiliária e ausência de políticas públicas universais de habitação abriu espaço para que agentes privados assumissem um papel protagonista na oferta de moradia popular. Nesse cenário, as iniciativas de Chequer passaram a ser legitimadas social e politicamente, sendo apresentadas não como parte de um projeto excludente de ordenamento urbano, mas como respostas benevolentes a um problema social previamente produzido. Assim, sua atuação foi progressivamente percebida como solução — e não como engrenagem — de um processo mais amplo de produção desigual do espaço urbano. (Coelho e Chrysostomo, 2015)

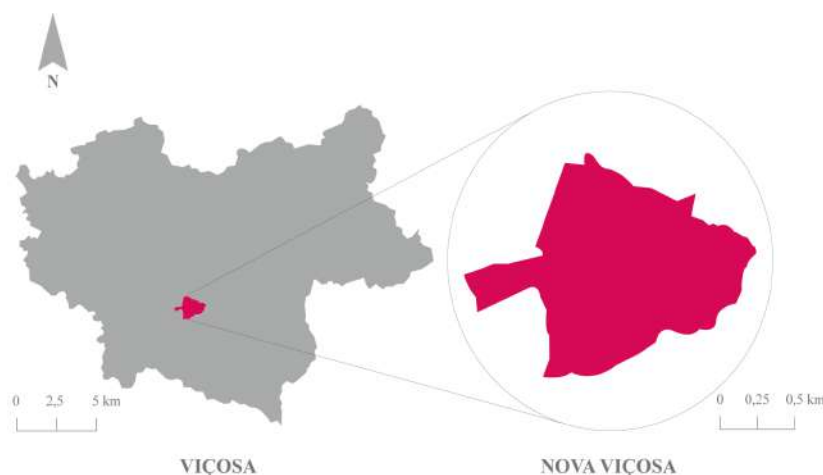
Conhecido popularmente como o “pai dos pobres”, Antônio Chequer construiu uma imagem política e social marcada pela capacidade de transitar entre diferentes classes sociais (Coelho, 2013). Sua atuação combinava o discurso filantrópico com práticas empresariais e políticas que ampliaram sua influência e consolidaram sua centralidade na configuração urbana de Viçosa.

¹⁹ Chequer Exerceu dois mandatos como prefeito (1973–1977 e 1989–1992) e foi responsável pela criação de diversos bairros no município, entre eles Silvestre, João Brás, Santo Antônio, São Sebastião, Sagrado Coração de Jesus, Lourdes, Ramos, Santa Clara, Clélia Bernardes e, de modo particularmente relevante para esta pesquisa, o bairro Nova Viçosa (Coelho e Chrysostomo, 2015).

2.1 Entre a filantropia e o negócio: a criação do bairro Nova Viçosa e a centralidade de Antônio Chequer

O bairro Nova Viçosa localiza-se na região sudoeste do município de Viçosa, Minas Gerais (Figura 2), e foi concebido oficialmente em 1978. Atualmente, caracteriza-se como um bairro periférico, marcado por um processo de formação associado à expansão urbana informal, à atuação de agentes privados no mercado de terras e a arranjos políticos que viabilizaram o acesso à moradia para populações de baixa renda. Sua configuração socioespacial expressa, ainda hoje, os efeitos desse processo histórico, evidenciando desigualdades no acesso à infraestrutura urbana, à regularização fundiária e aos serviços públicos.

Figura 2: Localização de Nova Viçosa.



Fonte: Teles e Lima, 2025.

A constituição do bairro está diretamente associada à atuação de Antônio Chequer, cuja relação com Nova Viçosa é frequentemente descrita de forma personalista e paternalista nas narrativas locais. Essa centralidade aparece de maneira recorrente tanto em registros jornalísticos quanto em relatos memorialísticos. Segundo Mello²⁰ (2000) apud Coelho, biógrafo de Chequer e colunista do jornal *Folha da Mata*, o bairro era considerado por ele como a “menina de seus olhos”, sendo concebido como uma resposta às demandas

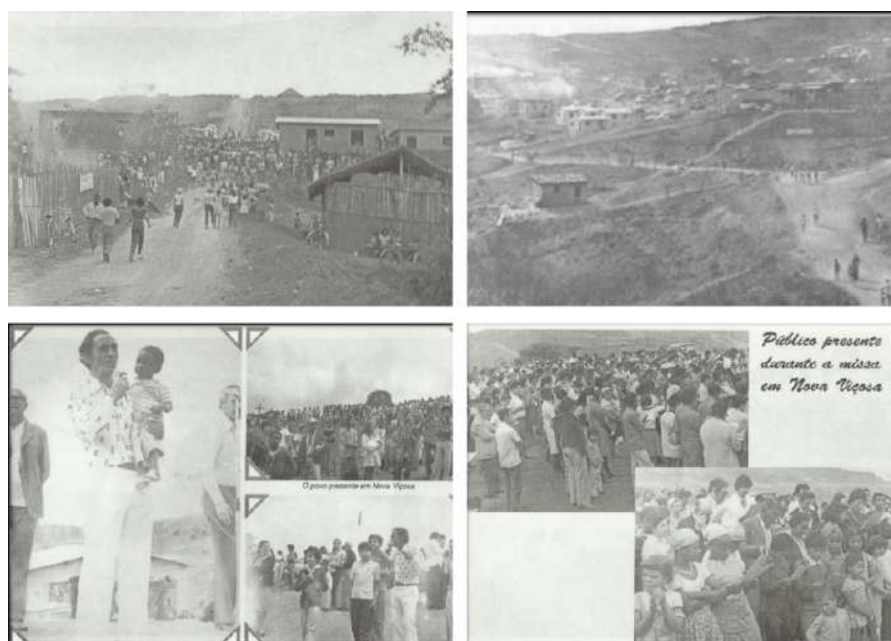
²⁰ “Antônio Oliveira de Mello, nascido em 1939, foi e é uma importante figura no processo de criação e perpetuação da imagem positiva de Antônio Chequer, já que foi responsável como redator e colunista social no jornal *Folha da Mata* (de maior circulação na cidade) em divulgar notícias e feitos sobre o prefeito e sua família desde a década de 1980. Além disso, foi responsável pelo registro fotográfico de vários eventos da qual participou a família Chequer e pela publicação de dois livros, onde se destacam vários episódios do prefeito” (Coelho, 2013, p.76).

habitacionais de uma população descrita como “carente e sofrida”, que buscava ao menos a possibilidade de viver sob seu próprio teto (Mello, 2000, p. 36).

Nova Viçosa sempre foi a ‘menina de seus olhos’ e ele sempre teve consciência dos benefícios que ele, naquele momento, prestava a um povo carente e sofrido que necessitava de sua ajuda para, pelo menos, viver sob seu próprio teto. Calou profundamente no cidadão Antônio Chequer uma simples palavra de agradecimento: ‘Deus lhe pague’ (MELLO, 2000, p. 36).

Essa representação revela não apenas um vínculo afetivo, mas também uma forma específica de mediação política e social no acesso à terra urbana. A materialização desse projeto ocorreu por meio da Construtora Chequer, responsável pela implantação do loteamento. A divulgação do novo bairro foi sustentada por um discurso marcado pelo otimismo e pela promessa de ascensão social, associado à imagem pública de Antônio Chequer (Figura 3) como alguém que “cumpria o que prometia”.

Figura 3: Inauguração de Nova Viçosa, em 1978 (Antônio Chequer, está na terceira imagem à esquerda, segurando uma criança no colo)



Fonte: Mello (2000) in Coelho (2013). Adaptado pela autora (2025).

Segundo, Alves (2008) no trecho da entrevista cedida por Ângela Maria Damasceno Balbino, ex-secretária da Construtora Chequer:

Toninho Chequer nunca foi uma pessoa de mentir. Se ele te promettesse...Quando ele prometia, ele cumpria. Toninho Chequer levou uma vida assim que ele gostava. Porque Toninho gostava de ajudar as pessoas, gostava e gostava muito (Alves, 2008, p. 5)

Embora a propaganda do loteamento tenha ocorrido majoritariamente em escala local, há um episódio de 1978 que contribuiu para ampliar a visibilidade de Viçosa e, indiretamente, do próprio bairro Nova Viçosa. Trata-se da participação da cidade no programa televisivo *Cidade x Cidade*, exibido nacionalmente e apresentado por Sílvio Santos. Na ocasião, Viçosa competiu com o município de Petrópolis, em um evento de grande repercussão regional, amplamente divulgado pela imprensa local e lembrado até hoje por moradores do bairro (COELHO, 2013).

Entrevistas realizadas em Nova Viçosa indicam que esse programa funcionou como um vetor indireto de atração populacional. Um dos moradores, oriundo do estado de São Paulo, relatou ter tomado conhecimento das oportunidades oferecidas pela cidade por meio da atração televisiva, afirmando que foi ali que soube da existência do loteamento e da venda de lotes a preços considerados acessíveis (Coelho, 2013).

A relevância desse episódio também se expressa na cobertura jornalística da época: em um curto intervalo de tempo, o jornal *Folha de Viçosa* publicou sete edições sobre o programa, incluindo a divulgação de uma “Carta aberta ao Sr. Sílvio Santos”, elaborada por um membro da comissão viçosense após o empate entre as duas cidades. Tal carta chegou a ser publicada em cerca de 170 jornais do interior mineiro, além de veículos de circulação nacional (FOLHA DE VIÇOSA, 1978 apud COELHO, 2013, p. 38–39).

Do ponto de vista fundiário, o bairro Nova Viçosa se formou a partir do parcelamento de antigas propriedades rurais, abrangendo áreas conhecidas como Fazenda da Coelha e uma porção contígua denominada Pedreira ou Posses. A própria denominação “Posses” indica a centralidade da ocupação informal como prática inicial de apropriação do território, anterior à sua regularização jurídica. Essa área não constava no projeto original do loteamento, sendo incorporada posteriormente em função da expansão urbana e da crescente demanda por lotes (Lima, 2005; Dias et al., 2011).

Embora o bairro tenha sido oficialmente criado em 1978, apenas em 1984 as áreas da Fazenda da Coelha e de Posses foram registradas de forma conjunta no Cartório de Registro

de Imóveis, passando então a integrar juridicamente o bairro Nova Viçosa. Esse intervalo de aproximadamente seis anos evidencia um descompasso entre a ocupação efetiva do solo e sua formalização legal, revelando um processo marcado pela informalidade e pela fragilidade institucional.

Os registros imobiliários indicam que as primeiras transmissões de terras ocorreram ainda na década de 1960, inicialmente por meio de herança. A partir dos anos seguintes, contudo, consolidou-se uma dinâmica pautada pela compra e venda de terrenos, sinalizando o avanço da mercantilização da terra como eixo estruturante da ocupação do bairro. Entre o final da década de 1970 e meados da década de 1980, a Construtora Chequer adquiriu mais de 100 hectares de diferentes proprietários, processo que culminou no reagrupamento formal dessas áreas sob uma única matrícula, consolidando Antônio Chequer como o principal proprietário fundiário local (Coelho, 2013).

Dessa forma, a configuração territorial de Nova Viçosa resultou da articulação entre propriedades pertencentes ao Loteamento Nova Viçosa Ltda. e áreas de outros proprietários individuais. A distribuição dos lotes, realizada por meio de vendas e doações, ocorreu de maneira dissociada da regularização jurídica, dificultando o rastreamento das transações informais e produzindo um quadro persistente de insegurança fundiária.

A formação do bairro pode, portanto, ser compreendida como resultado da combinação entre duas estratégias complementares: de um lado, a lógica do mercado imobiliário, orientada pela captura da renda fundiária; de outro, arranjos políticos que viabilizaram o acesso à moradia para grupos de menor renda.

Essa combinação não apenas moldou a estrutura socioespacial de Nova Viçosa, como também contribuiu para a constituição de um espaço urbano apartado, marcado pelo isolamento territorial e pela reprodução de desigualdades. De tão naturalizado, esse território passa a ser percebido como algo externo à própria história urbana de Viçosa, como se não integrasse o mesmo jogo social, político e espacial que historicamente orientou projetos de exclusão da população pobre.

Nesse sentido, Coelho (2024) chama atenção para o caráter irônico inscrito no adjetivo “Nova” que nomeia o bairro. A designação só pode ser compreendida à luz de uma cidade formalmente consolidada, mas profundamente excludente. O termo revela a intenção

de fundação de uma “nova” cidade para abrigar as classes populares, já que elas foram sistematicamente excluídas da cidade formal.

Ao negar à população de baixa renda o acesso à cidade instituída, produz-se, implicitamente, a necessidade de um “novo” espaço para aqueles que foram marginalizados. O nome, assim, não anuncia novidade no sentido de progresso urbano, mas explicita a velha lógica da segregação socioespacial que estrutura Viçosa, criando territórios destinados aos que não são bem vindos na cidade formal.

Essa dinâmica encontra respaldo na análise de Ermínia Maricato (2003), para quem a segregação socioespacial constitui uma das expressões mais significativas da desigualdade social no Brasil:

À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável (Maricato, 2003, p.152).

Villaça (2011) aprofunda essa leitura ao afirmar que nenhum aspecto da sociedade brasileira pode ser plenamente compreendido sem considerar a profunda desigualdade econômica e o desequilíbrio de poder político que a estruturam. Para o autor, o problema central não é apenas a pobreza, mas a desigualdade e a injustiça que a acompanham. A segregação urbana emerge, assim, como a principal expressão espacial dessas assimetrias, inscrevendo no território as hierarquias sociais e tornando visível, no tecido urbano, aquilo que sustenta a própria organização da cidade.

A dinâmica observada na formação do bairro Nova Viçosa, também pode ser interpretada à luz das análises de Maricato (2011), que examinam o papel articulado do Estado e do mercado imobiliário na produção capitalista do espaço urbano no Brasil. Segundo a autora, embora o Estado seja formalmente responsável pela provisão de serviços urbanos essenciais, como transporte, saneamento, iluminação pública e equipamentos coletivos, sua atuação não se traduz automaticamente em democratização do acesso à cidade.

Ao contrário, a implantação seletiva desses serviços tende a reorientar a demanda por determinadas áreas, elevando o preço do solo e atraindo grupos de maior renda, enquanto os

moradores mais pobres são deslocados ou permanecem excluídos do usufruto pleno da infraestrutura urbana. A valorização do solo decorrente da ação estatal passa, assim, a ser apropriada pelo mercado imobiliário, que se antecipa ou induz a expansão das redes de serviços como estratégia de captura da renda fundiária (Maricato, 2011).

Nesse processo, a ocupação inicial por populações de baixa renda, frequentemente viabilizada por mecanismos como a venda facilitada ou a doação de lotes, assume um papel funcional na produção do espaço urbano, ao operar como pressão política para a obtenção de infraestrutura. Os serviços públicos, embora formalmente universais, acabam sendo usufruídos prioritariamente por aqueles capazes de pagar o “preço” embutido na renda do solo urbanizado, reforçando a segregação socioespacial.

No caso de Nova Viçosa, essa lógica adquire uma particularidade relevante: a atuação do Estado e do investidor imobiliário se sobrepõem, uma vez que o principal agente de produção do bairro ocupava simultaneamente posições de poder político e econômico. Tal sobreposição permite interpretar a criação do bairro não apenas como resposta a uma demanda habitacional, mas como um empreendimento estruturado para a captura de renda fundiária, em consonância com o modelo analítico proposto por Maricato (2011).

2.2.1 Verdades que se mostram e verdades que se escondem: Uma leitura crítica de Nova Viçosa a partir de Flávio Villaça

Há uma grande quantidade de produções acadêmicas que analisam o período inicial de desenvolvimento da cidade de Viçosa e, em particular, do bairro Nova Viçosa, muitas delas abordando conteúdos próximos aos que serão discutidos neste tópico, destacam-se trabalhos como os de Médelin Lourena Silva (2008), Adelaide Luíza de Novaes Dias, Janaina Matoso Santos, Aline Werneck Barbosa de Carvalho e Teresa Cristina de Almeida Faria (2011), Maurílio de Amaral Silva (2012), Dayana Debossan Coelho e Maria Isabel de Jesus Chrysostomo (2013), Maressa Fonseca e Souza (2016), Regiane Valentim Leite (2018) e Leonardo Enrique Cares Pereira e Dayana Debossan Coelho (2020).

Esses estudos discutem temas como segregação socioespacial, irregularidade urbana, autoconstrução, mobilidade, escolarização e produção do espaço periférico em Viçosa. Diante desse acúmulo analítico, optou-se por apresentar o material de modo a diferenciá-lo das abordagens já consolidadas, buscando articular a análise a uma perspectiva teórica ainda não

explorada de forma sistemática no que se refere à formação de Nova Viçosa e à atuação de Antônio Chequer.

Para tanto, adota-se a abordagem de Flávio Villaça (2012) acerca da construção das “verdades” no espaço urbano, o que permite tensionar as narrativas dominantes e elaborar uma interpretação própria sobre o processo de produção do bairro. O autor alerta para o modo como determinadas verdades podem ser utilizadas para ocultar outras mais incômodas:

Cuidado com as verdades. Não é raro o pensamento dominante utilizar-se de uma verdade para esconder outra verdade. **Se há uma verdade escondida, é porque ela incomoda e precisa ser escondida.** Por outro lado, se uma verdade é escondida por outra verdade, é porque a primeira (a que é escondida) tem mais importância, tem mais força ou é mais perigosa que a segunda (a que esconde). **Surge evidentemente a questão da hierarquia entre as verdades** (Villaça, 2012, p. 281, grifo nosso).

Diferentes interpretações podem ser adotadas para analisar a atuação de Chequer, especialmente considerando que a fundação do bairro possuía um viés político e social. Nesse sentido, uma análise crítica da história de Nova Viçosa exige atenção tanto às verdades evidenciadas quanto àquelas sistematicamente silenciadas. Contudo, há um desafio ao elencar tais verdades: todas coexistem, mas não possuem o mesmo peso analítico, político ou urbano. Como questiona Villaça (2012, p. 282), “Com qual verdade ficar? Há interesses diferentes atrás de cada uma dessas verdades. O autor também destaca o papel do cientista social²¹ na diferenciação das verdades:

Coloca-se aqui aquele que talvez seja o maior desafio que se apresenta ao cientista social: o de diferenciar e selecionar as verdades. Esse desafio é grande porque é comum o cientista social se preocupar apenas em descobrir e revelar as verdades, sem distinguir uma da outra, já que todas são verdades. **Ora, o maior desafio não está em descobrir e revelar as verdades, está em matizá-las, hierarquizá-las e distinguir quais são mais importantes e quais são menos importantes.** As verdades não são da mesma importância. Há verdades mais fundamentais e mais importantes, e há verdades menos fundamentais e menos importantes. Muito frequentemente, é o pensamento dominante que faz essa seleção (Villaça, 2012, p. 282, grifo nosso).

O desafio aqui colocado desdobrou-se em uma escolha de ponto de vista: procurar apreender os acontecimentos a partir de uma perspectiva mais próxima à dos moradores pioneiros do bairro. Trata-se de um posicionamento analítico que opta por se alinhar à

²¹ O autor compreende “**cientista social**” como todos os pensadores que se dedicam à investigação dos mais diversos aspectos da sociedade. Esse grupo inclui, portanto, economistas, cientistas políticos, planejadores urbanos, historiadores, geógrafos, sociólogos, publicitários, advogados, antropólogos, entre outros (Villaça, 2012, p. 286).

população, reconhecendo e considerando os obstáculos, as dificuldades e as estratégias mobilizadas por esses sujeitos ao longo do processo de constituição do território. Sem desconsiderar as contribuições dos estudos existentes, torna-se necessário romper com leituras parciais e ampliar o olhar para abarcar as camadas invisibilizadas, aquelas que se manifestam nos corpos, nos afetos e nas geografias da exclusão.

A seguir, organizam-se cinco “verdades” (afirmações difundidas, amplamente compartilhadas e aceitas como verdade pela maioria da população) que estruturam as narrativas sobre a origem e a consolidação do bairro. Abaixo de cada uma delas, desenvolvem-se tópicos analíticos que interrogam seus sentidos, limites e implicações, alterando o ponto de vista à luz das disputas simbólicas e materiais que atravessam a produção do espaço urbano.

1. Nova Viçosa foi concebida, nos anos 1970, sob a iniciativa do então prefeito Antônio Chequer como uma resposta à crescente demanda habitacional de populações de baixa renda que migravam para Viçosa. A proposta foi apresentada como um projeto social, com a promessa de lotes acessíveis e infraestrutura básica, amplamente divulgada pela mídia local, como pode ser confirmado pelo trecho a seguir:

Finalmente, o bairro esperado pelo povo de Viçosa. Uma nova cidade está para ser construída, com o lançamento do Bairro Nova Viçosa, há aproximadamente 500 metros da Igreja de Nossa Senhora de Fátima. **A construtora iniciará a venda após a instalação de água e esgoto**, porém, não fará a urbanização total. Os preços dos lotes no local são: R\$ 3.500,00, R\$ 4.500,00 e R\$ 5.500,00, pois segundo afirmam os dirigentes da Construtora, **LOTES SEM URBANIZAÇÃO VALEM APENAS O PREÇO ACIMA. (É bom frisar que lá teremos água e esgoto)**. Faça uma visita ao escritório da Construtora Chequer e inscreva-se, para a aquisição, pois o lançamento acontecerá no mês de maio. **LOTES ADQUIRIDOS NA CONSTRUTORA CHEQUER TEM VALORIZAÇÃO COMPROVADA (FOLHA DE VIÇOSA, 1978, apud Coelho, 2013, grifo nosso).**

Essa afirmação, embora não seja falsa, é parcial. Ela opera como aquilo que Villaça (2012) denomina uma *verdade visível*, amplificada pelo discurso oficial e pela mídia local, cumprindo a função de legitimar politicamente o projeto urbano e seu idealizador, ao mesmo tempo em que silencia aspectos estruturais da produção do espaço.

Essa verdade é parcial porque, embora seja real a existência de uma demanda habitacional por parte das populações de baixa renda, assim como o caráter social atribuído ao projeto, ela oculta aspectos fundamentais de sua concretização. De fato, os lotes foram

comercializados a preços mais baixos e, em muitos casos, doados, o que reforça a narrativa de um empreendimento voltado às camadas populares.

No entanto, o ponto central dessa parcialidade reside na promessa de infraestrutura básica. Embora o discurso oficial garantisse a instalação de água e esgoto, essa infraestrutura não foi implementada no momento da venda e da ocupação dos lotes. As comercializações tiveram início antes da instalação desses serviços, e sua efetivação ocorreu apenas anos depois. Durante esse longo período, a população permaneceu privada de condições mínimas de saneamento, enfrentando cotidianamente a precariedade que o próprio projeto dizia combater.

2. A narrativa sobre Nova Viçosa se consolidou fortemente em torno da figura de Antônio Chequer, construído simbolicamente como um benfeitor, um líder sensível às necessidades dos pobres e um empreendedor visionário. Essa imagem foi reforçada por relatos pessoais, entrevistas e pela atuação constante da mídia local, que o representava como herói e “pai dos pobres” (Alves, 2008; Coelho, 2013).

Nessa perspectiva, observa-se um deslocamento da política urbana para a figura individual do gestor, transformando uma ação pública em gesto pessoal. Conforme alerta Villaça (2012), esse tipo de verdade personaliza a política e obscurece as estruturas que organizam a cidade, dificultando uma leitura crítica das condições reais de produção do espaço urbano.

Esse processo se articula diretamente a práticas clientelistas. Conforme sistematiza Coelho (2013), a partir de Abers (1986), o clientelismo caracteriza-se pelo uso de recursos do Estado para beneficiar grupos social e economicamente desfavorecidos, os chamados “clientes”, que, em contrapartida, oferecem apoio político e eleitoral a seus supostos benfeitores. Nesse arranjo, direitos sociais são convertidos em favores pessoais, mediando o acesso da população pobre a bens e serviços que deveriam ser garantidos de forma universal.

Em Nova Viçosa, observa-se que essa prática foi amplamente mobilizada como estratégia de conquista de votos e de construção da confiança das camadas populares (Coelho, 2013). A oferta de lotes, promessas de infraestrutura e a mediação personalizada do acesso à moradia operaram como instrumentos de fidelização política, reforçando relações assimétricas de poder e dependência. Assim, a política habitacional, ao invés de se afirmar

como direito à cidade, foi apropriada como capital político, sustentando uma lógica em que a precariedade se converte em moeda de troca eleitoral.

3. A realidade vivida pelos primeiros moradores contrastava radicalmente com o discurso oficial. Ao chegarem ao bairro, encontraram um território ruralizado, sem infraestrutura urbana mínima: ausência de água encanada, eletricidade, transporte público, saneamento e pavimentação (Souza, 2017).

Trata-se de uma verdade estrutural e incômoda, pois evidencia a dissociação entre o discurso e a materialidade do território. Nos termos de Villaça (2012), é uma verdade mais fundamental, uma vez que revela a lógica desigual da urbanização, na qual o ônus da precariedade, da autoconstrução e da espera é transferido à população de baixa renda.

4. A criação de Nova Viçosa se insere em uma lógica histórica de afastamento da população pobre das áreas centrais da cidade, alinhada a práticas higienistas já observadas em Viçosa desde o início do século XX. A política de oferta de lotes periféricos funcionava, simultaneamente, como solução aparente para o déficit habitacional e como mecanismo de ordenamento social e espacial.

Essa afirmação permanece, em geral, ausente das narrativas oficiais. Ela explicita que a criação do bairro não se restringiu a uma iniciativa social, mas integrou uma estratégia de ordenamento territorial e controle urbano, alinhada a práticas higienistas e a interesses políticos e eleitorais mais amplos.

5. As dificuldades enfrentadas pelos moradores, fome, exaustão, improvisação, ausência de direitos básicos, receberam muito menos visibilidade do que os discursos populistas e celebratórios. Esse silenciamento não foi casual, mas resultado de um processo discursivo no qual a mídia local operou como instância de legitimação de determinadas versões da história (Santos, 2000).

O silenciamento das dificuldades enfrentadas pelos moradores não ocorreu de forma aleatória, mas como resultado de um processo discursivo que hierarquizou narrativas. Conforme adverte Villaça (2012), uma verdade, a do benefício e da generosidade, foi mobilizada para ocultar outra mais perigosa: aquela que expõe as desigualdades estruturais e os conflitos inerentes à produção do espaço urbano.

Dado o exposto, cabe questionar: Quem sustenta cada uma dessas verdades? Quem utiliza determinadas narrativas para ocultar outras? Como ressalta Villaça (2012), as verdades são socialmente construídas e hierarquizadas: as mais relevantes – que não são ocultadas pelo pensamento dominante, tornam-se hegemônicas, como se observa nas versões que destacam a doação de terras e a suposta generosidade de Chequer.

Já as verdades que expõem as desigualdades e os desafios estruturais do bairro são frequentemente marginalizadas, sendo relegadas a um plano secundário, utilizadas apenas quando servem a determinados discursos políticos ou em leituras e interpretações críticas que, muitas vezes, acabam restritas ao universo acadêmico.

Essa dinâmica reforça a necessidade de criação, fortalecimento e difusão de narrativas críticas que possam ir além das versões oficiais, buscando evidenciar as contradições da produção do espaço urbano e a realidade daqueles que de fato constroem a cidade. Mas há que se considerar que, mesmo com toda a história de enganação, mentiras e distorções que frequentemente deslegitimam as experiências dessa população, sua realidade não pode ser reduzida a uma condição de completa miséria. Vale dizer que, apesar da população ser pobre, não se trata de miseráveis.

A isso recorre-se a Santos (2000):

O exame do papel atual dos pobres na produção do presente e do futuro exige, em primeiro lugar, distinguir entre pobreza e miséria. A miséria acaba por ser a privação total, com o aniquilamento, ou quase, da pessoa. A pobreza é uma situação de carência, mas também de luta, um estado vivo, de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível (Santos, 2000, p.66).

Como distingue Santos (2000), a miséria corresponde ao aniquilamento quase total da vida, enquanto a pobreza, embora marcada por carência, é também um estado vivo de luta e resistência. Nesse sentido, os moradores de Nova Viçosa não são miseráveis: persistem, reinventam-se e constroem cotidianamente alternativas diante das desigualdades impostas.

Esse processo de resistência manifesta-se, de forma concreta, na maneira como os primeiros moradores do bairro Nova Viçosa construíram suas casas e organizaram seu espaço. A autoconstrução, uma prática comum no bairro, reflete não apenas a falta de acesso a recursos formais, mas também a capacidade inventiva e a força de trabalho dos moradores.

Souza (2017) destaca as irregularidades construtivas que permeiam quase todas as edificações da localidade.

A grande maioria das unidades habitacionais não conta com alvará para a execução das obras, um reflexo da informalidade no processo de construção. Um estudo realizado em 2010, com 1300 unidades habitacionais, revelou que apenas 24 delas possuíam permissão formal da Prefeitura. Nesse contexto, 84% das moradias apresentavam algum tipo de irregularidade, especialmente relacionadas a aspectos como iluminação e ventilação, que comprometem a salubridade dos espaços. Além disso, é notável a presença de ocupações em áreas íngremes e com risco estrutural, características que são comuns ao processo de autoconstrução em topografias acidentadas.

Em sua pesquisa, Coelho (2013) entrevistou moradores de Nova Viçosa e Posses, e encontrou dados que reforçam a centralidade da autoconstrução nesse contexto. Dos 93 entrevistados, 49% construíram suas moradias por conta própria, enquanto outros recorreram a empréstimos (4%) ou a uma combinação de recursos próprios e empréstimos (3%).

Além disso, uma parcela dos moradores participou de mutirões, ou seja, de construções coletivas, onde a ajuda mútua foi a chave para a concretização do lar. O processo de autoconstrução, portanto, se distingue pelo caráter individualizado e pela gestão dos próprios recursos, o que reflete tanto uma falta de alternativas formais quanto uma resistência ativa e inventividade das populações.

A autoconstrução em Nova Viçosa é um reflexo direto da lógica apontada por Santos, na qual os pobres, ao invés de se resignarem, criam soluções dentro das condições que lhes são impostas. Esse processo não se dá de forma isolada, mas dentro de uma rede de apoio mútuo, onde os conhecimentos sobre construção são compartilhados entre vizinhos, pedreiros locais e familiares. Carvalho et al. (2013) apontam que esse saber construtivo não se baseia apenas na falta de recursos, mas também em um modo de vida coletivo, onde a colaboração e a solidariedade têm papel fundamental.

A cidade, enquanto espaço de disputa, reflete esse movimento. Muitas vezes, interpretações acadêmicas ou discursos de poder tentam reduzir as práticas dos pobres a

meras estratégias de sobrevivência, desconsiderando que essas práticas são, em si mesmas, parte fundamental da produção do urbano.

Para Santos, a socialidade urbana escapa aos seus intérpretes institucionais, mas não aos próprios atores que a vivenciam diariamente. São eles que, a partir da experiência concreta, recriam a cidade de acordo com suas próprias necessidades e temporalidades, seja em consonância, seja em oposição aos chamados "donos do tempo e do espaço". É nesse processo que emerge o que Santos (2000) chama de "uma política dos *de baixo*", construída a partir das vivências cotidianas e da necessidade imperativa de continuar existindo. A luta diária, muitas vezes invisibilizada, dá forma a uma política que, ainda que fragmentada e contraditória, manifesta-se na busca por reconhecimento e mudança.

Como pontua o autor, essa política não surge, necessariamente, por meio de discursos bem articulados ou de organizações estruturadas, mas pode germinar silenciosamente, como vulcões que parecem dormentes, mas que já carregam em si a potência de erupção.

Dessa forma, ainda que enfrentem desilusões e obstáculos impostos pela estrutura social, os pobres não se limitam a uma passividade resignada. Há um despertar latente, que se inicia com a percepção das injustiças vividas, ainda que essa consciência, a princípio, se forme de maneira fragmentada. Esse entendimento, ainda em processo, pode florescer em atitudes de inconformidade e, eventualmente, em rebeldia (Santos, 2000).

2.2 Um pai que sonhava ser pai, mas não suportava a proximidade: A psicanálise em diálogo com o urbanismo

Até aqui, a análise situou a atuação de Antônio Chequer no interior das engrenagens políticas, econômicas e urbanísticas que estruturaram a produção segregada do espaço em Viçosa. Trata-se de uma leitura que evidencia estratégias, interesses e efeitos materiais da política habitacional, bem como o papel do discurso filantrópico na legitimação dessas práticas. A entrada da psicanálise, contudo, não se propõe a reiterar essa interpretação, mas a deslocá-la: não se trata mais apenas de compreender *como* a segregação foi produzida, mas de interrogar *por que* ela pôde ser socialmente aceita, afetivamente sustentada e, em muitos casos, transformada em objeto de gratidão.

Ao tensionar a dimensão inconsciente que atravessa as relações entre poder, afeto e território, a psicanálise permite iluminar aquilo que o urbanismo crítico, por si só, não alcança plenamente: os mecanismos subjetivos que fazem com que a exclusão se apresente sob a forma de cuidado, e a distância, como gesto de proteção. Nesse sentido, o conceito de formação reativa, formulado no campo psicanalítico, oferece uma chave potente de leitura.

Segundo Berth (2023), a formação reativa consiste na adoção de comportamentos que operam como o avesso do desejo inconsciente: a hostilidade recalcada reaparece como bondade excessiva; a culpa, como filantropia; o incômodo com a proximidade do outro, como zelo paternal. Freud (1909) já advertia que esse mecanismo, embora eficaz no curto prazo, é estruturalmente instável, pois aquilo que é recalcado insiste em retornar.

Quando transposto para o campo urbano, esse mecanismo ajuda a compreender práticas que se apresentam como políticas de cuidado, mas que, na realidade, reafirmam hierarquias espaciais e sociais. Berth (2023) identifica esse movimento na atuação da branquitude, que responde ao peso histórico da desigualdade não pela redistribuição efetiva de direitos, mas por ações compensatórias que preservam privilégios e reorganizam a exclusão sob uma aparência benevolente.

Em Nova Viçosa, essa lógica se expressa com clareza. A oferta de moradia à população pobre, longe de representar uma ruptura com a segregação urbana, operou como sua reorganização espacialmente controlada. A distância física em relação ao centro, a precariedade inicial da infraestrutura e a dependência prolongada do poder público e de mediadores políticos não são desvios do projeto, mas parte constitutiva dele. A “bondade” não elimina a desigualdade; ela a administra.

Nesse arranjo, Antônio Chequer não deve ser lido apenas como indivíduo, mas como função simbólica: a figura que encarna a mediação entre exclusão e pertencimento. O “pai dos pobres” não é aquele que integra, mas aquele que autoriza a permanência à distância. Há cuidado, desde que não haja proximidade; há reconhecimento, desde que não haja convivência; há moradia, desde que fora do campo visual e político da cidade formal.

Essa lógica não se expressa apenas nas políticas urbanas ou na configuração territorial, mas também na linguagem cotidiana que sustenta e naturaliza tais escolhas. Um exemplo revelador aparece em Alves (2008), no trecho da entrevista cedida por Ângela Maria

Damasceno Balbino, ex-secretária da Construtora Chequer e responsável pelas negociações de terrenos, ao narrar a recusa de Antônio Chequer em pavimentar determinada rua:

ô, Toninho Chequer, você não vai calçar essa rua aqui não?’ Ele falava assim: ‘não, vocês são ricos, meu eleitores não têm carro não, o Antônio Chequer era um prefeito dos pobres. Tinha muita relação com as pessoas de padrão aquisitivo mais alto, né? Mas o Toninho Chequer sempre foi assim uma pessoa muito humilde, muito humilde. E o povo de Antônio Chequer era o povo humilde (Alves, 2008, p. 5)

A fala condensa, de forma quase didática, o mecanismo da formação reativa. Ao se apresentar como “prefeito dos pobres”, Chequer justifica a negação de infraestrutura básica a partir de um argumento moral invertido: não se trata de desigualdade, mas de cuidado seletivo; não de exclusão, mas de prioridade ética. A precariedade torna-se, assim, prova de fidelidade política e marca identitária de um pertencimento administrado à distância.

A força dessa operação reside justamente em sua dimensão afetiva. A gratidão expressa por moradores pioneiros, mesmo diante da ausência de infraestrutura básica, não é um paradoxo, mas um efeito esperado desse tipo de mediação. Quando direitos são oferecidos como favores, a crítica tende a ser vivida como ingratidão. A desigualdade, nesse caso, não se impõe apenas pela força material, mas pela captura do afeto.

A mídia local desempenhou papel central nesse processo, ao consolidar uma memória pública que privilegia a figura do benfeitor e silencia a experiência cotidiana da precariedade. Ao transformar a política urbana em narrativa pessoal, desloca-se o conflito estrutural para o campo moral, onde a exclusão deixa de ser problema e passa a ser preço. Como aponta Santos (2000), a complexidade do mundo pode escapar aos pobres, imersos em uma névoa discursiva na qual explicação e propaganda se confundem, e a verdade se dilui no jogo de interesses midiáticos. Assim, a reprodução da imagem de Chequer como benfeitor não nasce apenas da experiência vivida, mas do modo como essa experiência foi enquadrada, narrada e disseminada.

Nesse contexto, a gratidão manifestada por parte dos moradores não pode ser interpretada como desconhecimento das injustiças vividas, tampouco como contradição lógica. Trata-se, antes, de um efeito direto do campo discursivo e afetivo que estruturou a relação entre política urbana, mediação pessoal e acesso à moradia. Em entrevistas realizadas para esta pesquisa, observou-se que algumas interlocutoras, especialmente aquelas residentes

no bairro desde os primeiros anos de sua fundação, expressaram sentimentos explícitos de admiração e gratidão a Antônio Chequer, mesmo quando relatavam, simultaneamente, a completa ausência de infraestrutura urbana no momento da ocupação e nos anos subsequentes.

Essa coexistência entre consciência da precariedade e reconhecimento do benfeitor não constitui um paradoxo, mas um dado revelador. Quando direitos são oferecidos sob a forma de concessão pessoal, a crítica tende a ser deslocada do campo político para o campo moral. Questionar o benfeitor passa a significar ingratidão; denunciar a desigualdade soa como ataque pessoal. Nesse arranjo, a distância territorial e a precariedade material deixam de ser lidas como expressão de exclusão e passam a ser naturalizadas como parte de um “sacrifício necessário”.

Relatos informais coletados durante visitas ao bairro reforçam esse mecanismo simbólico. Em diversas residências, ainda hoje, encontram-se fotografias de Antônio Chequer expostas nas paredes, em posições de destaque, como se integrassem o espaço íntimo da família. Essa presença materializa a transformação de uma política urbana estruturalmente excludente em memória afetiva personalizada, convertendo o mediador da exclusão em figura protetora. À luz da formação reativa, essa dinâmica revela sua face mais nítida:

O cenário que caracteriza a formação reativa aqui é: “Queremos dar moradia para os pobres, pretos e periféricos, mas longe dos nossos olhos e do nosso convívio” ou “Queremos que o lugar físico da subalternidade fique longe dos nossos olhos, mas vamos ao menos adorná-lo com alvenaria para que lembre vagamente o nosso ninho de privilégios (Berth, 2023, p.38).

O gesto aparentemente protetor “dar um lugar para morar”, opera simultaneamente como mecanismo de afastamento, garantindo que a subalternidade permaneça fora do campo visual, simbólico e político da cidade formal. Essa lógica se inscreve materialmente no espaço urbano e se torna visível na própria paisagem de Viçosa.

Em Nova Viçosa, essa inscrição espacial se evidencia tanto pela segregação urbana imposta quanto pela distância do bairro em relação às áreas centrais, aproximadamente quatro quilômetros, condição que reforça a separação entre os territórios da precariedade e os espaços de acesso pleno à cidade.

No mapa a seguir, é possível observar a localização do bairro Nova Viçosa em relação ao tecido urbano do município, bem como a demarcação da região central da cidade de Viçosa. A representação cartográfica permite visualizar, de forma imediata, a posição periférica do bairro em relação ao núcleo consolidado da cidade, evidenciando a distância física que o separa das áreas historicamente mais valorizadas e dotadas de infraestrutura urbana mais completa.

Figura 4: Mapa Aéreo de Viçosa (MG), com demarcação do Centro e de Nova Viçosa



Fonte: Google Earth, 2025, adaptado por Teles e Lima, 2025.

Essa segregação associa-se, ainda, às condições precárias de moradia que marcaram o processo inicial de ocupação do bairro, como ilustram as imagens apresentadas a seguir (Figura 5), nas quais se observam autoconstruções, ausência de infraestrutura básica e padrões construtivos frágeis, característicos de uma urbanização produzida sob a lógica da urgência e da concessão.

Figura 5: Moradias precárias em Nova Viçosa



Fonte: Souza (2017)

Em contraste, o condomínio Bosque Acamari, também localizado no município de Viçosa (Figura 6), apresenta um conjunto de moradias amplas, protegidas e dotadas de infraestrutura urbana qualificada, voltadas à classe média e alta. Ainda que o Acamari não tenha sido concebido ou implantado por Antônio Chequer, sua inserção analítica neste trabalho se justifica como elemento comparativo fundamental para compreender a racionalidade urbana que operava na cidade naquele período.

É relevante destacar que a distância em relação às áreas centrais, por si só, não constitui um marcador absoluto de segregação urbana. Tanto Nova Viçosa quanto o Bosque Acamari situam-se fora do núcleo central da cidade. O que distingue esses territórios não é o afastamento geográfico em si, mas a forma como esse afastamento é produzido, vivido e protegido.

Figura 6: Condomínio Bosque Acamari



Fonte: Silva (2014)

No caso do Bosque Acamari, a distância opera como escolha e privilégio. Trata-se de um afastamento desejado, associado à ideia de refúgio, tranquilidade e controle, sustentado por infraestrutura adequada, acessibilidade garantida e dispositivos de proteção física e simbólica. Estar longe, nesse contexto, não significa estar fora: o acesso à cidade permanece pleno.

Em Nova Viçosa, ao contrário, o afastamento não se configura como escolha, mas como condição imposta. A distância vem acompanhada da precariedade, da espera e da dependência de mediações políticas. Aqui, estar longe significa estar fora: fora dos circuitos de decisão, fora das prioridades de investimento e fora do campo de reconhecimento urbano.

A comparação entre esses dois espaços não visa estabelecer uma relação causal direta entre seus agentes promotores, mas evidenciar a coexistência de duas pedagogias urbanas operando simultaneamente na cidade: uma pedagogia do privilégio protegido, onde o cuidado se expressa por meio da infraestrutura, do planejamento e da proximidade seletiva; e uma pedagogia do cuidado à distância, na qual a moradia é concedida como favor, desde que acompanhada da segregação territorial e da exclusão dos circuitos centrais da cidade. À luz

da formação reativa, essas imagens tornam visível aquilo que o discurso filantrópico tende a ocultar: a produção simultânea de proteção para uns e afastamento para outros como partes complementares de uma mesma racionalidade urbana.

2.3 Urbanização de Nova Viçosa: Desigualdades e contradições ao longo do tempo

A urbanização de Nova Viçosa revela, de forma concreta, como processos históricos de exclusão, decisões institucionais e lógicas de valorização desigual do espaço se materializam no território ao longo do tempo. Este tópico analisa a formação e a consolidação do bairro a partir de indicadores socioeconômicos, registros cartográficos, imagens de satélite, documentos oficiais e observações de campo, buscando evidenciar que a segregação vivenciada pelos moradores não é apenas percebida subjetivamente, mas se sustenta em padrões objetivos de desigualdade urbana.

Ao articular diferentes escalas de análise, do município ao bairro, e do bairro à microescala da rua, demonstra-se que a urbanização de Nova Viçosa ocorreu de maneira fragmentada, tardia e seletiva, marcada por uma expansão física não acompanhada pela oferta proporcional de infraestrutura e serviços públicos. Esse processo resultou em um território internamente heterogêneo, no qual áreas relativamente consolidadas coexistem com extensas porções caracterizadas por precariedade persistente.

A leitura combinada de dados históricos, socioeconômicos e espaciais permite compreender as contradições desse processo e explicitar como a desigualdade se reproduz tanto entre diferentes regiões da cidade quanto no interior do próprio bairro. Essa desigualdade torna-se ainda mais evidente quando analisada por meio de indicadores sintéticos. Índice de Segregação Socioespacial elaborado por Filho et al. (2018) posiciona Nova Viçosa como a área mais segregada de Viçosa, com ISSE de 0,681, em contraste radical com o Centro, que apresenta índice de 0,078.

Tabela 1: Índice de Segregação Socioespacial de Viçosa, MG

Regiões	(ISSE)
1. Centro	0,078
2. Fátima	0,311
3. Lourdes	0,311
4. Santo Antônio	0,378
5. Acamari	0,417

6. Bom Jesus	0,442
7. Nova Era	0,450
8. Passos	0,456
9. Silvestre	0,456
10. Amoras	0,556
11. Santa Clara	0,636
12. Nova Viçosa	0,681

Fonte: Filho et. al (2018). Adaptado pela autora (2024)

Como o índice combina dimensões como renda, infraestrutura, acessibilidade, educação, vulnerabilidade familiar, violência e emprego, seu resultado sintetiza, em um único número, aquilo que o campo empírico revela em múltiplas escalas: Nova Viçosa ocupa, estruturalmente, a posição mais desvantajosa na hierarquia socioespacial do município.

A análise das imagens (Figura 7) de satélite do Google Earth, referentes aos anos de 2002, 2011, 2015 e 2025, permite observar a transformação progressiva de Nova Viçosa de um território ainda marcado por vazios, cobertura vegetal e ocupação fragmentada em uma periferia densamente urbanizada.

Figura 7: Crescimento de Nova Viçosa ao longo do tempo



Fonte: Google Earth, elaborado por Teles e Lima (2025).

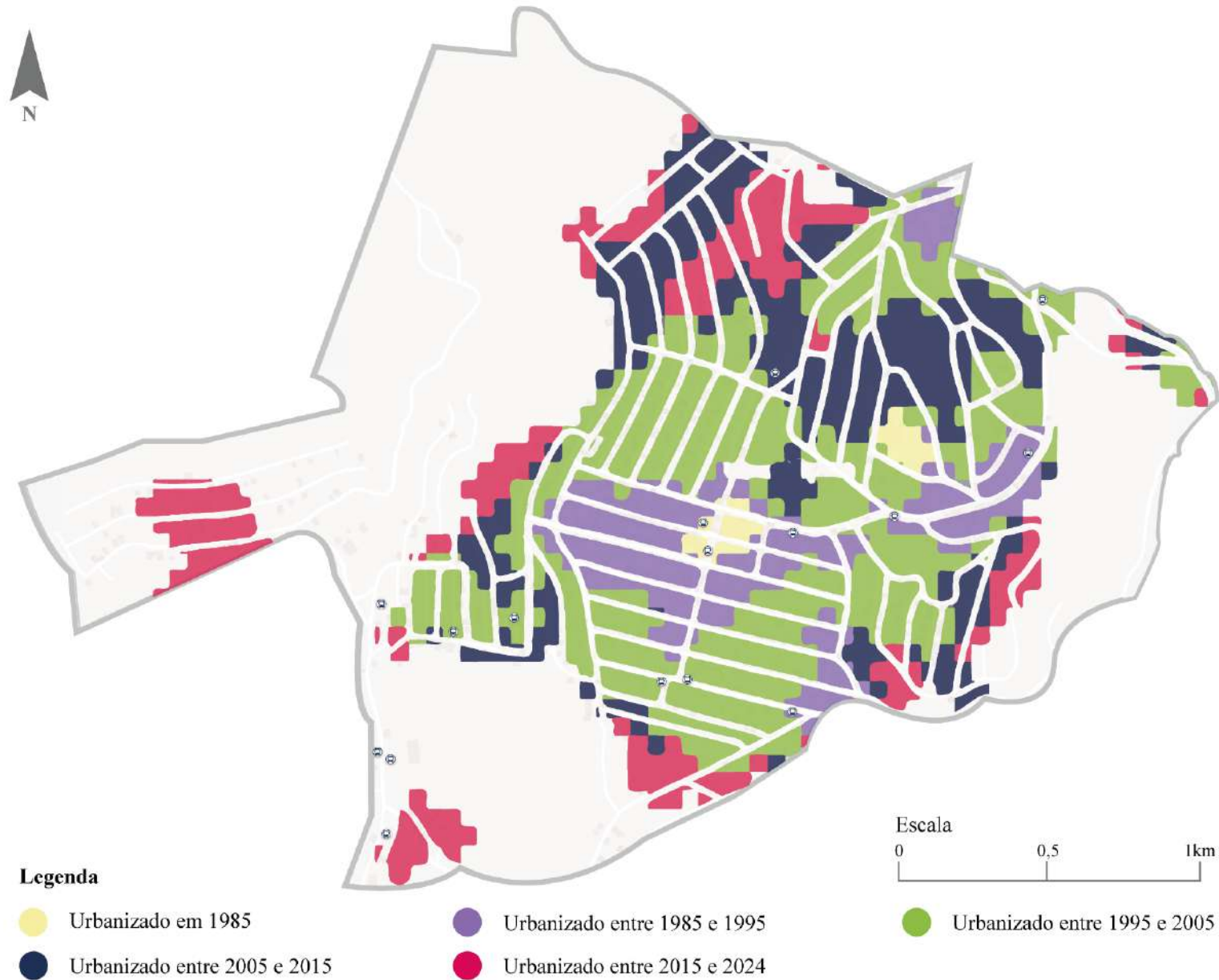
Em 2002, o tecido urbano era relativamente rarefeito; em 2011, observa-se o avanço da ocupação sobre áreas antes livres; em 2015, os vazios intraurbanos se reduzem de forma significativa; e, em 2025, o bairro se apresenta quase integralmente ocupado, com expressiva supressão da vegetação. Esse processo não deve ser interpretado apenas como crescimento urbano, mas como produção social do espaço. Trata-se de uma urbanização conduzida majoritariamente pela autoconstrução e pela ocupação progressiva de áreas inicialmente desvalorizadas, nas quais populações historicamente inseridas de forma precária no tecido urbano foram compelidas a produzir sua própria cidade.

A expansão física do bairro ocorreu, contudo, sem que a infraestrutura e os serviços públicos acompanhassem o ritmo da ocupação. O mapa de expansão urbana (Figura 8) elaborado a partir dos dados do MapBiomias permite visualizar, entre 1985 e 2024, a incorporação contínua de novas áreas ao tecido urbano. A metodologia da plataforma identifica alterações no uso e cobertura do solo, associando-as à urbanização, ainda que sem detalhar intervenções específicas.

Em 1985, a urbanização concentrava-se em um núcleo relativamente reduzido, que passou a concentrar os primeiros investimentos em infraestrutura e serviços urbanos, constituindo uma centralidade inicial. Entre 1985 e 1995, a expansão ocorre de forma contígua a esse núcleo, indicando adensamento progressivo e consolidação da malha estruturante, associada à chegada das primeiras escolas e do transporte público. A partir de 1995, a urbanização avança em direção às bordas do território, intensificando-se com a consolidação desses serviços.

Entre 2005 e 2015, observa-se um padrão mais fragmentado de crescimento, com a inserção de manchas urbanizadas descontínuas. Esse período coincide com a intensificação da especulação imobiliária em Viçosa, associada à expansão da Universidade Federal de Viçosa e ao REUNI, que impactou diretamente os bairros periféricos. É também nesse intervalo que se implanta o posto de saúde do bairro. No período mais recente (2015–2024), a expansão alcança áreas ainda mais periféricas, quando ocorre, de forma tardia, a implantação da primeira creche.

Mapa de Evolução Urbana de Nova Viçosa, Viçosa - MG



Fonte: MapBiomias 2025, adaptado por Teles e Lima, 2025.

A linha do tempo da implementação de equipamentos públicos evidencia que, mesmo décadas após a fundação de Nova Viçosa, a chegada de escolas, transporte, unidades de saúde e equipamentos comunitários foi lenta, fragmentada e insuficiente.

Figura 9: Linha do tempo da implementação de equipamentos públicos



Fonte: Teles e Lima (2025).

Em articulação com a linha do tempo acima, Coelho (2013) traz informações importantes sobre a chegada gradual e lenta de serviços ao bairro Nova Viçosa: A implantação da APOV em 1982 representou uma forma de assistência mediada pela filantropia religiosa, substituindo parcialmente o papel do Estado. A escola municipal, além de precária, atendia apenas até o quinto ano, obrigando crianças e jovens a se deslocarem para fora do bairro.

A primeira linha de ônibus, em 1988, atendia apenas parte do território, excluindo sobretudo as áreas mais altas e mais distantes. Esses dados confirmam que a periferização de Nova Viçosa não foi apenas geográfica, mas também institucional: o bairro foi incorporado à cidade de forma desigual, tardia e subordinada. Um marco importante ocorreu em 1982, quando surgiu a Associação de Moradores de Nova Viçosa e Posses (AM's), quatro anos após a fundação do bairro. Sua principal função era levar à atenção das autoridades os problemas enfrentados pela comunidade.

Através dessa organização, os moradores colocavam em debate questões relacionadas à luta por moradia e ao acesso a serviços essenciais. Além disso, a associação serviu como um instrumento para mobilizar a administração municipal, especialmente durante os períodos eleitorais, com o objetivo de negociar a resolução das demandas de Nova Viçosa e Posses.

A AM'S desempenhou um papel crucial na luta pela garantia dos direitos dos residentes, com um foco claro na urbanização e na implementação de serviços essenciais e infraestrutura no bairro (Coelho, 2013). A partir dessa organização, foi possível construir uma identidade comunitária e formar lideranças locais. Assim, comunidade passou a se consolidar em Nova Viçosa, com os moradores se identificando com as necessidades do bairro. Por meio de uma apropriação tanto material quanto simbólica do espaço, eles se uniram na busca por uma moradia digna e qualidade de vida.

A Associação possibilitou aos moradores o debate de ideias, projetos e demandas referentes ao bairro, constituindo-se como um verdadeiro espaço de reflexão política. Ao se apropriar da leitura e da escrita, os moradores de Nova Viçosa e Posses constituíram arquivos, fizeram atas de suas reuniões deixando registrado as suas ideias e pontos de vistas sobre o bairro. Ao encontrar nesse documento as principais lutas por melhores condições de vida e os testemunhos dos homens e mulheres sobre o bairro, tais atas contribuem para se pensar um dos importantes direitos espoliados de uma parcela significativa da cidade: o direito ao passado. Uma vez garantidos, podemos se dizer que não só tornaram audíveis as vozes não hegemônicas como trazer à tona as ações empreendidas por outras ações no bairro (Coelho, 2013, p.103).

O exame das indicações, requerimentos e projetos de lei oficiais entre 2001 e 2020 reforça esse quadro. As demandas recorrentes por pavimentação, transporte coletivo e infraestrutura básica revelam que as ações do poder público foram majoritariamente reativas, episódicas e desarticuladas, ocorrendo anos após as solicitações iniciais e sem planejamento integrado.

Tabela 2: Chegada dos Serviços e Demandas ao Longo dos Anos

Área	Demandas e Ações ao Longo dos Anos (2001-2020)
Escola	2001: Reforma da Escola Municipal José Teotônio Pacheco e ampliação (Indicação nº 100/01) 2007: Calçamento da rua da escola (Indicação nº 089/2007) 2010: Cobrança sobre demora na reforma da escola (Requerimento nº 013/2010) 2013: Construção de muro em torno da Escola Padre Francisco José da Silva (Indicação nº 086/2013)
Transporte coletivo	2001: Solicitação de transporte escolar (Indicação nº 078/01) 2003: Implantação do Passe-Escolar (Indicação nº 046/03)

	2005: Construção de abrigos de ônibus (Indicação nº 072/05) 2008: Solicitação de aumento de horários da linha (Indicação nº 096/2008)
Saúde (Posto de Saúde/UBS/PSF)	2005: Autorização para aquisição de terreno para UBS (Projeto de Lei nº 084/2005) 2013: Solicitação de vigia noturno e melhorias no PSF (Indicação nº 023/2013) 2017: Adequações no PSF conforme inspeções da Vigilância Sanitária (Indicação nº 029/2017) 2020: PSF com horário prolongado até 22h (01.10/8644)
Pavimentação / Calçamento	2007: Solicitação de calçamento da Rua Antônio Valério Pinheiro (Indicação nº 089/2007) 2007: Placas de nomeação de ruas (Indicação nº 242/2007) 2012: Solicitação de patrolamento das ruas sem calçamento (Indicação nº 020/2012) 2013: Solicitação de pavimentação asfáltica em vias (Indicação nº 261/2013) 2015: Manutenção das vias sem pavimentação (Indicação nº 046/2015) 2017: Solicitação de calçamento das vias públicas (Indicação nº 007/2017)

Fonte: Site da Câmara Municipal de Viçosa. Elaborado pela autora (2025).

Esse padrão torna-se ainda mais evidente quando analisados os indicadores socioeconômicos da Região Urbana de Planejamento 4, que engloba Nova Viçosa. A pesquisa, baseada em uma amostra estatisticamente definida, divide o município em 14 Regiões Urbanas de Planejamento, sendo que a Região 4 abrange os bairros Nova Viçosa e Posses.

Tabela 3: indicadores Socioeconômicos de Nova Viçosa em Comparação a Viçosa.

Indicadores	Região 4	Viçosa	Observações
Renda familiar média	1.387,40	2.742,16	Menor renda familiar média dentre as regiões de estudo do município.
Renda per capita média	R\$ 384,32	R\$ 830,96	Menor renda per capita média dentre as regiões de estudo do município.
Rendimento Mensal do trabalho	Mulheres(678,5) Homens (761,96)	1.233,93	Em todas as 14 regiões o rendimento mensal dos homens é superior ao das mulheres.
Porcentagem de famílias em vulnerabilidade social (em relação ao total de famílias da região)	24,54%	13%	Maior incidência de vulnerabilidade do município.
Proporção da população usuária de plano de saúde.	15,96%	42,93%	Menor proporção de usuários dentre as regiões de estudo.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados de Cruz et al. (2014).

A renda familiar média e a renda per capita são aproximadamente metade da média municipal; a proporção de famílias em vulnerabilidade social é a maior do município; e

apenas 15,96% da população possui plano de saúde, indicando elevada dependência de serviços públicos. A desigualdade de gênero se manifesta de forma clara, com rendimentos femininos inferiores aos masculinos, evidenciando a intersecção entre exploração econômica e divisão sexual do trabalho.

Quando esses dados são articulados aos estudos de Silva (2014), que apontam déficits significativos de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica e coleta de lixo em Nova Viçosa, torna-se evidente que a precariedade não é um efeito colateral do crescimento urbano, mas um produto direto da lógica de valorização desigual do espaço, conforme discutido por Maricato (2015). Bairros periféricos concentram deficiências estruturais, enquanto condomínios de elite, ainda que distantes do centro, não enfrentam os mesmos problemas.

Essa lógica se reproduz internamente no próprio bairro. A análise das doações de terras promovidas por Antônio Chequer revela que a maior parte dos lotes foi destinada a áreas íngremes, alagadiças e de difícil acesso, especialmente na parte alta do bairro e na comunidade de Posses, enquanto a área central, mais plana e valorizável, recebeu poucas doações. Esse padrão ajuda a explicar a morfologia atual de Nova Viçosa: uma centralidade relativamente estruturada, cercada por extensas áreas marcadas por precariedade persistente.

As visitas de campo evidenciaram que essa precarização não se manifesta apenas na comparação entre a área central e as demais regiões do bairro, mas também no interior de uma mesma rua. Ao longo de um único logradouro, coexistem trechos com pavimentação adequada, calçadas e fachadas consolidadas, e segmentos marcados por terra batida, calçadas inexistentes e obstáculos à circulação cotidiana e ao acesso a serviços públicos.

Nesse contexto, a decisão judicial que condenou o Município de Viçosa a refazer a infraestrutura urbanística de Nova Viçosa, decorrente de Ação Civil Pública ajuizada em 2010, confirma institucionalmente aquilo que o diagnóstico empírico revela. Segundo o Jornal Folha da Mata (2016), o Município de Viçosa foi condenado pela Justiça local a refazer praticamente toda a infraestrutura urbanística de Nova Viçosa. A sentença, proferida pela juíza Giovanna Travenzoli Abreu Lourenço, resultou de uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público em junho de 2010, durante a gestão do então prefeito Raimundo Nonato de Souza (Raimundo Violeira).

O que se verifica da prova carreada aos autos é que no Bairro Nova Viçosa há uma situação de crescimento desordenado, o que vem causando prejuízos urbanísticos e ambientais de grande impacto, colocando em risco a população local. Dessa forma, em observância ao Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público, é inadmissível que o Município réu mantenha-se inerte perante a situação em comento (Folha da Mata, 2016, s/p).

Na decisão, a magistrada destacou que a própria Prefeitura havia reconhecido, em ofício enviado ao Ministério Público em janeiro de 2007, que o desmembramento e o loteamento de terrenos em Nova Viçosa estavam sendo realizados em desacordo com a legislação municipal e federal. Tal documento evidencia a omissão do poder público em fiscalizar as irregularidades urbanísticas, as quais incluíam degradação ambiental, ocupações em áreas de preservação permanente, intervenções em cursos d'água e acúmulo de lixo a céu aberto.

Na época, citado, a prefeitura pediu a extinção do processo, alegando que o município não poderia intervir em negócios jurídicos estabelecidos no âmbito privado, realizado na década de 70 por empresa de Antônio Chequer, atribuindo à empresa toda a responsabilidade pelo ocorrido. Entre outras justificativas para se esquivar da acusação de omissão, a prefeitura argumentou então que o loteamento foi realizado quando ainda não havia legislação municipal que regulamentasse tal empreendimento, que só foi editada no ano 2000 – Lei Municipal nº 1.420/2000 que regulamenta a ocupação, uso do solo e zoneamento do Município de Viçosa – esquivando-se o Município-réu de promover qualquer ato de regularização do loteamento em questão (Folha da Mata, 2016, s/p).

A sentença determinou que, no prazo máximo de 24 meses a contar do trânsito em julgado da ação, o Município de Viçosa deveria refazer integralmente a infraestrutura urbanística do bairro Nova Viçosa. Mesmo diante da decisão judicial, observa-se que, até os dias atuais, persistem problemas estruturais significativos no bairro.

A Praça Antônio Chequer, apresentada na primeira imagem (Figura 10 à esquerda da figura anterior, constitui um espaço público que recebe eventos esporádicos de caráter religioso, cultural e comunitário, atraindo moradores de Nova Viçosa e de outras regiões da cidade de Viçosa. O entorno da praça apresenta pavimentação asfáltica, iluminação adequada, calçamento contínuo e arborização, evidenciando uma infraestrutura relativamente mais estruturada quando comparada a outras áreas do bairro.

Figura 10: Rua Joaquim Nogueira, Rua João R Andrade, Rua Louis Mitchell



Fonte: Acervo da autora, 2025.

À medida que nos afastamos desse centro, a paisagem urbana gradualmente se transforma, revelando sinais claros de precarização: ruas sem pavimentação, moradias precárias, vegetação que invade a circulação e postes de iluminação incompletos ou ausentes. Essas áreas, localizadas em regiões mais íngremes, correspondem historicamente a terrenos doados por Chequer e ainda carecem de infraestrutura básica. As figuras abaixo ilustram essa realidade.

Figura 11: Ruas de Nova Viçosa, correspondente a áreas mais precárias



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Uma observação relevante é sobre a análise das doações de terras promovidas por Chequer revela que a maioria dos lotes foi destinada às áreas mais íngremes, alagadiças e de difícil acesso, especialmente na parte alta do bairro e na comunidade de Posses, enquanto a área central, mais plana e valorizável, recebeu pouquíssimas doações (Coelho, 2013). Esse padrão histórico ajuda a explicar a morfologia atual de Nova Viçosa: uma centralidade relativamente estruturada, com comércio, pavimentação, iluminação e praça pública, funcionando como um “cartão de visitas”, cercada por extensas áreas marcadas por precariedade, onde predominam ruas sem pavimento, calçadas inexistentes, iluminação incompleta e dificuldades de acesso.

Para aprofundar essa leitura da precariedade em duas escalas, a do bairro como um todo e a das microescalas internas às ruas, foi elaborado o mapa apresentado a seguir, que sistematiza e torna visível essa heterogeneidade espacial. Antes, porém, torna-se necessário apresentar a tabela de análise (Figura 12), uma vez que ela constitui o principal instrumento metodológico que orienta a classificação das vias e fundamenta a leitura cartográfica da precariedade urbana.

A partir dos critérios, categorias e níveis definidos nessa tabela foi construída a interpretação espacial expressa no mapa, garantindo coerência entre a observação empírica, a sistematização analítica e sua representação gráfica. A tabela foi formulada como um instrumento sistemático de leitura da precariedade urbana a partir da escala da rua, permitindo captar tanto desigualdades entre vias quanto variações internas a uma mesma rua. Sua estrutura parte da definição de categorias de observação, pavimentação, padrão construtivo, uso do solo e calçada, que concentram elementos materiais diretamente relacionados às condições de circulação, moradia e uso cotidiano do espaço urbano.

Cada categoria é desdobrada em itens observáveis, definidos de forma mutuamente excludente e associados a uma escala ordinal de precariedade (baixa, média e alta), operacionalizada por meio de pontuação de 1 a 3. A incorporação dos trechos A, B e C responde ao reconhecimento de que a rua não é uma unidade homogênea. Ao permitir a avaliação separada de segmentos distintos, a tabela evita a generalização indevida e torna visível a coexistência de diferentes níveis de precariedade dentro de uma mesma via.

Figura 12: Tabela de Análise para Mapeamento e Avaliação da Infraestrutura Urbana em Nova Viçosa.

NOME DA RUA:					Níveis de Precariedade			Resultado final de cada categoria	Nível final de precariedade da rua
Categorias	Itens a serem observados	Os trechos abaixo referem-se às ruas que apresentam heterogeneidade Caso a rua não possua, considere apenas o <u>Trecho A</u> .			01 baixa	02 média	03 alta		
		Trecho A	Trecho B	Trecho C	Abaixo pontuação equivalente a cada item				
Pavimentação	Terra Batida				03				
	Pavimento precário de pedra fincada com terra batida				03				
	Pedra fincada				02				
	Asfalto				01				
	Intertravado				01				
Padrão Construtivo	Predominância de fachadas consolidadas (com acabamento, rebocado ou conservado)				01				
	Predominânciade fachadas precárias (emestado dedegradação,materiaisaparentese/ou não acabados, sem reboco ou pintura)				03				
	Diversidade entre fachadas				02				
Uso do Solo	Só residência (Residencial)				03				
	Residências + Terrenos (Vazios urbanos)				02				
	Residências + Uso misto Comércios+Espaçospúblicos+Instituiçõesdeensino e religiosas)				01				
Calçada	Sem calçamento				03				
	Calçamento irregular (buracos, postes no meio da calçada, desníveis)				02				
	Calçada sem desnível				01				

Fonte: Elaborado por Teles e Lima (2025)

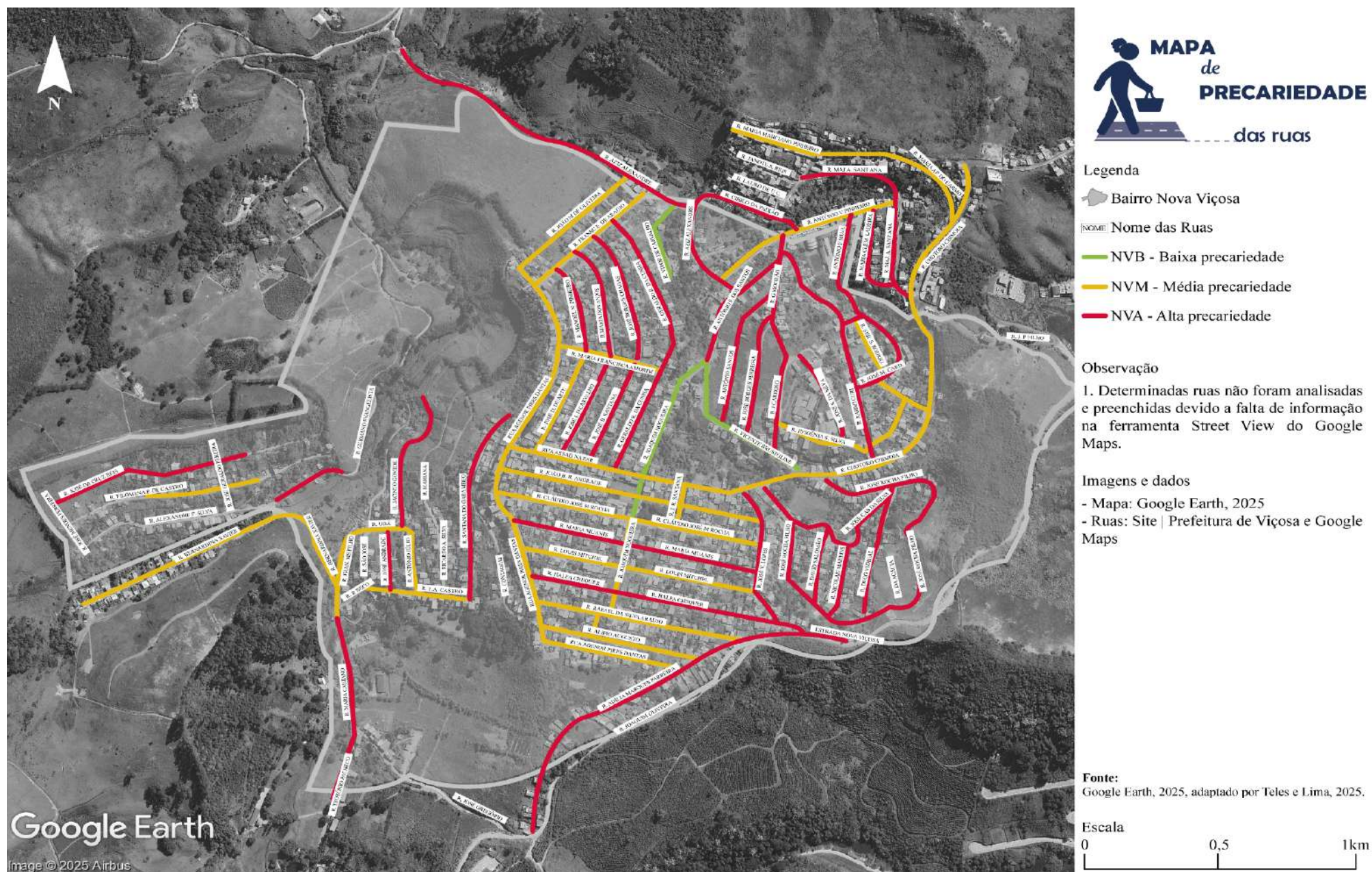
A passagem da observação empírica para a classificação se deu em duas etapas: primeiro, identifica-se o resultado final de cada categoria, adotando-se sempre o critério do maior grau de precariedade quando há mais de um trecho, especialmente no caso da pavimentação, entendida como elemento estruturante da condição urbana da rua. Em seguida, o nível final da rua é definido pela predominância dos níveis atribuídos às categorias, o que permite uma síntese sem apagar tensões internas.

Esse procedimento metodológico fundamentou diretamente a elaboração do mapa. Cada rua, após classificada segundo seu nível final de precariedade, foi representada cartograficamente por uma linha colorida, estabelecendo uma correspondência direta entre a leitura analítica da tabela e sua expressão espacial. Assim, o mapa não é uma abstração genérica, mas a tradução visual de um processo de classificação baseado em critérios estabelecidos

Na representação cartográfica (Figura 13), as linhas verdes (NVB – baixa precariedade) indicam ruas que, em sua maior parte, apresentam pavimentação adequada — predominantemente asfalto ou intertravado —, calçadas regulares ou inexistentes apenas pontualmente, padrão construtivo consolidado e maior diversidade de usos ou infraestrutura associada. Essas ruas tendem a oferecer melhores condições de circulação, acessibilidade e conforto urbano, refletindo maior presença de investimentos públicos e privados. As ruas classificadas como de baixa precariedade (NVB) foram: Rua Joaquim Nogueira, Rua Maria Caetano e Rua Vicente Brustoline. A maioria das ruas de Nova Viçosa apresenta níveis de precariedade média ou alta.

As linhas amarelas (NVM – média precariedade) correspondem a ruas com condições intermediárias: presença de pavimentação precária, calçadas irregulares, combinações entre fachadas consolidadas e precárias e usos predominantemente residenciais com menor oferta de serviços. As ruas classificadas com precariedade média incluem a Rua Antônio Valério Pinheiro, Rua Filomena Petrilha, Rua Assad Nazar, Rua Chotaro Shimoya, Rua Efigênia Soares Silva, Rua Francisco Elesbão de Araújo, Rua Florinda Comastre, Rua José Augusto de Castro, Rua José Valente Lopes, Rua José Rocha Santana, Rua José Mendes Cardoso, Rua Rafael da Silva Araújo, Rua Rahmi Curi, Rua Antônio Júlio, Rua Bernardino Xavier e Rua Francisco Marinho S Filho.

Figura 13: Mapa dos níveis de precariedade nas ruas de Nova Viçosa



Já as linhas vermelhas (NVA – alta precariedade) representam ruas onde predominam terra batida ou pavimentação rudimentar, ausência ou precariedade severa de calçadas, padrão construtivo degradado e menor diversidade de usos, configurando situações de maior vulnerabilidade socioespacial.

As ruas classificadas como de alta precariedade incluem a Rua Francisco Damasceno (Rua José Andrade), Rua Aziz Alexandre, Rua Cirilo Paixão, Rua Deco Vidigal, Rua Antônio Ferreira da Silva, Rua Cláudio José Mariano da Costa, Rua David Salomão, Rua Geraldo Rodrigues da Cunha, Rua Jacinto Gomide, Rua João Bosco Resende de Andrade, Rua João Martins de Oliveira Chaves, Rua Joaquim Cardoso, Rua José Borges Ferreira, Rua José Borges Santana, Rua José Gregório, Rua Manoel Neves Pinheiro, Rua José da Cruz Reis, Rua José Soares Silva, Rua José Teotônio Pacheco, Rua Adília Marques Parreira, Rua Louis Mitchell, Rua Antônio Forte dos Santos, Rua Agenor Pires Dantas, Rua Germano Evangelista, Rua Alfa Chequer, Rua Maria Marciano Pinheiro, Rua Maria Moanis, Rua Clementina Ladeira e Rua José L. D. Carvalho.

A leitura do mapa do bairro Nova Viçosa evidencia que a precariedade não se distribui de forma aleatória, mas segue uma lógica espacial clara, marcada pela concentração de ruas de alta precariedade em determinadas áreas e pela presença de bolsões de média e baixa precariedade que não necessariamente se conectam entre si. Observa-se que, mesmo dentro de um mesmo bairro, coexistem microterritórios urbanos desiguais, o que reforça a importância da escala da rua como unidade analítica. A presença de trechos classificados como NVA em vias adjacentes a ruas NVM ou NVB revela processos de urbanização fragmentada, nos quais a infraestrutura avança de forma seletiva e descontínua.

Essa configuração aponta para uma produção do espaço urbano marcada por prioridades desiguais, em que determinadas áreas recebem investimentos em pavimentação e qualificação do espaço público enquanto outras permanecem em condições precárias, muitas vezes naturalizadas como provisórias, mas que se prolongam no tempo. O mapa, ao tornar visíveis essas diferenças, contribui para deslocar a leitura da precariedade de uma noção abstrata de “bairro carente” para uma compreensão mais fina, que reconhece gradientes internos de acesso à cidade.

Maricato (2015) contribui para a interpretação do cenário observado ao destacar que o capital tende a moldar o ambiente urbano segundo suas próprias necessidades, tratando a cidade como mercadoria e produto das relações de produção, com a renda imobiliária atuando como motor central desse processo. O quadro se agrava em contextos de produção do espaço marcados pela seletividade espacial, imposta tanto pelo Estado quanto pelo mercado.

Trata-se de um modelo de desenvolvimento urbano excludente, que atende aos interesses de determinados grupos sociais em detrimento da maioria da população. No caso de Nova Viçosa, essa seletividade se manifesta na condição periférica e na baixa valorização dos terrenos, resultando em menor presença de investimentos públicos e privados e, conseqüentemente, em uma oferta precária de infraestrutura e serviços.

Conforme sintetiza Maricato (2002, p. 177), vivemos um “planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, lei para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns”, evidenciando a seletividade estrutural do desenvolvimento urbano e oferecendo um referencial teórico consistente para interpretar o quadro empírico do bairro.

Dado exposto, torna-se evidente que a precariedade histórica de Nova Viçosa não se limita à ausência de infraestrutura ou serviços públicos, mas se manifesta como um complexo entrelaçamento de desigualdades socioespaciais, econômicas e de gênero. A localização periférica do bairro, aliada à implementação parcial e insuficiente de equipamentos urbanos, reforçou barreiras estruturais que restringiam o acesso a direitos fundamentais, ampliando as sobrecargas, especialmente para as mulheres responsáveis pelo cuidado familiar.

Segundo Maricato (2002), o urbanismo brasileiro, entendido como planejamento e regulação do espaço urbano, historicamente se orienta por uma lógica que privilegia apenas uma fração da cidade, aplicando princípios modernos e burgueses como se fossem universais. Essa ordem planejada não se compromete com a realidade concreta das populações periféricas; ao contrário, legitima privilégios e reforça desigualdades, enquanto os espaços ocupados de forma informal permanecem invisibilizados.

A chamada “cidade ilegal” escapa às categorias do planejamento oficial, aos levantamentos estatísticos e mesmo ao controle técnico e administrativo das prefeituras, sendo frequentemente ignorada ou mal representada em mapas e projetos urbanos. Essa invisibilidade não é neutra: ao excluir parcelas significativas da população da lógica do

planejamento formal, mantém-se um sistema que beneficia interesses restritos, políticos, econômicos e clientelistas, e consolida um mercado imobiliário seletivo e especulativo.

Para caminhar para o encerramento deste capítulo, faremos uma última análise, que retoma os principais achados empíricos e analíticos apresentados até aqui: Desde o início do capítulo, ao retomar brevemente o passado do território e a presença dos povos Puris, buscou-se situar a formação de Nova Viçosa em uma longa duração histórica de expropriações e apagamentos, indicando que a desigualdade urbana não pode ser dissociada de processos mais amplos de dominação.

Posteriormente, o percurso desenvolvido neste capítulo permitiu compreender a urbanização de Nova Viçosa como um processo historicamente marcado pela desigualdade, pela seletividade dos investimentos públicos e pela produção fragmentada do espaço urbano. A análise articulada entre dados históricos, indicadores socioeconômicos, registros cartográficos, documentos institucionais e observações de campo evidenciou que a precariedade não é episódica nem homogênea, mas estrutural, territorializada e reproduzida ao longo do tempo.

Ao deslocar o olhar da escala do bairro para a microescala das ruas, foi possível demonstrar que a segregação não se manifesta apenas entre centro e periferia, mas também no interior do próprio bairro, revelando gradientes internos de acesso à cidade e expondo a forma como a urbanização avança de maneira descontínua, seletiva e desigual.

O foco analítico deste capítulo concentrou-se, predominantemente, nas dinâmicas de classe, por se tratar de um caminho necessário para explicitar a lógica estrutural de produção da precariedade urbana. Isso, contudo, não implica a desconsideração dos demais marcadores. Ao contrário, ao longo da análise emergem brechas, silêncios e indícios que apontam para o entrelaçamento entre classe, gênero e raça na produção do espaço de Nova Viçosa, seja na distribuição desigual da infraestrutura, na sobrecarga cotidiana imposta às famílias, ou na forma como determinados corpos e territórios permanecem historicamente invisibilizados pelo planejamento urbano.

Essas questões, que neste capítulo aparecem ainda de maneira lateral, constituem o ponto de partida do capítulo seguinte, onde o olhar retorna aos primeiros anos de formação do

bairro para deslocar o foco da infraestrutura e da materialidade urbana para as experiências, presenças e ausências que sustentaram esse processo. Ao perguntar onde estavam as mulheres e como gênero e raça atravessaram a construção cotidiana do bairro, o próximo capítulo busca aprofundar a análise, tensionando os limites do que foi historicamente registrado e abrindo espaço para aquilo que permaneceu à margem das narrativas oficiais sobre a cidade.

CAPÍTULO 3. ENTRE O QUE FOI DITO E O QUE FOI SILENCIADO: GÊNERO E RAÇA EM NOVA VIÇOSA

Este tópico tem como objetivo explicitar o percurso por meio do qual as dimensões de gênero e raça foram sendo incorporadas à pesquisa. Mais do que apresentar resultados, trata-se de situar o deslocamento analítico que orienta o capítulo, evidenciando como a interseccionalidade passa a operar como chave de leitura para a interpretação das narrativas, dos silêncios e das experiências urbanas em Nova Viçosa. Ao tensionar o que foi dito e o que permaneceu à margem nas análises existentes, busca-se reposicionar sujeitos historicamente tratados como secundários, sem perder de vista o processo metodológico que sustenta esse enquadramento.

Durante minhas leituras, uma pergunta, até então ausente nos estudos sobre Nova Viçosa, surgiu: como foi para as mulheres pioneiras do bairro, tradicionalmente responsáveis pelo cuidado do lar e da família, vivenciar a ausência de acesso a serviços e infraestrutura urbana? Não encontrei análises que abordassem a experiência dessas mulheres, tanto no período inicial de ocupação quanto na atualidade.

Ressalto que há uma ausência quase total de produções voltadas para gênero, não apenas no campo da arquitetura e do urbanismo, mas também em outras áreas do conhecimento se considerarmos as dissertações, artigos e Trabalhos de Conclusão que se debruçaram sobre Nova Viçosa.

Com o objetivo de situar o estado da produção acadêmica sobre o bairro Nova Viçosa e identificar os enfoques analíticos mobilizados ao longo do tempo, realizou-se um levantamento de trabalhos que tomaram o bairro como objeto de estudo entre os anos de 2005 e 2024. A busca contemplou diferentes bases e repositórios, incluindo o repositório institucional da Universidade Federal de Viçosa (UFV), a base SciELO, o Google Scholar e o Banco de Teses e Dissertações, considerando produções de distintas naturezas.

Foram incluídos no levantamento artigos científicos, trabalhos apresentados em anais de eventos, iniciações científicas, trabalhos de conclusão de curso e dissertações de mestrado. A seleção não tem caráter exaustivo, tampouco pretende estabelecer hierarquias entre as produções, mas busca compor um panorama analítico que permita observar recorrências temáticas, abordagens privilegiadas e, sobretudo, ausências persistentes no tratamento das categorias de gênero e raça. A sistematização desse levantamento é apresentada na Tabela 5.

Tabela 5: Levantamento de produções acadêmicas sobre Nova Viçosa

Título	Autor(es)	Ano	Tipo
Meio ambiente e mudanças na paisagem: contextualização das segregações ambientais no bairro Nova Viçosa, Viçosa, MG	Élcio Ferraz de Lima	2005	Dissertação de Mestrado
Segregação sócio espacial e periferia urbana na cidade de Viçosa – MG: o caso do bairro de Nova Viçosa – década de 1970 até a atualidade	Médelin Lourena Silva	2010	Monografia (Graduação em Geografia)
Análise comparativa dos processos de produção da irregularidade urbana nas áreas centrais e periféricas: o caso de Viçosa, MG	Adelaide Luíza de Novaes Dias et al.	2011	Iniciação Científica
Análise comparativa dos processos de produção da irregularidade urbana nas áreas centrais e periféricas: o caso de Viçosa, MG	Adelaide Luíza de Novaes Dias; Aline Werneck Barbosa de Carvalho	2011	Artigo em anais de evento
Análise comparativa dos processos de produção da irregularidade urbana nas áreas centrais e periféricas: o caso de Viçosa, MG	Adelaide Luíza de Novaes Dias et al.	2012	Artigo em anais de evento
Análise comparativa dos processos de produção da irregularidade urbana nas áreas centrais e periféricas: o caso de Viçosa, MG	Adelaide Luíza de Novaes Dias et al.	2012	Artigo em anais de evento
Segregação socioespacial e periferia urbana em Viçosa – o caso do bairro Nova Viçosa	Adelaide Luíza de Novaes Dias et al.	2014	Artigo científico
Análise comparativa dos processos de produção da irregularidade urbana nas áreas centrais e periféricas: o caso de Viçosa, MG	Adelaide Luíza de Novaes Dias et al.	2014	Artigo científico
Segregação Espaço-Escola: as reverberações de um contexto restritivo ao processo de escolarização de alunos do bairro Nova Viçosa (Viçosa/MG)	Maurílio de Amaral Silva	2015	Dissertação de Mestrado
Estratégias imobiliárias e a construção do “mito” do Pai dos Pobres na produção dos bairros periféricos de Amoras e Nova Viçosa (1970–1990)	Dayana Debossan Coelho; Maria Isabel de Jesus Chrysostomo	2015	Artigo científico

Modos de vida e modos de habitar em moradias autoconstruídas: um estudo nos bairros Nova Viçosa e Posses, em Viçosa – MG	Maressa Fonseca e Souza	2017	Dissertação de Mestrado
Paisagens autoconstruídas: o papel da assistência técnica habitacional na produção do espaço no bairro Nova Viçosa, Viçosa (MG)	Regiane Valentim Leite	2017	Dissertação de Mestrado
Segregação socioespacial, mobilidade e acessibilidade urbana no bairro de Nova Viçosa, Viçosa – MG	Leonardo Enrique Cares Pereira; Dayana Debossan Coelho	2024	Artigo em anais de evento

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

A leitura da Tabela 5 permite observar que as produções acadêmicas que se debruçaram sobre Nova Viçosa, no período considerado, concentraram-se majoritariamente em temas como segregação socioespacial, periferização urbana, irregularidade fundiária, mobilidade, paisagem e estratégias imobiliárias. Embora esses trabalhos sejam fundamentais para a compreensão da produção do espaço no bairro, nota-se que, de modo geral, operam a partir de categorias estruturais amplas, como classe social e localização periférica, sem problematizar de forma sistemática as diferenças internas ao território.

As menções às experiências femininas são esparsas, curtas e pouco aprofundadas, limitando-se a frases breves ou comentários pontuais. Mesmo nos poucos estudos que entrevistaram mulheres, como o Trabalho de Conclusão de Curso *Nova Viçosa foi a gente quem fez* (Coutinho, 2014), realizado no curso de Jornalismo da UFV²², que realizou e registrou uma quantidade significativa de entrevistas com moradores e moradoras do bairro, a questão de gênero não aparece de forma intencional, porém aflora na fala de vários(as) entrevistados(as).

Diante disso, esta pesquisa retoma parte dessas entrevistas como material secundário, com o objetivo de reinterpretá-las a partir da lente da interseccionalidade. Busca-se investigar a seguinte indagação: que narrativas, nuances, problemáticas e desigualdades territoriais emergem quando as mulheres moradoras passam a ser consideradas protagonistas na análise do uso e da apropriação do espaço urbano?

²² COUTINHO, Pablo Campos. ‘*Nova Viçosa foi a gente quem fez*’. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2014.

A proposta é percorrer, de forma detalhada, as experiências dessas mulheres diante da ausência de serviços básicos e de infraestrutura urbana, como educação, saúde, mercados, farmácias, abastecimento de água, coleta de esgoto, pavimentação e iluminação pública, entre outros elementos essenciais à vida cotidiana.

Já em relação à dimensão racial, a incorporação mais sistemática dessa categoria analítica não surgiu como uma constatação repentina, mas como o aprofundamento de uma percepção já existente, construída a partir da vivência e do contato prévio com o bairro, reconhecido por ser majoritariamente habitado por mulheres negras. Essa percepção inicial deu origem a uma hipótese de pesquisa que precisou ser tensionada, qualificada e fundamentada empiricamente ao longo do trabalho, de modo a sustentar a análise em evidências, e não apenas na experiência prévia.

No próximo tópico, a análise será iniciada a partir da interseção entre gênero e classe social, com o objetivo de (re)contar e (re)interpretar o período de fundação de Nova Viçosa. Em seguida, em tópico subsequente, será abordada a dimensão racial, considerando-se suas nuances tanto no período de fundação quanto ao longo do desenvolvimento do bairro.

3.1 *A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo: A formação do bairro sob a perspectiva de gênero*²³

Imaculada caminhava antes do dia acordar. O mato era caminho e sustento. Seus filhos, com olhos sonolentos, pegavam lenha em silêncio, a brisa fria da madrugada roçando os rostos miúdos. Depois, lavavam o sono com água fria e iam pra escola. Tudo pequeno, tudo simples. Mas era preciso crescer. Vanderlei cansou de ver sua mãe subindo a pé para o centro, o saco de compras pesando nos braços, o barro grudando nos pés. O bairro não tinha mercado decente, não tinha asfalto, não tinha pressa em melhorar. Mas tinha gente. Gente que fazia caminho onde não havia estrada, que levava o peso do dia nas costas e ainda assim ria, porque o riso também é resistência.

Onofra chegou quando Nova Viçosa ainda era um silêncio. Criou seus filhos na terra batida, viu a creche chegar, viu o bairro se encher de vida. Nove filhos, oito vivos, três netos, e uma gratidão que não cabia nas palavras. “*Quem faz o lugar é a gente*”, dizia, com um orgulho que só quem já duvidou do próprio chão pode entender.

Geralda nunca quis morar ali. “*Moro em qualquer lugar, menos em Nova Viçosa*”, dizia. Mas o destino riu, e ela correu para o lugar que dizia que nunca pisaria. A vida, às vezes, é um castigo de Deus. Mas o castigo também pode ser redenção. Perdeu casa, ganhou casa, ganhou na sorte, no desespero e na fé. Uma amiga disse: “*Vai lá no Colégio Viçosa, fala com a Maria Emília.*” E Geralda foi. Não custava tentar. Saiu de lá com uma chave na mão. Quando chegou do serviço, a mudança já estava a caminho.

Era como dizem na luta: quando uma combatente cai, vira semente e se multiplica. Nova Viçosa, no começo, era chão duro. Hoje é raiz, tronco, galho e folha. Cresceu. Fez-se morada. Fez-se história.

²³ Não foram encontrados dados raciais referentes à população pioneira de Nova Viçosa. Nesse momento da análise, a interseccionalidade mobilizada neste tópico concentra-se no entrelaçamento entre gênero e classe social.

Essas são algumas das histórias das primeiras moradoras de Nova Viçosa. Através delas, percebe-se que, ainda que sejam trajetórias singulares, seus caminhos se cruzam em um tecido compartilhado de luta e resistência. Mulheres que, por sua condição de gênero e classe, enfrentaram muito, mas que também, por meio dessas vivências, produziram um conhecimento que emerge do sofrimento e da superação.

Suas histórias constituem uma cartografia afetiva e política do território, uma reconstrução produzida “*de baixo para cima*” que, neste trabalho, será apresentada de forma horizontal, colocando as experiências lado a lado, em diálogo, sem hierarquias prévias ou ordenações valorativas. Mulheres de diferentes idades, mães ou não, esposas ou não, brancas ou negras, que, apesar de suas distinções, compartilhavam os entrelaçamentos de uma mesma história marcada pela precariedade, pela resistência e pela construção coletiva da vida cotidiana. É a partir delas e por elas que se pode traçar e (re) contar a história de Nova Viçosa sob uma perspectiva insurgente, a perspectiva interseccional

A ausência de serviços públicos, de infraestrutura urbana e, sobretudo, de condições dignas de vida em Nova Viçosa afetava a totalidade da população — homens, mulheres, crianças e idosos. Contudo, para as mulheres, esses impactos assumiam contornos mais profundos, uma vez que, além de vivenciarem as mesmas privações, eram também responsáveis pela maior parte dos trabalhos cotidianos, especialmente aqueles vinculados ao cuidado com o lar e com a família.

Sem a intenção de estabelecer uma “hierarquia de sofrimentos”, é importante destacar que, para os homens, as principais dificuldades estavam associadas ao trabalho. A maioria encontrava-se empregada em atividades no meio rural ou em ocupações urbanas, como pedreiros, porteiros, carpinteiros e catadores de papelão e latas (Coelho, 2013). Em geral, permaneciam fora de casa durante grande parte do dia, e o principal obstáculo cotidiano dizia respeito ao deslocamento entre a moradia e o local de trabalho, agravado pela ausência de pavimentação das vias e de transporte público.

No caso das mulheres, a experiência cotidiana era atravessada por outras camadas de precariedade. Muitas dependiam exclusivamente da renda de seus maridos, socialmente reconhecidos como chefes de família (Coelho, 2013), enquanto outras conciliavam as tarefas domésticas com atividades remuneradas, como faxinas, lavagem de roupas, trabalhos como

diaristas, manicures ou revenda de cosméticos. Aquelas que não exerciam atividade remunerada permaneciam classificadas como “donas de casa”, dedicando-se integralmente ao trabalho doméstico. Para todas elas, a ausência de infraestrutura incidia de maneira particular sobre o cotidiano. A falta de pavimentação, por exemplo, não se restringia às dificuldades de acesso ao trabalho, mas afetava diretamente tarefas diárias, como levar crianças à escola ou adquirir mantimentos.

Do mesmo modo, a precariedade no abastecimento de água e na coleta de esgoto impunha deslocamentos diários até as minas, necessários para garantir água para o consumo, o preparo dos alimentos e o cuidado com os filhos. A afirmação de que, para as mulheres, o peso das ausências de infraestrutura e de serviços urbanos foi maior do que para os homens não deve ser lida a partir de uma lógica dicotômica ou simplificadora, como se se tratasse apenas de uma oposição entre gêneros.

Como argumenta Collins (2015), o pensamento dicotômico, estruturado pela lógica do “ou/ou” (*either/or*), tende a organizar a realidade em pares opostos e excludentes, como homem/mulher ou público/privado, reduzindo a complexidade das experiências sociais e forçando os sujeitos a se encaixarem em categorias rígidas. Essa forma de análise desconsidera que as vivências são atravessadas simultaneamente por múltiplas dimensões sociais.

Do mesmo modo, Collins critica abordagens que operam por meio de uma lógica aditiva das opressões, nas quais gênero, classe e outras dimensões são tratadas como fatores independentes que simplesmente se somam. Em contraposição, a autora propõe o pensamento “ambos/e” (*both/and*), que reconhece a interdependência entre essas dimensões e permite compreender que as desigualdades se constituem de maneira relacional e simultânea.

Eu vivo todos os dias como uma mulher afro-americana – uma experiência específica de raça/gênero. E não estou sozinha. Todas/os têm uma identidade específica de raça/gênero/classe. Pensamentos dicotômicos do tipo ou/ou são especialmente problemáticos quando aplicados a teorias da opressão, porque todo indivíduo deve ser classificado ou como sendo oprimido ou como não oprimido (...) O que tem sido mais opressor para você, seu status de pessoa negra ou seu status de mulher?” **O que realmente estão me pedindo é que eu me dívida em pequenas caixas e hierarquize meus diversos status. Se minha experiência de opressão é um fenômeno ambos/e, porque eu deveria analisá-la de maneira diferente?** (Collins, 2015, p.17, grifo nosso).

Assim, quando se afirma que as mulheres vivenciaram de forma mais intensa os efeitos da precariedade urbana em Nova Viçosa, não se trata de atribuir essa condição exclusivamente ao fato de serem mulheres, mas de reconhecer como gênero, classe social, maternidade e responsabilidades historicamente atribuídas ao cuidado do lar e da família se articulam, produzindo experiências específicas e mais oneradas no cotidiano.

Antes, porém, de adentrar nas narrativas das mulheres pioneiras e compreender como se deu a formação do bairro, torna-se necessário explicitar algumas questões relativas à moradia, fundamentais para contextualizar as experiências relatadas. Como ressalta Raquel Rolnik (2002):

A definição de moradia é a moradia como um portal, um lugar, um território a partir do qual é possível acessar o direito à educação, o direito ao meio ambiente adequado, meios adequados para a sobrevivência e para o desenvolvimento humano. Então, é importante entender que para além de manter a pessoa protegida do frio, da chuva e tudo o mais que pensamos quando falamos de moradia, há elementos que levam em consideração a localização e a possibilidade de o indivíduo ter acesso aos recursos que a cidade disponibiliza, inclusive de prevenção e tratamento de saúde (Rolnik, 2002, sem paginação).

Helene (2019) complementa essa perspectiva ao destacar que, para as mulheres, a moradia transcende a mera condição de abrigo ou mercadoria: é um espaço de proteção de si mesmas e de cuidado com aqueles sob sua responsabilidade, cujo valor de uso, e não de troca, adquire relevância singular. Em Nova Viçosa, essa dimensão da moradia tornava-se especialmente sensível.

O local de residência não definia apenas o abrigo físico, mas condicionava, de forma decisiva, a possibilidade, ou impossibilidade, de participação social, bem como o acesso a serviços públicos, transporte, saúde e educação. Para as mulheres, a precariedade interferia em sua inserção social e impactava diretamente suas rotinas, especialmente daquelas responsáveis pelo cuidado da família.

Nesse sentido, Onofra Silva de Souza, ao rememorar sua chegada a Nova Viçosa, descreve um ambiente de abandono e precariedade que desmente as promessas de infraestrutura:

Não, não tinha água. A gente buscava água lá na mina lá embaixo. Não tinha luz. Não tinha calçamento. Não tinha rede de esgoto. Não tinha nada. Era mato. (in: Coutinho, 2014).

Devido à ausência de abastecimento de água nas residências, as moradoras de Nova Viçosa eram obrigadas a percorrer longas distâncias em busca desse recurso essencial. Em muitos casos, recorriam a minas localizadas em pontos mais afastados, como em Posses e Santa Clara, enfrentando trajetos de aproximadamente 4,2 km (ida e volta) (Coelho, 2013).

Segundo Coelho (2013), também utilizavam minas situadas dentro do próprio bairro, nas ruas Cirílio da Paixão, Chotora Shimoya e Maria Janotti da Silva Reis. Essas distâncias eram extremamente cansativas, e o acesso à água envolvia uma série de dificuldades. Muitas vezes, era necessário sair de casa ainda de madrugada para garantir um lugar na fila, aguardar por longas horas até sua vez chegar, e então retornar com a lata d'água.

Maria Flor²⁴ relembra como eram as experiências domésticas das mulheres no período em questão:

Pra lavar as roupas a gente tinha que colocar tudo num saco e levar lá pra mina d'água. Sempre tinha um monte de mulher lá lavando também. Pra buscar água pra deixar em casa, minha mãe colocava tudo em uns baldes e galões, e durava mais ou menos uns dois dias. E água era pra tudo, né? Pra tomar banho, pra fazer comida...

O relato de Maria Índia²⁵ sobre a época em que Nova Viçosa não tinha rede de esgotamento sanitário, é revelador:

Eu lembro de ver uma água escura, com um cheiro muito forte, descendo bem aqui. Era todo dia, sempre igual. Tinha um cheiro tão ruim que nunca saiu da minha cabeça. Também lembro das crianças brincando na rua e, sem querer, acabavam encostando nessa água. Era tudo por causa da falta de esgoto. Nova Viçosa fedendo.

Associada à falta de pavimentação e de abastecimento de água, a ausência de comércio próximos ao bairro obrigava os moradores e moradoras a percorrer longas

²⁴ Maria Flor compõe o conjunto de entrevistas primárias realizadas para esta pesquisa. Conforme esclarecido na metodologia, trata-se de um nome fictício, adotado com o objetivo de preservar a identidade da interlocutora.

²⁵ Maria Índia compõe o conjunto de entrevistas primárias realizadas para esta pesquisa. Conforme esclarecido na metodologia, trata-se de um nome fictício, adotado com o objetivo de preservar a identidade da interlocutora.

distâncias para realizar tarefas cotidianas, como compras de alimentos. O relato de Vanderlei Silva, filho de Geralda Amaro da Silva, ilustra essa dificuldade:

Eu lembro que não tinha nem calçamento naquela rua da Conceição, que desce de Nova Viçosa e vem pro Centro, ali era barro, quando chovia não subia carro nenhum, o ônibus não ia, tinha que ir a pé, cansei de ver minha coroa ter que subir a pé pro centro fazer compras, porque lá não tinha muita opção de mercado, tinha que fazer a compra dela, subir com o saco de compra no barro. (in: Coutinho, 2014)

Catarina Coutinho de Oliveira, ao ser questionada sobre como fazia para se deslocar de Nova Viçosa até o centro da cidade, relatou que:

A gente ia a pé, de bicicleta, quando chovia a gente calçava bota, botava capa, mais de hora que a gente gastava a pé, e não tinha estrada também não, só trilho, passava no meio do mato, todo dia (in: Coutinho, 2014).

A ausência de pavimentação, somada à inexistência de transporte coletivo regular, configurou-se como um dos principais entraves enfrentados pelos moradores de Nova Viçosa durante as décadas iniciais do bairro. Essa precariedade da mobilidade urbana não apenas dificultava o acesso cotidiano a serviços essenciais para a manutenção do lar, mas também comprometia gravemente o direito à educação e à saúde. Essa carência é explicitada no relato de Catarina Coutinho de Oliveira:

A gente ia pro hospital, a pé. Meu marido tinha uns carrinho velho e levava alguém, e chuva, barro, carro agarrava, maior sacrifício” (in: Coutinho, 2014).

A ausência inicial de instituições de ensino nas redondezas afetava especialmente as mulheres, que se viam obrigadas a levar seus filhos a escolas situadas em bairros distantes, ampliando ainda mais a carga do trabalho reprodutivo. Em algumas situações, elas deixavam que as crianças fossem sozinhas até a escola, como evidencia o relato de Geralda Amaro da Silva:

A escola, meus meninos estudou um tempo bom na fundação É, aí eles estudou lá, uns estudou oito anos, outros quatro, outros cinco, acho que o que estudou mais lá foi o Jacinto.

Não tinha como estudar aqui? [Entrevistador]: Não, tinha, mas era mais, assim, porque lá eles comia, né? Eles vinha tudo arrumadinho, tomava banho e chegava em casa e era só dormir. No outro dia saía cedo era assim, então ficou um tempo bom lá, me ajudou muito, sabe? Da rua pra cá eles vinha a pé, tinha ônibus até na rua só. (in: Coutinho, 2014, grifo nosso).

No relato de Imaculada, ela conta que seus filhos iniciaram os estudos em Posses, bairro vizinho a Nova Viçosa. No entanto, algum tempo depois, passaram a estudar no bairro de Fátima, a aproximadamente 2 km de distância, e, mais tarde, em Bela Vista, que fica a cerca de 3 km:

A escola era no centro também? [Entrevistador]: Lá nas posse que meus meninos começaram a estudar, depois, teve uns que estudou lá no alto da bela vista, naquele colégio que tem la, esedrat. (in: Coutinho, 2014).

Os filhos de Imaculada enfrentavam diariamente um percurso de aproximadamente 6 km, em um contexto no qual o bairro ainda não dispunha de linhas de ônibus que atendessem toda a região nem de pavimentação adequada. Nos dias de chuva, o deslocamento tornava-se especialmente difícil, enquanto as altas temperaturas nos períodos de calor intenso comprometiam o conforto e a segurança dos estudantes.

Essa realidade local dialoga com a análise de Villaça (2011), para quem o deslocamento entre moradia e trabalho constitui a principal viagem urbana, sobretudo para as populações de baixa renda, submetidas a trajetos mais longos, extenuantes e, frequentemente, realizados em condições precárias. Segundo o autor, os efeitos dessa dinâmica incidem diretamente sobre a economia doméstica, seja pelo aumento dos gastos, seja pela perda de tempo potencialmente produtivo, além de comprometer a saúde dos moradores, gerando cansaço excessivo e redução significativa das horas de sono.

Ao longo deste capítulo, os relatos das moradoras pioneiras revelam uma dimensão que ultrapassa a simples enumeração das dificuldades materiais enfrentadas pelas mulheres no processo de consolidação do bairro. Essas narrativas evidenciam um eixo estruturante da experiência feminina nesse território, comum a diferentes tempos históricos: o cuidado com o Outro como prática cotidiana de sustentação da vida.

Nessa perspectiva, as mulheres não apenas vivenciavam a precariedade da infraestrutura urbana, mas organizavam suas rotinas e seus deslocamentos a partir de uma lógica profundamente relacional, orientada pela sobrevivência coletiva e pela responsabilidade compartilhada. A busca por água, o transporte de mantimentos, o acompanhamento das crianças até a escola, o cuidado com familiares doentes e idosos não constituíam tarefas isoladas ou episódicas. Tratava-se de práticas interligadas, que conectavam essas mulheres a uma rede social mais ampla, na qual o cuidado extrapolava o espaço doméstico e se projetava sobre o território.

Os momentos em que se dirigiam às minas para lavar roupas, por exemplo, não se restringiam a atividades funcionais, mas configuravam também espaços de sociabilidade e troca. Nessas ocasiões, compartilhavam-se dificuldades do cotidiano, questões familiares e inquietações que encontravam escuta, reconhecimento e acolhimento, sobretudo entre outras mulheres, conformando redes informais de apoio mútuo e de produção de sentido para a vida cotidiana.

Como apontam Hirata e Kergoat (2007), o trabalho reprodutivo não apenas sustenta materialmente a vida, mas produz vínculos, temporalidades e relações sociais que estruturam o cotidiano, ainda que permaneçam sistematicamente invisibilizadas pelas análises tradicionais. Cada deslocamento, cada esforço físico e emocional dessas mulheres carregava consigo a responsabilidade por outros corpos e outras vidas, articulando trabalho doméstico, trabalho reprodutivo e gestão cotidiana da vida familiar e comunitária em um mesmo circuito de reprodução social.

Essa dinâmica encontra forte respaldo na análise de Federici (2019), para quem o trabalho doméstico e reprodutivo ocupa um lugar central na sustentação do capitalismo, ao garantir a reprodução da força de trabalho sem que esse custo seja assumido pelo sistema. Segundo a autora, a criação, o cuidado e a educação das crianças asseguram a reprodução da

futura força de trabalho, elemento indispensável para a continuidade da engrenagem capitalista.

Para que esse sistema siga operando, são as mulheres que o mantêm em funcionamento por meio de um trabalho frequentemente naturalizado como “trabalho por amor”, mas que Federici nomeia de forma precisa como trabalho não remunerado (Federici, 2019). A autora explicita essa centralidade ao afirmar que:

O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças — os trabalhadores do futuro —, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. **Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas.** (Federici, 2019, p. 36, grifo nosso).

No contexto de Nova Viçosa, esse trabalho de cuidado assumia, e continua assumindo, uma dimensão claramente territorializada. O cuidado não se restringia ao interior das casas, mas se expandia para o bairro, estruturando práticas coletivas que respondiam diretamente às ausências históricas do Estado. A ausência de infraestrutura urbana, a precariedade dos serviços públicos, a escassez de equipamentos urbanos e de espaços de sociabilidade produziram um cotidiano no qual a vida comunitária precisou ser inventada e sustentada pelos próprios moradores, com protagonismo central das mulheres.

3.2 *A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio: O lugar do negro e do branco em Viçosa e Nova Viçosa*

Ao analisar as condições de vida enfrentadas pelas moradoras pioneiras de Nova Viçosa, tornou-se necessário aprofundar a compreensão sobre a dimensão racial que atravessa a constituição social do bairro. Considerando que a raça é uma categoria central para a interpretação das desigualdades urbanas no contexto brasileiro, impôs-se a necessidade de identificar a composição racial das mulheres pioneiras e, de forma mais ampla, da população do bairro, sobretudo no período de sua fundação, em 1978, bem como nos anos subsequentes.

Nesse sentido, procedeu-se à busca por informações relativas à cor ou raça da população de Nova Viçosa em bases oficiais e institucionais, uma vez que, no âmbito da

pesquisa acadêmica, a análise das desigualdades raciais exige fundamentação em dados oficiais e em pesquisas acadêmicas validadas. No entanto, não foram localizados dados específicos referentes à cor ou raça da população pioneira, nem em bases oficiais, como aquelas disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²⁶, nem em outras fontes institucionais do município de Viçosa, a exemplo do *Retrato Social do Município de Viçosa* (2014)²⁷, elaborado com base em dados coletados no ano de 2012.

A esse respeito, chama atenção o fato de que esse retrato social foi produzido no âmbito do Centro de Promoção do Desenvolvimento Sustentável (CENSUS), organização não governamental fundada em 17 de agosto de 2000, sem fins lucrativos, dedicada a estudos, formação e assessoria nas áreas social, urbanística, ambiental e de gestão pública. O CENSUS tem como objetivo primordial o desenvolvimento sustentável, atuando na redução das desigualdades sociais, no combate às causas da pobreza, no fortalecimento do poder público local e da sociedade civil organizada, bem como na promoção da participação popular, da cidadania e dos direitos humanos.

Apesar da relevância institucional e do caráter abrangente desse levantamento, o documento não apresenta informações relativas à cor ou raça da população de Viçosa, tampouco desagrega esses dados por regiões ou bairros, como Nova Viçosa. Essa ausência de dados raciais não é um fenômeno isolado no contexto local. Lélia Gonzalez (2018), ao analisar os censos demográficos nacionais entre 1950 e 1980, chama atenção para a forma como a variável raça/cor foi progressivamente esvaziada ou suprimida dos levantamentos oficiais.

Segundo a autora, o Censo de 1950 foi o último a fornecer indicadores sociais básicos relativos à educação e ao setor de atividade econômica da população negra, em especial das mulheres negras. No Censo de 1960, o quesito cor foi mantido apenas para fins de distribuição populacional por estados, o que inviabiliza uma análise mais precisa das condições de inserção da população negra no mercado de trabalho. Já o Censo de 1970 suprimiu completamente esse quesito e, no de 1980, sua reinclusão sequer estava assegurada.

²⁶ Em tópico posterior, apresentaremos os dados disponíveis a partir de **2015** no IBGE, ano em que foram disponibilizadas as primeiras informações raciais específicas da cidade de Viçosa.

²⁷ <https://silo.tips/download/retrato-social-de-vicos>

Embora a justificativa oficial para tais exclusões tenha sido atribuída a dificuldades de ordem técnica, Gonzalez (2020) argumenta que, independentemente desses obstáculos, não é admissível que se permaneça na ignorância de dados quantitativos capazes de informar sobre a situação da população negra no país. Para a autora, sob tais alegações delineia-se a intenção de escamotear a condição de miséria e desamparo em que essa população historicamente se encontra, além de sustentar o mito da inexistência da discriminação racial no Brasil.

Ainda em busca de informações sobre a dimensão racial, voltei-me ao extenso acervo de produções acadêmicas que havia reunido sobre a região, examinando atentamente os trabalhos existentes em busca de descrições, registros ou análises que abordassem a presença e as experiências da população negra local, especialmente no período de surgimento do bairro. As produções localizadas até o ano de 2024 — consultadas em bases como o repositório Locus/UFV, SciELO, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Google Scholar — não incorporaram a dimensão racial em suas análises.

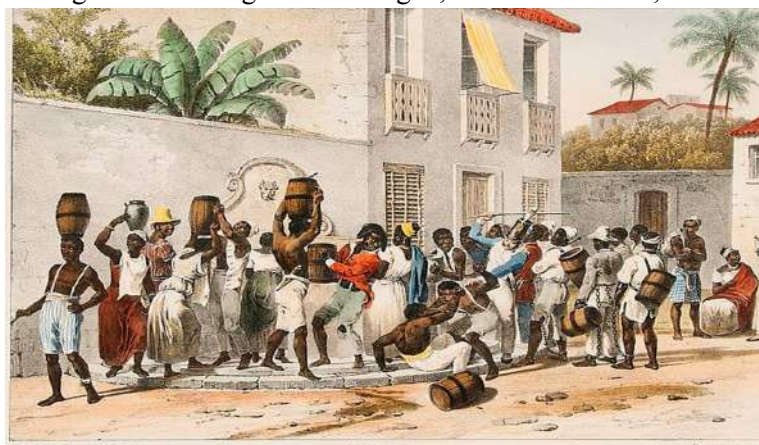
Não obstante, retornei mais uma vez a algumas dessas produções, passando a examiná-las com maior atenção, em busca de relatos, indícios ou informações que, mesmo sem explicitação do recorte racial ou de associações diretas com a temática, pudessem ser mobilizados, de maneira cautelosa e rigorosa, para tensionar a questão racial em alguma medida. Esse exercício foi conduzido sem perder a coerência com os dados e interpretações originalmente produzidos por terceiros, nem atribuir a eles sentidos que não estavam ali inscritos.

É nesse movimento de releitura atenta que se delineia o primeiro ponto de contato mais explícito com a questão racial, a partir de um incômodo específico suscitado pela leitura do registro feito por Coelho (2013, p. 89) da fala de um antigo morador de Nova Viçosa: “[...] a gente tirava água da terra que nem índio”. A autora descreve, ainda, o período em que o bairro não dispunha de acesso à água encanada, quando os moradores pioneiros precisavam percorrer longos trajetos para garantir um direito básico: a água.

Essas distâncias eram exaustivas e atravessadas por inúmeras dificuldades, dando origem a um conjunto de práticas cotidianas árduas, porém indispensáveis para a manutenção da vida. É nessa inflexão interpretativa, articulada à expressão utilizada pelo morador, que o incômodo não se dissipa. Ao contrário, ele se intensifica e passa a se apresentar para mim,

como uma interpelação do passado colonial e escravocrata (figura 14) no presente, historicamente marcado pela exploração e pela desumanização de populações negras e indígenas. Antes de avançar nessa leitura, abro um parêntese necessário.

Figura 14: Carregadores de Água, Período Colonial, 1835



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Reconheço que a expressão “que nem índio” comporta outras camadas interpretativas. Entre elas, a leitura segundo a qual o termo aciona estereótipos historicamente construídos sobre os povos indígenas, frequentemente associados, no imaginário colonial, à ideia de vida primitiva, incivilizada ou inferior. Nessa chave, a fala pode ser compreendida como uma forma de desqualificação simbólica, ao estabelecer uma analogia entre as condições de vida dos moradores de Nova Viçosa e uma figura historicamente marginalizada e desvalorizada. Essa interpretação é possível e legítima. No entanto, não é a partir desse ponto que construo a leitura do relato.

A partir da minha posição enquanto mulher negra, implicada no território em questão e na própria pesquisa, e a partir de uma consciência racial que não me foi dada nem se constituiu de forma natural, mas que foi construída coletivamente, situo o lugar a partir do qual elaboro essa interpretação. Essa consciência foi sendo forjada no encontro com outras mulheres e homens negros ao longo de minha vida e também durante o percurso em campo desta pesquisa, que se dispuseram a me guiar em um processo contínuo de letramento racial. É nesse entrelaçamento entre memória, corpo e experiência vivida que situo a leitura e interpretação desse período da história de Nova Viçosa.

Quando o morador associa a situação vivida à expressão “que nem índio”, aciono uma chave interpretativa a partir da qual compreendo que alguns de nós compartilhamos

experiências que emergem, por vezes, de forma consciente e, em outras, permanecem no plano do inconsciente. Essas experiências se manifestam como sensações, incômodos ou dores persistentes, como marcas de um passado que talvez nunca nos tenha sido diretamente contado, mas que continua a ser sentido, como se experiências ancestrais ainda habitassem o nosso inconsciente. São vivências que não se transmitem apenas pela palavra, mas pelo corpo e por uma memória herdada.

Ao retornar ao passado colonial brasileiro, torna-se possível compreender por que a experiência vivida em Nova Viçosa ressoa de forma tão profunda. No Brasil, especialmente durante os períodos colonial e imperial, marcados pela precariedade da infraestrutura urbana e pela ausência de acesso universal a recursos básicos, sobretudo em áreas periféricas, rurais ou afastadas dos núcleos centrais, a responsabilidade pelo transporte de água recaía majoritariamente sobre pessoas escravizadas.

Tratava-se de um trabalho pesado e extenuante, realizado por meio de longos deslocamentos até rios, fontes ou poços distantes, com recipientes volumosos e de grande peso. Para além do esforço físico extremo, essas práticas simbolizam a exploração sistemática e a desumanização do trabalho negro no regime escravocrata, inscritas tanto no corpo quanto na organização do espaço. Uma rotina marcada pela exaustão, pela espera e pela insegurança, elementos que aproximam essa experiência de práticas historicamente associadas ao trabalho compulsório e à privação de direitos básicos.

Nas entrevistas realizadas com Maria Flor, Maria Mandacaru, Maria Castelo e Maria Índia, interlocutoras negras que vivenciaram os períodos mais precários de Nova Viçosa, seja por terem chegado no momento de sua fundação, seja pouco tempo depois, esses paralelos tornam-se ainda mais evidentes. Ao rememorarem esse período, relataram que a tarefa de buscar água era realizada majoritariamente por mulheres e que, em muitos casos, o deslocamento até as minas era feito exclusivamente por elas.

No período colonial, mulheres e crianças desempenhavam papel central nessa tarefa. Eram elas que percorriam longas distâncias e transportavam a água, muitas vezes equilibrada sobre a cabeça, por meio de técnicas corporais herdadas de matrizes africanas e reproduzidas no cotidiano colonial.

Em Nova Viçosa, segundo Coelho (2013), os primeiros moradores saíam de casa ainda de madrugada para garantir um lugar na fila, aguardavam por tempo indeterminado até conseguirem acessar a mina e, somente então, retornavam carregando a lata d'água com extremo cuidado, uma vez que qualquer descuido implicava reiniciar todo o percurso desde o início da fila. As entrevistadas também recordam que, em suas residências, o transporte da água era frequentemente realizado equilibrando baldes, galões e outros recipientes sobre a cabeça, reinscrevendo, no cotidiano do bairro, práticas corporais e arranjos de trabalho historicamente associados às mulheres negras historicamente.

Em um novo levantamento realizado em 2025, nas plataformas Locus/UFV, SciELO, Google Scholar e BDTD, procurou-se por dados, sejam empíricos ou não, incluindo entrevistas, mapeamentos baseados em pesquisas de campo e quaisquer outras informações disponíveis, tanto referentes ao período inicial de formação do bairro quanto aos anos posteriores. A busca contemplou produções acadêmicas diversas, incluindo artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e resumos expandidos.

Nesse contexto, foi identificada apenas uma produção: um Trabalho de Conclusão de Curso do curso de graduação em Geografia da UFRV, de autoria de Leonardo Enrique Cares Pereira, intitulado *“Deslocar-se requer coragem: Uma análise da mobilidade e acessibilidade urbana do bairro de Nova Viçosa a partir do Plano Diretor (2000-2020)”*. Nesse trabalho, há uma passagem que aborda a questão racial no bairro e na cidade de Viçosa, baseada em dados de 2015 e 2022. Trata-se, contudo, de informações às quais já havíamos tido acesso em nossa pesquisa, e que serão apresentadas em tópico posterior.

Em 2026, foram encontrados, na plataforma YouTube, dois vídeos²⁸ lançados em 2025, nos quais o entrevistado é Julius Keniata Nokomo Alves Silva²⁹, reconhecido por seu amplo conhecimento sobre a população negra de Viçosa. No primeiro vídeo, após narrar a história do Quilombo do Buieie, Julius apresenta reflexões profundas sobre memória, ancestralidade e a contribuição do povo negro na formação da cidade. O segundo vídeo traz um relato emocionante sobre a comunidade quilombola do Buieie, oferecendo uma visão detalhada sobre sua história, tradições e desafios.

²⁸https://www.youtube.com/watch?v=j7DH-y_vV0k e <https://www.youtube.com/watch?v=XgU8XklIP3Y>

²⁹ Graduado em Direito pela Universidade de Viçosa (Univçosa), Bacharel em Cooperativismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Com uma narrativa envolvente, Julius conduz os espectadores por memórias, lutas e práticas culturais que atravessam gerações. Ele destaca, por exemplo, a inspiradora história de Dona Maria Luiza, que conquistou sua alforria vendendo carne, um símbolo de resistência e coragem que marcou a história do Buieíé. Além de abordar as origens da comunidade, Julius reflete sobre o papel central da mulher quilombola, enfatizando a força matriarcal presente no Quilombo.

Diante desse conjunto de ausências, silêncios e achados fragmentários, o que se evidencia não é apenas a dificuldade de reconstruir o perfil racial da população pioneira de Nova Viçosa, mas o modo como a própria produção do conhecimento sobre o bairro foi historicamente atravessada por um apagamento racial sistemático. Se, por um lado, não foi possível identificar estatisticamente quem eram os sujeitos racializados no momento da fundação do bairro, por outro, as narrativas, práticas corporais, experiências cotidianas e formas de organização do trabalho revelam a permanência de uma lógica racial que estrutura o território desde sua origem.

Assim, mais do que um limite empírico, a ausência de dados se constitui como um dado analítico em si, indicando que a racialização de Nova Viçosa deve ser compreendida não apenas a partir de números pretéritos inexistentes, mas a partir das continuidades históricas que se materializam no espaço urbano. É a partir desse deslocamento, do passado estatisticamente inacessível para o presente empiricamente observável, que se torna possível avançar na análise da distribuição racial em Viçosa e, de modo particular, em Nova Viçosa.

3.3 *Nós estamos aqui*.³⁰ Distribuição racial em Viçosa e Nova Viçosa

O bairro de Nova Viçosa constitui, simultaneamente, herança e atualização de um processo histórico mais amplo de produção desigual do espaço urbano brasileiro. A abolição formal da escravidão, em 1888, não foi acompanhada por políticas de reparação, redistribuição de terras ou inclusão social, o que manteve a população negra apartada do acesso à propriedade, à educação e ao suporte estatal, sendo progressivamente empurrada para posições subalternas na cidade (Costa; Azevedo, 2016).

³⁰ O título foi inspirado no filme brasileiro “*Ainda estamos aqui*”, dirigido por Walter Salles, baseado no livro “*Ainda estou aqui*” de Marcelo Rubens Paiva.

Com a intensificação do processo de urbanização ao longo do século XX, esse padrão não apenas se manteve, como foi aprofundado. O crescimento desordenado das cidades brasileiras consolidou uma lógica espacial marcada pela valorização dos centros urbanos, destinados majoritariamente às elites brancas, e pela periferização da população negra, relegada a territórios precários, distantes e mal servidos de infraestrutura (Carril, 2006). Nesse sentido, Nova Viçosa inscreve-se em um continuum histórico que conecta a senzala às favelas, como sintetizam Gonzalez e Hasenbalg (1982).

Berth (2023) reforça que a urbanização brasileira permanece estruturada por uma herança colonial que atualiza, no espaço urbano contemporâneo, a clivagem entre os territórios da Casa Grande e os territórios da Senzala. As políticas urbanas, formuladas a partir de narrativas brancas e universalizantes, sistematicamente negligenciaram a dimensão racial, apesar de esta constituir um dos principais eixos estruturantes das desigualdades sociais no país.

Em Viçosa, essa negligência histórica materializa-se de forma concreta na organização do espaço urbano. A cidade apresenta uma clara diferenciação entre áreas centrais, marcadas pela concentração da população branca e por maior valorização imobiliária, e territórios periféricos, como Nova Viçosa, onde se concentra majoritariamente a população negra.

Trata-se, portanto, de uma geografia racializada, na qual a liberdade jurídica conquistada no final do século XIX não se converteu em liberdade urbana, mas deu lugar à consolidação de uma estrutura espacial que reinscreve, cotidianamente, a exclusão racial. Esse arranjo espacial dialoga diretamente com o que Gonzalez e Hasenbalg (1982) definem como o “lugar natural do branco” e o “lugar natural do negro”, categorias que expressam a divisão racial do espaço como um princípio estruturante da cidade brasileira:

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (GONGALEZ; HASENBALG, 1982, p.15).

Partindo dessa leitura histórica e teórica, torna-se fundamental observar como essa lógica se expressa empiricamente no território. Um levantamento realizado em 2015, com base nos dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE), permite identificar a distribuição espacial da população negra em Viçosa, com destaque para o bairro de Nova Viçosa (Figura 14). Observa-se uma maior concentração de pontos azuis na região central da cidade, enquanto Nova Viçosa apresenta predominância de pontos verdes e rosas, evidenciando a presença mais significativa de população parda e negra nesse território.

Os dados mais recentes do Censo Demográfico de 2022, disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), confirmam que a lógica da segregação racial em Viçosa permanece vigente.

O mapa (figura 15) apresenta um recorte da cidade de Viçosa considerando apenas as ruas da região central. No mapa à esquerda, é indicado o número total de habitantes de cada setor censitário, enquanto, no mapa à direita, foi sobreposta a distribuição quantitativa da população negra no centro. Observa-se que, em comparação com o total da população central, a população negra continua sendo minoria.

O mapa (Figura 16) também apresenta dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE, agora com recorte específico do bairro de Nova Viçosa. À direita, é indicado o número total de habitantes do bairro, enquanto à esquerda observa-se a sobreposição com a distribuição quantitativa da população negra.

Verifica-se que o bairro é composto majoritariamente por pessoas negras e pardas, sendo a população branca minoritária. Enquanto, no recorte central de Viçosa, a distribuição quantitativa de população negra nos setores censitários, apresenta valores majoritariamente entre 0-150 e 150-300 pessoas negras, evidenciados pelas cores bege e amarelo, respectivamente.

No bairro Nova Viçosa, em contrapartida, ocorre uma configuração distinta, dado que a distribuição da população negra prevalece na cor laranja (300-450 pessoas) nos setores do bairro, ou seja, embora a população negra seja majoritária, o mapa apresenta a tonalidade amarela (150-300) somente e justamente na proximidade da área central do próprio bairro, a quantidade de concentração de negros diminui em relação aos outros setores, trazendo então a cor amarela na representação gráfica.

Figura 14: Distribuição da população negra em Viçosa e destaque para Nova Viçosa

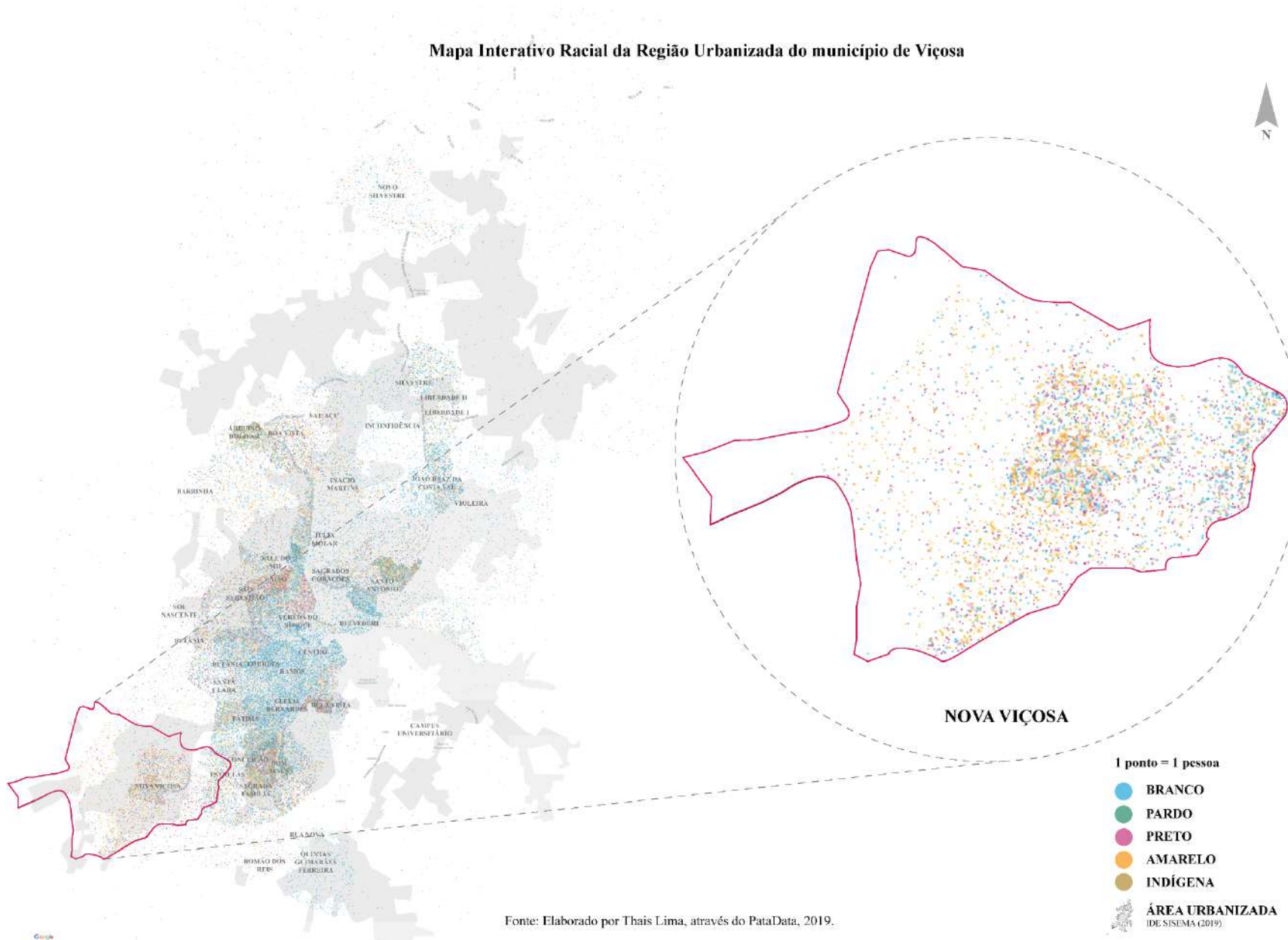
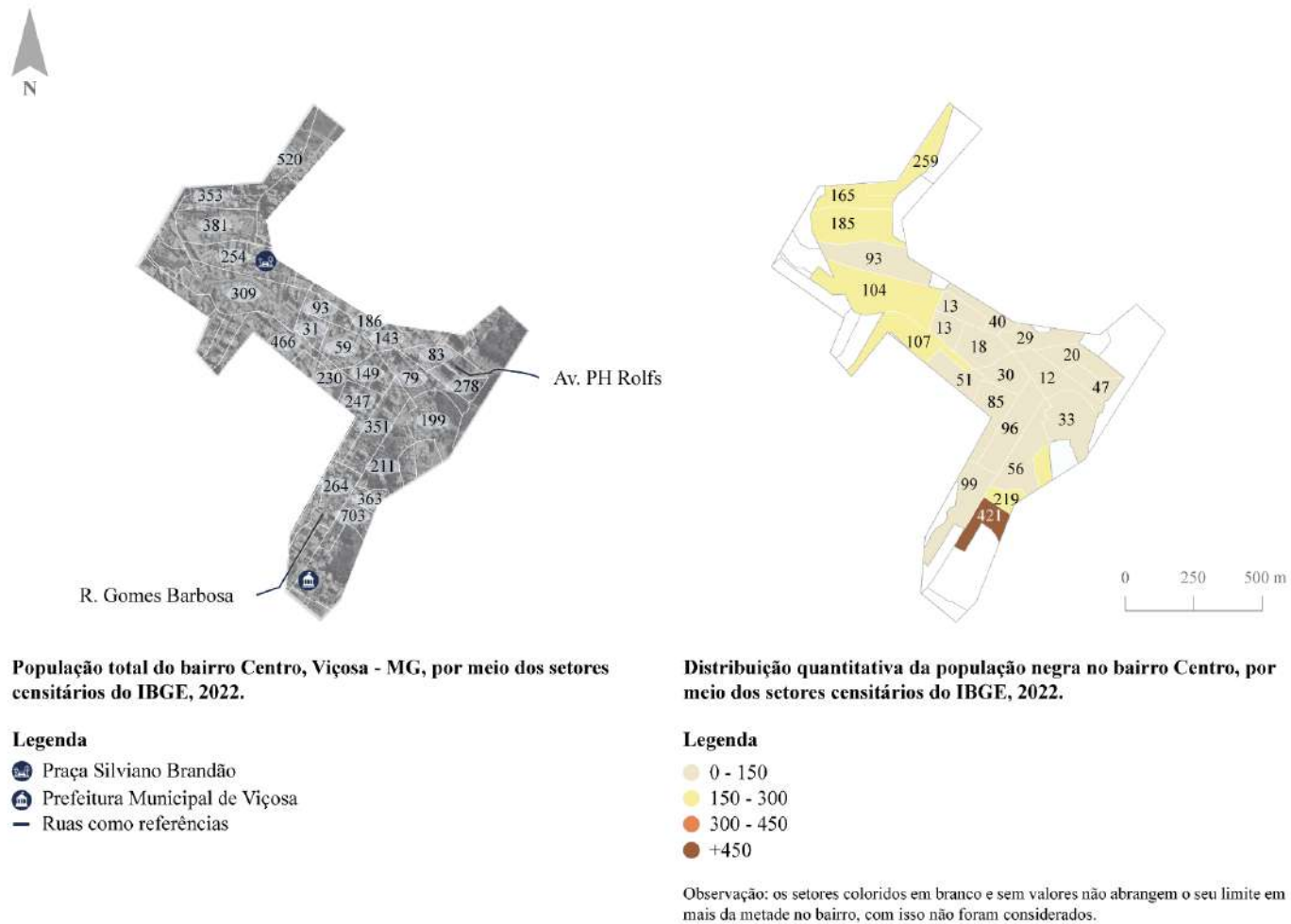
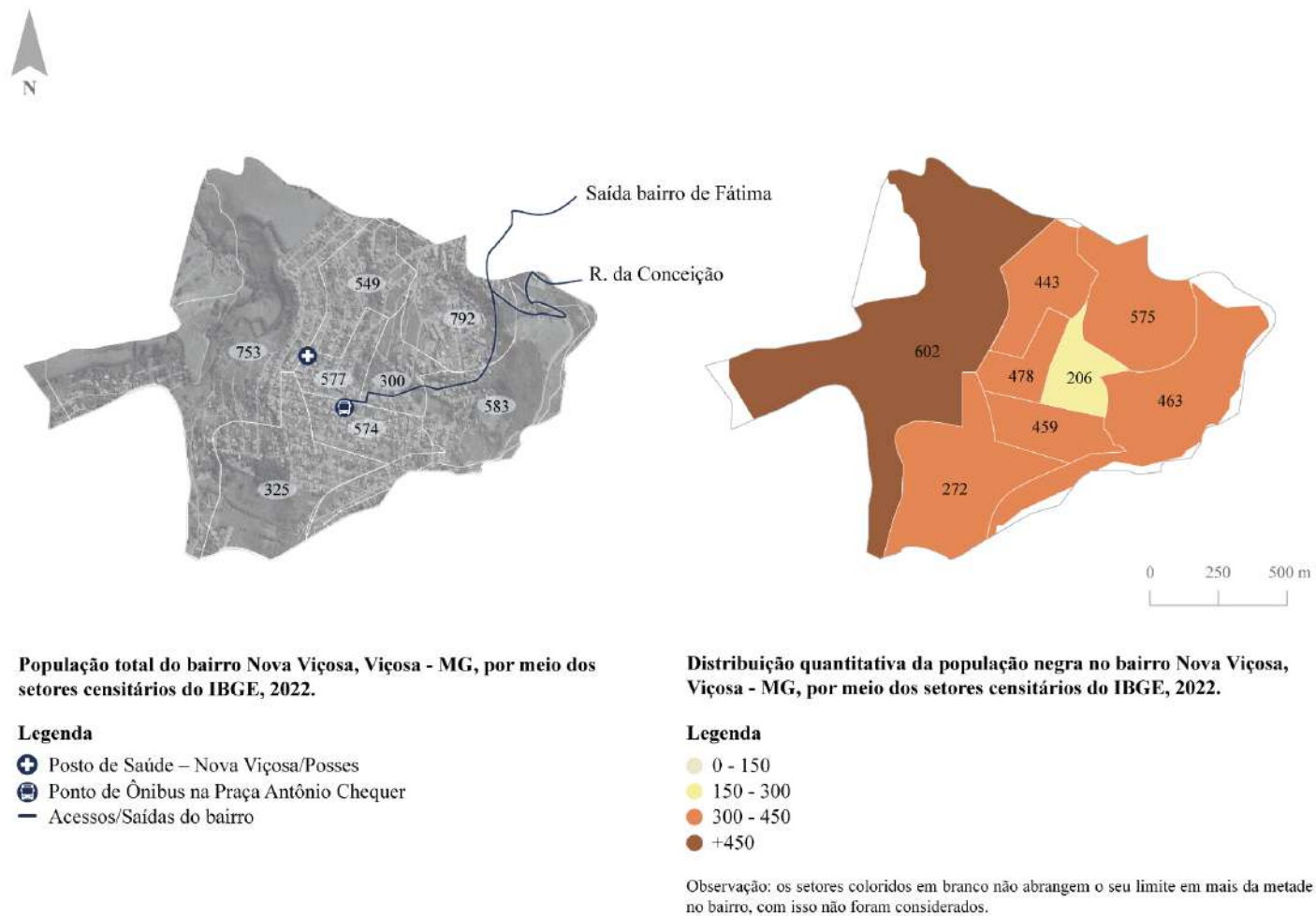


Figura 15: Mapa racial do bairro Nova Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.



Fonte: Teles e Lima (2025).

Figura 16: Mapa racial do bairro Nova Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.



Fonte: Teles e Lima (2025).

A leitura da distribuição racial da população em Viçosa, a partir dos dados censitários de 2010 e 2022, permite compreender como a segregação racial estrutura o espaço urbano no presente, ainda que não seja possível reconstruir estatisticamente a composição racial da população pioneira de Nova Viçosa. A inexistência desses dados não invalida a análise; ao contrário, evidencia um apagamento estrutural que atravessa a produção do conhecimento sobre a cidade.

Nesse sentido, os mapas não explicam o passado do bairro, mas revelam as continuidades históricas que organizam o território hoje, indicando como raça, classe e localização urbana seguem operando de forma articulada. Quando colocados em diálogo com as narrativas das mulheres moradoras, compreendidas aqui como produtoras de memória, experiência e conhecimento sobre o território, esses dados reforçam a necessidade de uma leitura interseccional, capaz de apreender a produção do espaço para além da estatística, sem confundir ausência de informação com ausência de processos sociais.

CAPÍTULO 4. DESAFIOS E TENSÕES DA PESQUISA DE CAMPO

Até aqui, esta pesquisa percorreu Nova Viçosa a partir de seus processos históricos de formação, das ausências documentais que marcam a produção do conhecimento sobre o bairro e da leitura do presente por meio de dados espacializados sobre raça e território. Esse percurso permitiu compreender como o bairro se inscreve em uma longa continuidade de desigualdades urbanas e raciais, evidentes tanto na história quanto na organização atual da cidade.

No entanto, compreender o território apenas por meio de documentos, mapas e dados estatísticos revela-se insuficiente. Se o passado já foi percorrido e o presente começou a ser espiado a partir de fontes secundárias, torna-se agora necessário deslocar o olhar para aquilo que pulsa no cotidiano: as experiências, os percursos, as memórias e as estratégias das mulheres que hoje habitam Nova Viçosa.

Este capítulo, portanto, não representa uma ruptura com o caminho trilhado até aqui, mas um aprofundamento. Trata-se de uma mudança de ritmo, não de direção. Antes de adentrar águas mais profundas, é preciso recuar, sentir a maré e compreender os caminhos que nos trouxeram até aqui. O conhecimento não avança em linha reta; ele se constrói em

fluxos e refluxos, em movimentos de ida e volta entre teoria e experiência, entre passado e presente.

É nesse balanço que se insere a pesquisa de campo. A partir das caminhadas, dos deslocamentos de ônibus, das conversas e das entrevistas, o território passa a ser lido não apenas como espaço produzido, mas como espaço vivido. São as mulheres do presente, as Marias desta pesquisa, que conduzem esse movimento, narrando o bairro a partir de seus corpos, rotinas e trajetórias e revelando como as desigualdades históricas se atualizam no cotidiano.

É com a voz das interlocutoras que nasce uma escrita que abre espaço a múltiplas vozes, enegrecida e sustentada pela desobediência como princípio epistemológico. Como lembra Conceição Evaristo, cuja reflexão se aproxima profundamente da minha, vivo sempre no campo da busca: o desejo de compreender, de tocar o mundo pelas palavras. Mas nenhuma compreensão conquistada me oferece o conforto ilusório do domínio ou da autoridade. Nesse sentido, escolho destacar a presença, e não a imposição hierárquica do saber. O conhecimento aqui apresentado emerge de baixo para cima, configurando-se como um conhecimento horizontal, construído a partir das experiências, memórias e práticas das mulheres com quem conversei.

No entanto, mesmo com a perspectiva teórica e prática desta pesquisa bem definida, ancorada no feminismo negro e na interseccionalidade, e mesmo considerando minha trajetória acadêmica e pessoal, marcada, inclusive, pela experiência de já ter sido objeto de pesquisa e de vivenciar a dor de ser reduzida a um dado, houve momentos em que, como pesquisadora, percebi-me trilhando caminhos contrários àquilo que defendo.

Surgiu, então, a indagação: até que ponto podemos acabar reproduzindo aquilo que tanto criticamos? É a partir dessa inquietação que este capítulo se constrói, não como um relato linear do trabalho de campo, mas como um exercício contínuo de escuta, desconstrução, reflexão e aprendizagem que atravessou todo o percurso da pesquisa.

Como em todo processo de pesquisa acadêmica, o percurso metodológico não se apresenta como um caminho previamente dado, mas como um movimento que se constrói, se ajusta e se refina a partir do contato com o campo. No caso desta pesquisa, esse movimento foi atravessado desde o início pela necessidade de atenção, escuta e reposicionamento

constantes. Todo o trabalho de campo foi desenvolvido de forma coletiva, em parceria com a pesquisadora de iniciação científica vinculada ao estudo, graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Viçosa, Thaís Pereira Coutinho de Lima.

O fato de observarmos os mesmos acontecimentos a partir de lugares sociais distintos permitiu uma leitura mais abrangente, sensível e atenta do território e das narrativas das interlocutoras. Aspectos sutis, frequentemente naturalizados, tornaram-se visíveis justamente pela diferença de experiência entre as pesquisadoras, reforçando a importância da pluralidade de olhares na produção do conhecimento.

4.1 Primeiras aproximações com as interlocutoras

As entrevistas, realizadas em 2025 com nove moradoras de Nova Viçosa, configuraram-se como encontros únicos. Essa singularidade decorreu tanto da dificuldade de localizar pessoas dispostas a participar quanto do reconhecimento de que a pesquisa acadêmica não é, nem precisa ser, um interesse compartilhado por todas. Tal condição impôs um desafio central: cada aproximação precisava ser conduzida com extremo cuidado, ética e consciência metodológica. Diante disso, a primeira aposta metodológica consistiu na elaboração de um roteiro de entrevistas estruturado em cinco eixos temáticos:

1. **Perfil Familiar** – Explora a composição e dinâmica da família.
2. **Casa E Bairro** – Aborda percepções sobre a moradia e o território.
3. **Trabalho E Cuidados** – Examina atividades laborais e responsabilidades de cuidado.
4. **Vizinhança E Apoio** – Investiga relações, redes e vivências comunitárias.
5. **Deslocamentos E Rotina** – Analisa trajetos cotidianos e os usos da cidade

Ainda que o objetivo central fosse compreender as dinâmicas da mobilidade urbana, reconhecia-se, desde o início, que essa temática seria atravessada por múltiplas dimensões da vida cotidiana das interlocutoras. Contudo, já na primeira entrevista tornou-se evidente que o roteiro, tal como concebido, não produzia os efeitos desejados. As perguntas mostravam-se excessivamente orientadas por uma lógica técnica e por prioridades formuladas a partir do meu lugar de formação como arquiteta e urbanista, revelando limites importantes para a construção de uma escuta efetivamente dialógica.

4.1.1 Incorporação da técnica de foto-eliciação

Uma das questões identificadas de forma intuitiva logo após a primeira escuta foi a dificuldade de comunicação que surgia, em determinados momentos, na formulação e compreensão das perguntas, sobretudo quando os temas exigiam maior nível de abstração ou evocavam experiências difíceis de verbalizar sem apoio de elementos mais concretos.

Diante desse desafio, optou-se por incorporar a técnica da foto eliciação (*photo-elicitation*) como ferramenta complementar à escuta. A foto eliciação é uma metodologia qualitativa que utiliza imagens fotográficas como estímulos para mobilizar narrativas, provocar reflexões e resgatar memórias durante entrevistas. No contexto desta pesquisa, as imagens não foram tratadas como objetos de análise ou representação, mas como dispositivos mediadores, pontes sensíveis entre a pesquisadora e as participantes, facilitando o diálogo quando a linguagem verbal se mostrava limitada.

Seu uso teve como principal objetivo ampliar a compreensão mútua entre perguntas e respostas, além de criar caminhos alternativos de expressão para aquilo que, muitas vezes, não se traduzia de forma imediata em palavras. As imagens foram selecionadas a partir de buscas no Google Imagens, com base em eixos temáticos previamente definidos, relacionados às dimensões centrais da pesquisa, como infraestrutura urbana, transporte, cotidiano doméstico, entre outros.

Cada fotografia evocava situações, objetos ou cenas do cotidiano, cujos sentidos poderiam variar entre conotações positivas ou negativas, a depender da experiência e da leitura de cada interlocutora. Durante os encontros, evitou-se oferecer explicações extensas sobre as imagens apresentadas, a fim de não induzir interpretações. Fazia-se apenas uma descrição objetiva do que era visível, sem sugerir o que a imagem deveria significar.

As imagens foram organizadas em dois blocos principais: **(1) Deslocamentos E Percepções** e **(2) Trabalho Reprodutivo E Percepções**. no primeiro bloco, foram definidos sub-blocos analíticos. o primeiro deles, deslocamentos a pé, reuniu imagens produzidas no período noturno, com o objetivo de compreender sensações de medo, insegurança e vulnerabilidade, e imagens diurnas, voltadas à apreensão de percepções relacionadas ao conforto, à visibilidade e à apropriação do espaço. Em ambos os casos, a intenção foi analisar de que maneira a ausência ou precariedade da infraestrutura urbana, como calçadas,

iluminação pública, arborização e equipamentos públicos, interfere nos deslocamentos cotidianos das mulheres, seja restringindo trajetos, seja produzindo estratégias de adaptação e proteção.

O segundo sub-bloco desse eixo buscou compreender a percepção das moradoras em relação às distâncias diárias percorridas a pé, especialmente nos deslocamentos entre Nova Viçosa e outras localidades de Viçosa. As imagens foram utilizadas como mediadoras para acessar tanto a experiência corporal desses percursos quanto a forma como as entrevistadas percebem a posição do bairro em relação à cidade, se integrado, apartado ou invisibilizado. Nesse sentido, também se investigou como as moradoras imaginam que o bairro Nova Viçosa é visto pela população de fora do bairro, mobilizando representações que revelam não apenas distâncias físicas, mas sobretudo distâncias simbólicas e sociais no interior do espaço urbano.

Já o segundo bloco, dedicado ao trabalho reprodutivo, teve como objetivo compreender o nível de sobrecarga vivenciado pelas interlocutoras no cotidiano. Para isso, foram apresentadas imagens às entrevistadas, com a finalidade de investigar de que forma o cuidado com a família e com o lar era organizado: se esse trabalho era compartilhado com outros moradores da casa ou se recaía majoritariamente, ou exclusivamente, sobre elas. As imagens funcionaram como disparadores para acessar percepções, sentimentos e experiências associadas a essas responsabilidades, permitindo identificar sensações de solidão, abandono, invisibilização ou sobrecarga

Essa escolha metodológica buscou preservar a espontaneidade das respostas, permitindo que os sentidos atribuídos às imagens emergissem da vivência, memória e subjetividade de cada participante. Embora não tenha ocupado centralidade na análise dos dados, a foto eliciação desempenhou um papel estratégico na escuta, contribuindo para tornar os encontros mais acessíveis, sensíveis e profundos.

4.2 “Foram me chamar. Eu estou aqui, o que é que há?”: A Primeira Maria

Essa primeira entrevista evidenciou, ainda, questões éticas e relacionais fundamentais. Na ocasião, estávamos munidas de roteiros impressos, mapas e outros materiais visuais, que permaneciam exclusivamente em nossas mãos. A interlocutora, uma mulher analfabeta e

visivelmente tímida, demonstrou desconforto desde os primeiros momentos³¹, possivelmente intensificado o pelo fato de não nos conhecer e de não saber exatamente o que poderia decorrer daquele encontro. A presença dos materiais impressos, associada à assimetria simbólica que frequentemente acompanha dispositivos técnicos de pesquisa, pareceu contribuir para ampliar essa sensação de distância.

Ao longo da entrevista, tornou-se perceptível que não se tratava apenas de timidez, mas de dinâmicas mais profundas relacionadas à autoestima e às formas como mulheres negras, historicamente desvalorizadas, são frequentemente levadas a ocupar posições de retraimento e silenciamento. A interlocutora evitava o contato visual, mantinha o olhar baixo e respondia de maneira contida, sugerindo um desconforto que não pode ser dissociado das marcas estruturais do racismo.

Esse encontro foi realizado durante seu expediente de trabalho como empregada doméstica, e contou com a presença constante de sua empregadora, que havia sido o contato inicial da pesquisa por meio do método bola de neve. Embora a intenção fosse criar um ambiente de maior segurança para a entrevistada, tal situação acabou por produzir efeitos ambíguos. Em diversos momentos, a interlocutora iniciava um relato, mas parecia recuar diante de comentários, intervenções ou perguntas, o que pode ter limitado o aprofundamento de determinadas narrativas.

A situação descrita não deve ser interpretada como resultado de atitudes individuais isoladas, tampouco como expressão de uma intenção consciente de controle ou silenciamento. Trata-se, antes, da materialização cotidiana de relações de poder historicamente constituídas, nas quais raça, classe, gênero e escolaridade se entrelaçam de forma assimétrica. Diferenças de posição social, capital educacional e reconhecimento institucional operavam silenciosamente na cena da entrevista, condicionando, ainda que de maneira sutil, o que parecia possível ou legítimo ser dito naquele contexto.

Nesse sentido, o episódio evidencia aquilo que Audre Lorde (1983) aponta ao afirmar que, quando sujeitos subalternizados não se definem a partir de si, acabam sendo definidos por outros, segundo interesses que não lhes pertencem. A presença constante da empregadora, mesmo que justificada pelo cuidado ou pela mediação, associada à presença de

³¹ A interlocutora estava ciente, desde o início da entrevista, de que, de acordo com o termo de consentimento livre e esclarecido por ela assinado, poderia interromper a entrevista a qualquer momento

duas outras mulheres que se apresentavam como pesquisadoras universitárias, pareceu produzir um ambiente no qual a interlocutora não se reconhecia plenamente como sujeito de sua própria narrativa. Sua fala parecia atravessada por olhares externos que, ainda que não explicitamente censores, podiam funcionar como parâmetros de validação, aproximando-se do que aqui se compreende como uma forma de vigilância simbólica.

Collins (2019) contribui para aprofundar essa leitura ao demonstrar como imagens de controle e padrões hegemônicos, especialmente aqueles relacionados à aparência, à competência e à respeitabilidade, estruturam a forma como mulheres negras são percebidas e como aprendem a se perceber. A dificuldade da interlocutora em sustentar o olhar, sua contenção corporal e verbal, bem como a hesitação diante das condições presentes na cena, não podem ser compreendidas como traços individuais de personalidade, mas como efeitos de um sistema que reiteradamente desautoriza a fala de mulheres negras, sobretudo quando estas ocupam posições socialmente desvalorizadas, como o trabalho doméstico.

Importa destacar que, diferentemente de sujeitos mais próximos das posições hegemônicas de poder, às mulheres negras são oferecidos poucos espaços de reconhecimento positivo. Quando sua fala emerge, ela frequentemente é enquadrada como excessiva, inadequada ou emocional. É precisamente nesse ponto que a reflexão de Gonzalez (2020) se torna central. Ao denunciar a superexploração da mulher negra, a autora evidencia como o incômodo gerado por essa denúncia é frequentemente deslocado para a forma do discurso, e não para o conteúdo que ele revela. A fala da mulher negra, quando rompe o lugar do silêncio, tende a ser lida como ressentimento, revanchismo ou emoção desmedida.

Essa chave interpretativa ajuda a compreender por que, mesmo em um contexto aparentemente protegido, a interlocutora parecia medir cuidadosamente suas palavras. O problema não reside na emoção em si, mas na forma como ela é politicamente deslegitimada. Como argumenta Gonzalez (2020), emoção e razão não são polos opostos, mas dimensões indissociáveis de uma racionalidade situada, encarnada e concreta. Ao contrário do que sugere a lógica dominante, a presença da emoção não fragiliza o discurso; ela o humaniza e revela as violências que a abstração acadêmica frequentemente oculta.

Dessa forma, a cena da entrevista expõe não apenas um desafio metodológico, mas um impasse epistemológico mais profundo: quem pode falar, em que condições, e com quais

efeitos. Na forma como a cena da entrevista foi construída, sujeitos mais próximos da condição hegemônica de poder tendiam a ocupar uma posição social historicamente associada à mediação da fala do *outro*, operando como instância que traduz, explica, complementa e, por vezes, corrige. A interlocutora, por sua vez, parecia tensionada entre o desejo de narrar sua experiência e o receio de ultrapassar limites invisíveis, mas profundamente internalizados.

Reconhecer essa dinâmica implica situar a interação em um campo mais amplo de relações estruturais. É precisamente esse deslocamento do julgamento moral para a análise crítica que permite compreender como o racismo opera de forma cotidiana, difusa e naturalizada, inclusive em contextos marcados por intenções éticas e compromissos progressistas. Ao tornar visíveis essas camadas, a pesquisa reafirma a importância de uma escuta que não apenas acolha a fala, mas que interrogue criticamente as condições que a tornam possível, ou que a silenciam.

Apesar das tensões e assimetrias que atravessaram essa primeira entrevista, é fundamental destacar que a condução do encontro também foi marcada por movimentos de aproximação e reconhecimento, especialmente a partir da relação que, no decorrer da entrevista, foi estabelecida gradualmente entre mim, enquanto entrevistadora principal, e a interlocutora. Essa aproximação não se deu de forma automática nem romantizada, mas foi mediada pela partilha de experiências estruturais de desvalorização associadas à raça e ao gênero.

Ainda que nossas trajetórias sejam atravessadas por diferenças significativas, sobretudo no que diz respeito ao acesso à educação formal e a determinadas condições materiais, o fato de sermos ambas mulheres negras produziu um terreno possível de identificação, marcado pelo reconhecimento de desigualdades próximas e, em alguns aspectos, coincidentes. Essa partilha não elimina as assimetrias existentes entre pesquisadora e entrevistada, mas tensiona a hierarquia tradicional da relação de pesquisa. Como aponta Milton Santos, não importa a posição ocupada em determinados espaços institucionais: o cotidiano deste país reafirma, reiteradamente, a negação plena da cidadania à população negra.

Nesse sentido, minha presença naquele espaço não me isentava da experiência da desvalorização racial, tampouco me colocava fora das engrenagens do racismo estrutural. Ao contrário, tornava visível uma condição compartilhada, ainda que vivida de maneiras distintas. Foi a partir desse reconhecimento que a entrevista pôde, ainda que parcialmente, deslocar-se de uma lógica vertical para uma relação mais horizontal. Ao trazer experiências vividas por mim e por mulheres da minha família — minha mãe, minhas avós, minhas tias —, tornou-se possível construir uma escuta baseada não apenas na coleta de dados, mas no estabelecimento de vínculos simbólicos.

Esse movimento contribuiu para que a interlocutora se percebesse não como objeto de investigação, mas como sujeito legítimo de sua própria narrativa, reconhecendo-se em histórias que, embora singulares, partilham marcas históricas semelhantes. Essa experiência permite refletir sobre os limites e as possibilidades do conceito de sororidade no contexto empírico da pesquisa.

4.2.1 ‘Apesar de todo desamor que nos cerca, nada tem sido capaz de bloquear nosso desejo pelo amor’: Entre sororidade e dororidade

Conforme elucida Eliane Gonçalves (2016, apud Queiroz, 2016), a sororidade, aportuguesamento das noções de *womanhood* ou *sisterhood*, emerge no interior do feminismo como uma tentativa de nomear práticas de amizade, cooperação e apoio entre mulheres, em oposição a modelos de sociabilidade feminina historicamente marcados pela competitividade. Para a autora, trata-se de uma aprendizagem política, que exige exercício cotidiano, reflexividade e compromisso ético, não podendo ser compreendida como um vínculo espontâneo ou natural.

No entanto, diversas autoras do feminismo negro, como bell hooks, Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, têm problematizado o uso acrítico e universalizante desse termo. Essas autoras argumentam que, historicamente, não se constituiu uma relação de sororidade entre mulheres brancas e mulheres negras, uma vez que as experiências de opressão são atravessadas por desigualdades raciais profundas, estruturais e persistentes. É nesse campo de críticas que emerge o conceito de dororidade, elaborado pela intelectual, ativista antirracista e escritora brasileira Vilma Piedade, no livro *Dororidade*.

Mulher negra e feminista, Piedade (2017) dialoga com o feminismo a partir da centralidade da experiência da mulher negra na história, na política e na produção de conhecimento, chamando atenção para os limites de uma sororidade que não reconhece as hierarquias raciais que estruturam as relações entre mulheres. Para a autora, a dororidade refere-se à cumplicidade, à identificação e ao apoio mútuo entre mulheres negras, partindo do reconhecimento de dores específicas, intensificadas pela articulação entre racismo e machismo, que não são contempladas pela ideia universalizante de irmandade feminina.

Trata-se de um conceito que cria um espaço de acolhimento e fortalecimento político no qual o sofrimento compartilhado não é romantizado, mas transformado em potência para a resistência, para a luta por dignidade e para a construção do bem-viver, reconhecendo explicitamente a experiência interseccional de opressões que marca a vida das mulheres pretas. Piedade (2017) nos provoca ao questionar se a sororidade, tal como difundida, é capaz de abarcar a experiência das mulheres negras, de seus filhos e de suas dores. Para a autora, não é. A dororidade nasce exatamente dessa insuficiência, como expressa de forma contundente:

A sororidade parece não dar conta da nossa pretitude. Foi a partir dessa percepção que pensei em outra direção, num novo conceito que, apesar de muito novo, já carrega um fardo antigo, velho conhecido das mulheres: a dor — mas, neste caso, especificamente, a dor que só pode ser sentida a depender da cor da pele. Quanto mais preta, mais racismo, mais dor. (PIEADADE, 2017, p. 16).

É a partir dessa chave interpretativa que a cena da entrevista, composta por duas mulheres brancas (a empregadora e a pesquisadora de iniciação científica) e duas mulheres negras (a entrevistada e eu), pode ser compreendida. Ela revela, com nitidez, os limites da sororidade enquanto categoria analítica totalizante e, simultaneamente, evidencia a potência da dororidade como mediadora das relações estabelecidas no campo. Foi precisamente a partir do reconhecimento tácito da dor compartilhada que se abriu uma fresta para a construção de confiança e para o exercício de uma escuta mais ética, sensível e situada.

Nesse contexto, torna-se recorrente observar que, diante da ausência histórica de cuidado direcionado a si mesmas, muitas mulheres negras enfrentam dificuldades de exercer o autocuidado e, inclusive, de expressar afeto em palavras. Paradoxalmente, são capazes de dispensar gestos contínuos e generosos de cuidado com o outro, demonstrando forte senso de coletividade, empatia, trabalho em grupo e responsabilidade social.

O cuidado, nesse sentido, é quase sempre externalizado: cuida-se dos filhos, da família, da vizinhança, da comunidade, enquanto o próprio corpo e a própria subjetividade são relegados a um tempo indefinido, que quase nunca chega. Como ninguém as cuida, nem elas mesmas, muitas vezes, seguem por anos ignorando os sinais de exaustão, enquanto o corpo clama por cuidado, a alma pede ajuda e o espírito grita por socorro. Como lembra bell hooks (2021):

O amor cura. Quando somos feridos nos espaços onde deveríamos conhecer o amor, é difícil imaginar que o amor realmente tenha o poder de mudar tudo. (hooks, 2021, p. 237).

Existem dores que não se apagam. São cicatrizes que sangram a cada lembrança. Muitas dessas memórias são guardadas a sete chaves, numa tentativa de protegê-las no esquecimento, como se assim fosse possível impedir que voltassem a doer. Ainda assim, é na força da história e da ancestralidade que muitas mulheres negras encontram sustentação para seguir, alimentando a esperança de que o amor cura e de que são dignas de serem amadas, por suas crias, por suas famílias, por suas amigas e, sobretudo, por si mesmas.

Como afirma hooks, “o amor redime. Apesar de todo desamor que nos cerca, nada tem sido capaz de bloquear nosso desejo pelo amor” (hooks, 2021, p. 237). É nesse ponto que se torna possível afirmar que a conexão estabelecida naquela entrevista não se deu a partir de uma sororidade abstrata, mas da dor compartilhada, elemento constitutivo daquilo que autoras negras têm nomeado como dororidade. Essa noção é sintetizada de forma potente por Neves et al. (2022):

Dororidade é isso, é sentir e entender a dor, é saber o quanto dói. Dororidade é a dor que só o preto sente. Nós somos, devemos ser, nossos antepassados esperam isso de nós, precisamos ser, nossos mais novos esperam isso de nós. Nem sempre será bom ser, algumas vezes o racismo vai nos barrar, às vezes a luta será sutil, outras violenta, porém terá as vezes que sairemos de cabeça erguida e vitoriosas e isso minhas deusas, todo o esforço e toda luta, terá valido a pena. Dororidade, um presente de uma de nós, para nós! Ubuntu, eu só sou, porque somos. ((NEVES; GOMES; CAETANO, 2022, p. 22–23).)

A dororidade, portanto, não aparece aqui como um conceito abstrato ou meramente teórico, mas como uma experiência vivida no campo, que atravessou a relação estabelecida naquela entrevista e tensionou as fronteiras tradicionais entre pesquisadora e interlocutora. Ao evidenciar os limites da sororidade enquanto categoria universalizante, essa experiência reafirma a necessidade de categorias analíticas ancoradas na materialidade das relações raciais e de gênero.

As entrevistas, ao mesmo tempo em que revelaram a potência das narrativas individuais, também evidenciaram seus limites quando dissociadas da experiência direta do território. Tornou-se cada vez mais evidente que compreender Nova Viçosa exigia ir além da escuta mediada pelos encontros domiciliares e avançar para uma presença mais continuada no bairro, capaz de captar ritmos, percursos, silêncios e desigualdades que não se enunciam apenas pela palavra. Foi nesse contexto que as visitas em campo se consolidaram não como etapa complementar, mas como parte constitutiva da reorientação metodológica da pesquisa.

4.3 *Alguém me avisou pra pisar nesse chão devagarinho: As visitas em Nova Viçosa*

O mesmo movimento de revisão metodológica observado no processo das entrevistas também se fez presente nas visitas em campo. Ao longo de aproximadamente sete incursões ao bairro de Nova Viçosa, realizadas entre abril e agosto de 2025 (Tabela 6), o território passou a ser experimentado não apenas como objeto de observação, mas como espaço vivido, atravessado por deslocamentos, encontros e percepções sensoriais.

Tabela 6: Registros das visitas em campo

Data	Horário de chegada	Ruas visitadas	Visitas com <i>Rehabitar</i>
			(23/06/2025 , 18/09/2025 e 26/11/2025)
21/05	16h	Rua Joaquim Nogueira Rua José Borges Chagas Rua Maria Francisca Amorim Rua José Borges Santana	Essa etapa foi realizada pela pesquisadora responsável, em articulação com o Projeto de Pesquisa e Extensão ReHabitatar, vinculado à Universidade Federal de Viçosa (UFV), que oferece assistência técnica gratuita em habitação de interesse social no bairro de Nova Viçosa. O projeto reúne professores e discentes da graduação e da pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Serviço Social e Engenharia Civil. A pesquisadora integra a equipe do projeto e atua como diretora de relações externas, realizando visitas às moradias atendidas. Essas visitas foram fundamentais para o registro fotográfico das ruas e para a identificação de possíveis entrevistadas. Nesse sentido, o Projeto ReHabitatar funcionou como uma das sementes do método de amostragem em bola de neve, viabilizando o acesso às primeiras interlocutoras e o estabelecimento inicial de vínculos no território.
28/05	15h	Rua José Lopes de Carvalho	
31/05	14h	Rua João Andrade Rua Assad Nazar Rua Antônio Fontes dos Santos Rua Rahmi Curi Rua Efigênia Soares Silva Rua José da Silva	
17/06	13h	Rua Agenor Pires Dantas R. Adília Marques Parreira Rua Alfa Chequer	
18/06 e 22/08	14h	Sem a definição prévia de ruas específicas, foram realizadas visitas em diversas vias selecionadas de forma aleatória.	

Fonte: A autora (2025)

Inicialmente, as visitas foram orientadas por um roteiro-guia de observação (Tabela 7), elaborado a partir de categorias clássicas da leitura urbanística, infraestrutura, uso e apropriação do espaço, circulação, segurança e presença do poder público. Esse instrumento cumpriu um papel importante como ponto de partida, oferecendo parâmetros mínimos para a organização do olhar.

No entanto, à medida que o contato com o campo se intensificava, tornava-se evidente que tais categorias, embora necessárias, não eram suficientes para apreender a complexidade do cotidiano observado.

Tabela 7 - Categorias de Observação em campo

Crítérios	O que observar?
Infraestrutura urbana	Estado das ruas (pavimentadas ou não, qual tipo), calçadas, iluminação pública, saneamento, transporte público.
Uso e apropriação do espaço	Como os moradores utilizam as ruas, praças, áreas comuns? Há espaços de convivência ou estão vazios?
Fronteiras e limites	Existem divisões visíveis entre Nova Viçosa e bairros vizinhos? (Ex.: mudança na infraestrutura, barreiras físicas ou simbólicas)
Percepção de segurança	Há iluminação suficiente? Há áreas que parecem evitadas pelos moradores?
Presença do poder público	Há postos de saúde, escolas, centros comunitários? Eles estão funcionando e acessíveis?
Circulação e mobilidade	Como as pessoas se deslocam pelo bairro? Existem barreiras físicas ou dificuldades de locomoção?

Fonte: A autora (2025)

A realização das visitas em campo também foi atravessada pela dimensão coletiva da pesquisa, desenvolvida em conjunto com outra pesquisadora. A realização dessa etapa em parceria revelou-se central para o aprofundamento das análises. Essa dimensão coletiva revelou-se central para a experiência em campo. Eu enquanto mulher negra, muitas das situações observadas, os olhares, os silêncios, as assimetrias sutis nas interações e as dinâmicas raciais implícitas, já integravam meu repertório de vivências e meu processo contínuo de letramento racial.

Ainda que eu não seja moradora de periferia, diversos elementos do cotidiano racializado de Nova Viçosa não se apresentavam como novidade, mas como atualização de experiências já conhecidas. Para Thaís, mulher branca, loira e de olhos claros, a experiência assumiu outro contorno. Em diversas ocasiões, ela se percebeu como a única pessoa branca, tanto nas ruas do bairro quanto durante as entrevistas, vivenciando, ainda que de forma pontual e situada, uma condição de minoria que contrasta fortemente com seu cotidiano no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFV, espaço nitidamente majoritariamente branco.

Foi sobretudo a partir dos deslocamentos até o bairro, realizados majoritariamente por meio do transporte coletivo, que a pesquisa passou a se deslocar de uma postura predominantemente observacional para uma escuta mais atenta, situada e corporal. Nesses trajetos, tornava-se visível uma geografia racial cotidiana: quanto mais o ônibus se afastava do centro de Viçosa em direção a Nova Viçosa, mais sua composição se enegrecia, com a predominância de pessoas negras e a rarefação da presença branca. Essa experiência, reiterada ao longo das visitas, confirmou no corpo aquilo que já havia sido escutado nas entrevistas e identificado nos dados secundários.

As visitas não se limitaram a ruas previamente definidas. Ao contrário, privilegiou-se uma circulação aberta, com percursos selecionados de forma aleatória, incluindo o uso do transporte coletivo dentro do próprio bairro. Essa estratégia permitiu compreender não apenas a distribuição espacial da infraestrutura, mas também as dificuldades impostas pela pavimentação irregular, pela topografia acidentada e pelo próprio trajeto realizado de ônibus no interior de Nova Viçosa.

As observações realizadas durante as visitas em campo, por mim e pela pesquisadora Thaís Lima, foram registradas de forma sistemática em tabelas elaboradas para esse fim. Cada visita deu origem a um registro organizado segundo a seguinte estrutura:

Tabela 8: Estrutura dos registros de observação em campo

Item do registro	Descrição
Data da visita e ruas percorridas	Indicação do dia da visita e das vias observadas
Percepções espontâneas – Anna	Impressões livres, sensoriais e não guiadas

Percepções espontâneas – Thaís	Impressões livres, sensoriais e não guiadas
Percepções orientadas – Anna	Observações realizadas a partir do roteiro-guia
Percepções orientadas – Thaís	Observações realizadas a partir do roteiro-guia

Fonte: A autora, 2025.

Esses registros permitiram captar tanto impressões livres e sensíveis quanto observações guiadas por critérios previamente estabelecidos. Ao final do ciclo de visitas em campo, todo o material produzido foi relido de forma atenta e comparativa. A partir desse processo, realizou-se a sistematização e a síntese das observações espontâneas, organizadas na tabela apresentada a seguir.

As percepções diretamente relacionadas às categorias do roteiro-guia, embora fundamentais para a análise, não foram incluídas nesta síntese, uma vez que não se mostraram centrais a ponto de ocupar o primeiro plano interpretativo. No entanto, essas observações orientadas por critérios previamente estabelecidos foram mobilizadas posteriormente como suporte analítico, especialmente na elaboração dos mapas apresentados no Capítulo 5, juntamente com os registros fotográficos realizados *in loco*, que complementam a análise do território.

Tabela 9: Observações espontâneas nas vistas em campo

Eixo de observação	Observações sistematizadas
Deslocamentos e transporte público	Durante as visitas, o deslocamento de ônibus ocorreu a partir de diferentes pontos do Centro de Viçosa, como a Praça do Rosário e a Rua Gomes Barbosa. Observou-se diversidade racial entre os passageiros, com predominância de pessoas negras à medida que o veículo se aproximava de Nova Viçosa. Os ônibus encontravam-se, em geral, lotados, especialmente no período da tarde, com presença significativa de mulheres e adolescentes, alguns utilizando cartão estudantil. Foram recorrentes conversas sobre as dificuldades de acesso ao transporte no período noturno.
	O ônibus circula apenas por ruas pavimentadas e opera com intervalos aproximados de 30 minutos. A sinalização dos pontos é precária, com apenas uma placa visível próxima ao posto de gasolina; os demais pontos são identificados informalmente pelos moradores. A ausência de arborização compromete o conforto térmico durante os trajetos e nos locais de espera.
Dinâmica cotidiana e infraestrutura urbana	Nova Viçosa apresentou-se como um bairro aparentemente calmo, com presença de crianças brincando nas ruas e moradores receptivos. A praça destaca-se como espaço central da vida cotidiana, sendo utilizada como local de lazer, convivência, prática de atividades físicas e ponto de ônibus, configurando-se como um marco urbano do bairro.

	Mesmo dentro de uma mesma rua, observaram-se diferenças significativas na infraestrutura, como variações na pavimentação, presença de calçadas e acabamento das moradias. A ausência de placas de sinalização, iluminação pública adequada e arborização reforça a condição de precariedade urbana.
Vivência em campo e percepção social	Ao longo da maior parte das visitas, foi recorrente a presença de moradores homens, aparentemente jovens e/ou adolescentes. Embora não tenha havido abordagens diretas, notaram-se olhares prolongados, indicando estranhamento e curiosidade diante da presença das pesquisadoras, possivelmente associadas ao fato de não serem reconhecidas como moradoras e ao registro de imagens e anotações em campo.
Diferenças internas do bairro e paisagem urbana	Identificou-se uma área central relativamente mais estruturada, onde se localiza a APOV, com presença de comércio, calçamento, iluminação adequada e maior movimentação urbana. Em contraste, as áreas mais altas e inclinadas do bairro apresentam maior precariedade, com ruas sem pavimentação, calçamentos irregulares, mato alto, moradias inacabadas, lotes vagos e veículos abandonados, resultando em trajetos mais difíceis e cansativos para os moradores.
	As mudanças abruptas na paisagem urbana entre uma rua e outra produziram percepções corporais distintas. Em vias com arborização, pavimentação e calçamento adequados, emergiram sensações de “respiro” e bem-estar. Já em ruas marcadas pela ausência desses elementos, foram recorrentes sensações de sufocamento, desordem e desconforto físico e mental.
Articulação com as entrevistas	As percepções registradas em campo foram confirmadas nas entrevistas com duas moradoras residentes em áreas com diferentes níveis de infraestrutura urbana. Conforme indicado no mapa (Figura X, p. X), Maria da Lua, moradora de uma rua mais bem estruturada, relatou sensações associadas ao conforto espacial, enquanto Maria Quipa, residente em área mais precária, expressou percepções de desconforto e mal-estar em relação ao lugar onde vive.

Fonte: Teles e Lima, (2025), adaptado pela autora em 2026.

Assim, as visitas em campo configuraram-se como uma etapa central da pesquisa, ao possibilitarem uma leitura situada e sensível do território de Nova Viçosa, na qual observação sistemática, deslocamentos cotidianos e percepções corporais se articularam à análise da infraestrutura urbana e das dinâmicas sociais. Essa experiência permitiu compreender como as desigualdades urbanas se manifestam não apenas na materialidade do espaço, mas também nas sensações, nos usos e nas formas de circulação, especialmente no cotidiano das moradoras.

Os registros produzidos no campo, portanto, não se esgotam como descrição do território, mas funcionaram como base empírica e interpretativa que orientou a condução e o aprofundamento das entrevistas, qualificando a escuta das narrativas que serão retomadas no tópico seguinte

4.4 Experiências Vividas Como Produção De Conhecimento

Até aqui, foram apresentados os principais desafios, impasses e deslocamentos que atravessaram o início do trabalho de campo, tanto a partir da primeira entrevista quanto das visitas em campo realizadas em Nova Viçosa. Esses momentos iniciais não apenas revelaram limites metodológicos importantes, como também provocaram uma revisão profunda da postura da pesquisadora, dos instrumentos utilizados e das condições necessárias para a construção de uma escuta ética, situada e relacional.

A experiência da primeira entrevista evidenciou, de forma contundente, que não bastava dispor de um roteiro bem estruturado ou de categorias analíticas consolidadas. Era preciso compreender como raça, classe, gênero, escolaridade e posição social operavam concretamente na cena da pesquisa, produzindo assimetrias, silêncios e desconfortos que atravessavam tanto a fala das interlocutoras quanto a atuação da pesquisadora. As visitas em campo, por sua vez, ampliaram essa compreensão ao deslocar o olhar da entrevista domiciliar para o território vivido, permitindo captar ritmos, percursos, fronteiras, sensações corporais e percepções espaciais que escapam à palavra, mas que estruturam profundamente a experiência urbana das mulheres.

Esse deslocamento metodológico encontra respaldo na epistemologia do standpoint, adotada por Kimberlé Crenshaw e sistematizada por Sandra Harding (2004) apud Silva (2018), que enfatiza a centralidade do conhecimento situado, produzido a partir das experiências vividas dos sujeitos. Segundo Harding, essa epistemologia se fundamenta em quatro pressupostos centrais:

(1) o interesse em colocar no centro da análise as práticas de poder das instituições dominantes e os pressupostos que reforçam relações sociais opressivas; (2) a crítica que emerge da incorporação de novos dados e experiências na compreensão das desigualdades e hierarquias; (3) o reconhecimento de que nem toda fala de sujeitos oprimidos pode ser automaticamente tomada como conhecimento fidedigno, uma vez que todos estão atravessados por imagens dominantes; e (4) a construção de uma perspectiva grupal capaz de transformar a perspectiva individual (Harding, 2004, p.50 apud Silva, 2018).

A partir desses pressupostos, torna-se evidente que a produção de conhecimento não é neutra, mas profundamente marcada pelas relações de poder que estruturam a sociedade. Harding (1987) propõe compreender a epistemologia como uma teoria abrangente que investiga não apenas o que é considerado conhecimento, mas também os critérios e

justificativas que conferem legitimidade às verdades reconhecidas. Essa abordagem crítica desloca a atenção para questões como: quem tem autoridade para validar o conhecimento, quais perguntas são consideradas legítimas e quais interpretações são autorizadas a circular no campo científico.

Patricia Hill Collins (2019) aprofunda esse debate ao demonstrar que as estruturas ocidentais de validação do conhecimento foram historicamente controladas por homens brancos de elite, moldando a academia segundo seus interesses e perspectivas. Como consequência, os paradigmas, temas e epistemologias predominantes na pesquisa tradicional invisibilizam saberes e experiências historicamente marginalizadas, especialmente os produzidos por mulheres negras. Silva (2018) complementa essa análise ao destacar o papel do evolucionismo positivista na consolidação das ciências humanas, estruturando um modelo eurocêntrico que reforçou a supremacia do homem branco proprietário tanto na produção acadêmica quanto na organização social.

Nesse contexto, Lélia Gonzalez (1988) argumenta que o colonialismo europeu, consolidado na segunda metade do século XIX, esteve diretamente ligado à formulação do racismo enquanto “ciência” da superioridade eurocristã, apoiada no chamado “modelo ariano de explicação”. Essa lógica naturalizou desigualdades, desqualificou epistemologias não europeias e legitimou a violência colonial como expressão de uma suposta superioridade racional. Desde o século XV, já se observava uma tradição etnocêntrica que classificava os saberes dos povos colonizados como primitivos, supersticiosos ou exóticos, contribuindo para a naturalização da violência colonial.

Silva (2018) destaca que o racismo epistêmico constitui um dos principais fatores responsáveis pela invisibilização das produções acadêmicas de mulheres negras. Gonzalez (2020), ao discutir a ausência de textos que aprofundassem a situação da mulher negra, propõe uma reflexão fundamental sobre os conceitos de consciência e memória. A consciência, segundo a autora, opera como espaço do desconhecimento e do encobrimento, onde o discurso ideológico se impõe como verdade absoluta, definindo quais narrativas são válidas e quais devem ser esquecidas. A memória, por outro lado, emerge como resistência: “o não saber que conhece”, espaço de inscrição de histórias não escritas, onde vozes silenciadas encontram formas de se manifestar.

Esse embate entre consciência e memória revela uma dialética permanente entre exclusão e resistência. Para a população negra, esse processo é ainda mais violento, pois sua história foi sistematicamente apagada, deturpada e narrada por outros. Gonzalez mobiliza a metáfora do *infans* — aquele que não tem fala própria — para evidenciar como os negros foram historicamente impedidos de narrar suas próprias experiências, sendo falados por sujeitos brancos dominantes. Ainda assim, a memória negra persiste, manifestando-se nos corpos, na oralidade, nos gestos, nas práticas cotidianas e na cultura.

Ao aprofundar a importância da fala para os sujeitos oprimidos, especialmente para as mulheres negras, bell hooks (2019) enfatiza que romper o silêncio constitui um ato de resistência e transformação. Falar não se resume ao exercício verbal, mas representa um movimento de afirmação subjetiva e política, capaz de deslocar o sujeito da posição de objeto para a de agente. Como afirma a autora, narrar a própria vida permite estabelecer a experiência como válida, analisá-la criticamente e situá-la em um contexto mais amplo de opressões e possibilidades de ação.

Essa compreensão é fundamental para o campo da pesquisa urbana, especialmente quando se volta para territórios marcados pela segregação racial, de classe e de gênero. Como observa Milton Santos (1996), mesmo diante de discursos formais de cidadania, o cotidiano revela a persistente negação de direitos e reconhecimento. Assim, se não houvesse mecanismos sistemáticos de silenciamento e deslegitimação, não seria necessário enfatizar as dificuldades enfrentadas pelos grupos oprimidos para sustentar sua própria voz.

No caso das mulheres negras, essa resistência se expressa na criação de meios alternativos de validação de seus saberes, forjando epistemologias próprias que ampliam os critérios tradicionais de verdade. Como observa Silva (2018), essa produção de conhecimento não se restringe ao espaço acadêmico, manifestando-se também na música, na literatura, nas conversas cotidianas e nas práticas diárias. Collins (2019) reforça que as experiências vividas das mulheres negras constituem um critério central de credibilidade, sendo frequentemente consideradas mais confiáveis do que análises distantes e descoladas da realidade concreta.

O objetivo, como ressalta Collins, não é afirmar que a perspectiva das mulheres negras seja a mais pura ou precisa, mas reconhecer que suas experiências, atravessadas por racismo, sexismo, opressão de classe e segregação urbana, oferecem uma posição

privilegiada para investigar as interconexões entre diferentes sistemas de opressão. Exemplos como o trabalho de Elsa Barkley Brown demonstram como práticas cotidianas e saberes comunitários das mulheres negras podem informar a teoria, revelando dimensões da vida social invisibilizadas pelas abordagens acadêmicas tradicionais.

Do mesmo modo, Conceição Evaristo evidencia que a escrita emerge de um corpo atravessado por memória, ancestralidade e experiência. Sua noção de movimento-grafia reforça a ideia de que o conhecimento não se produz apenas pela via racional abstrata, mas também pelo corpo, pelo gesto e pela vivência.

4.4.1 De volta a condução das entrevistas

É a partir desse arcabouço teórico que a condução das entrevistas nesta pesquisa foi pensada. Durante todo o processo de condução das entrevistas, buscou-se deslocar, desde o início, qualquer expectativa de “resposta correta” ou de precisão técnica. Conforme aponta Patricia Hill Collins (2019) o foco não deve recair apenas sobre o rigor formal da formulação, mas sobre as dinâmicas de poder que estruturam quem pode definir, interpretar e validar determinadas experiências.

Assim, o diálogo estabelecido afastou-se de uma lógica avaliativa e aproximou-se de uma escuta atenta às posições sociais a partir das quais as narrativas eram produzidas. As entrevistas foram concebidas como encontros, construídos em consonância com os preceitos do feminismo negro e da interseccionalidade.

Tabela 10: Etapas de condução das entrevistas com base nos preceitos feminista negro

Etapas		Descrição
1	Vínculo	“Quebra de gelo”, aproximação afetiva e conquista da confiança da interlocutora; justificativa da participação e construção da posição relacional.
2	Abertura	Aproximação investigativa e analítica entre pesquisadora e interlocutoras; identificação de marcadores sociais e percepções das desigualdades.
3	Desenvolvimento	Desenvolvimento da entrevista, com foco nas práticas espaciais e cotidianas.
5	Encerramento	Sínteses a partir da conclusão das entrevistas.

Fonte: A autora, 2025.

A seguir, descrevemos cada uma das cinco etapas que estruturaram a realização das entrevistas, explicitando seus objetivos, conteúdos e contribuições para a análise proposta.

1. Vínculo:

A) Apresentação da pesquisa: Antes do início formal das entrevistas e da gravação em áudio, era realizada uma apresentação clara e objetiva da pesquisa, na qual eram explicitados seus objetivos, os procedimentos metodológicos adotados, o termo de confidencialidade e o pedido de autorização para gravação. Esse momento inicial tinha como finalidade garantir transparência, segurança e consentimento informado por parte das participantes.

B) Explicitação dos motivos da entrevista e aproximações entre pesquisadora e interlocutora: Em seguida, eram apresentados os motivos da entrevista e o papel central de cada interlocutora no desenvolvimento da pesquisa. Buscou-se, desde esse primeiro contato, estabelecer uma relação horizontal, deixando explícito que o conhecimento sobre o bairro, em sua configuração atual, pertencia às próprias moradoras. Ainda que a pesquisadora tenha formação em Arquitetura e Urbanismo, a perspectiva técnica não ocupava o centro da interlocução, que se orientava prioritariamente pelas experiências narradas pelas mulheres.

Ao longo das entrevistas, procurou-se criar condições para que as interlocutoras pudessem exercer processos de autodefinição e autoavaliação, ainda que de forma não conceitualizada. Segundo Collins (2016),

Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas com imagens autênticas de mulheres negras. (Collins, 2016, p.102).

Embora esses conceitos não tenham sido apresentados explicitamente às participantes, eles orientaram eticamente a postura da pesquisadora no campo. Cabia, portanto, compreender tais noções teoricamente para traduzi-las em práticas concretas de escuta, relação e condução das conversas. Dessa forma, buscou-se sustentar um ambiente horizontal, aberto e acolhedor, que possibilitasse a afirmação de si, o reconhecimento das próprias trajetórias e a valorização das estratégias cotidianas de sobrevivência e resistência.

Como ressalta Collins (2016), há uma diferença substantiva entre exigir que mulheres negras se adequem a padrões de docilidade e feminilidade estereotipadas e reconhecer a assertividade, a ousadia e a força como qualidades fundamentais para enfrentar contextos marcados por desigualdades e hostilidades.

Uma coisa é aconselhar mulheres afro-americanas para se tornarem mansas, dóceis e estereotipadamente “femininas”. Outra coisa bastante diferente é aconselhar mulheres negras a abraçarem sua assertividade, a valorizarem sua ousadia, e a continuarem a usar essas qualidades para sobreviverem e transcenderem os ambientes hostis que circunscrevem as vidas de tantas mulheres negras. (Collins, 2016, p.104).

Nesse sentido, a postura adotada nas entrevistas procurou reconhecer tais atributos não como desvios, mas como expressões legítimas de dignidade, criatividade e agência, desafiando estereótipos historicamente associados às mulheres negras e às moradoras de territórios estigmatizados.

2. Abertura:

A etapa de abertura teve como objetivo iniciar a entrevista de forma gradual e situada, permitindo que as interlocutoras conduzissem o ritmo da narrativa e que emergissem, de maneira espontânea, referências temporais, sociais e políticas relevantes para a pesquisa.

A) Pergunta Inicial Aberta: A entrevista era iniciada por uma pergunta ampla e não direcionada, com a finalidade de identificar se a interlocutora tenderia a organizar sua narrativa predominantemente a partir do passado do bairro ou de sua configuração presente. Essa escolha metodológica possibilitou reconhecer quais temporalidades eram mais significativas para cada mulher, orientando o encadeamento das questões posteriores.

B) Identificação De Marcadores Sociais E Percepções Das Desigualdades: Ainda nesse momento inicial, buscou-se, de forma sensível e não invasiva, conhecer aspectos básicos da trajetória das entrevistadas, como idade, ocupação, escolaridade e composição familiar. Paralelamente, foram observados indícios de consciência racial, de classe e de gênero, com o objetivo de compreender como essas dimensões atravessavam a percepção das desigualdades vivenciadas no cotidiano.

Essa aproximação permitiu também identificar a emergência de posicionamentos políticos, tanto em relação ao território de Nova Viçosa quanto ao contexto social e político mais amplo. As informações mobilizadas nessa etapa orientaram a condução das perguntas

subsequentes, bem como o grau de aprofundamento possível nas discussões de caráter interseccional ao longo da entrevista.

3. Desenvolvimento

A etapa de desenvolvimento concentrou-se no aprofundamento das dimensões centrais da pesquisa, articulando temas previamente definidos com questões que emergiam espontaneamente nas falas das interlocutoras, de modo a respeitar o fluxo narrativo e a complexidade das experiências compartilhadas.

A) Perguntas Específicas: Foram formuladas perguntas diretamente relacionadas aos eixos centrais da pesquisa, abordando temas como:

- moradia e trabalho doméstico;
- mobilidade e deslocamentos cotidianos;
- infraestrutura urbana e acesso a serviços públicos;
- atuação do poder público no bairro.

Essas questões foram apresentadas de maneira flexível, sendo adaptadas conforme os temas que ganhavam maior relevância na narrativa de cada entrevistada.

B) Perguntas Provocativas: As perguntas provocativas foram utilizadas quando temas mais complexos, sensíveis ou delicados já haviam sido mencionados pelas interlocutoras. Seu objetivo não era induzir respostas, mas ampliar a compreensão da pesquisadora sobre experiências específicas, permitindo maior densidade analítica a partir da própria elaboração das entrevistadas.

5. Encerramento

Após a conclusão de todas as entrevistas, iniciou-se a etapa de organização, transcrição e sistematização do material empírico produzido em campo. As entrevistas foram integralmente transcritas e, a partir desse processo, realizou-se uma síntese individual de cada interlocução, buscando identificar temas recorrentes, ênfases narrativas e singularidades presentes nas trajetórias das mulheres entrevistadas.

Das nove entrevistas realizadas, sete tiveram duração aproximada entre uma hora e meia e duas horas, o que possibilitou narrativas mais extensas e detalhadas sobre as

experiências urbanas, familiares e cotidianas das interlocutoras. As outras duas entrevistas tiveram duração mais curta, variando entre vinte e trinta minutos, em função de limitações circunstanciais, como disponibilidade de tempo e condições específicas das participantes. Ainda assim, todas foram consideradas relevantes e incorporadas à análise, respeitando os limites e as possibilidades de cada encontro.

No conjunto do trabalho de campo, três interlocutoras — Maria Quipá, Maria Flor e Maria Mandacaru — se destacaram por diálogos mais aprofundados ao longo da pesquisa. Essa maior proximidade não decorreu de uma escolha arbitrária da pesquisadora, mas resultou das próprias condições do campo, do interesse mútuo e da disponibilidade dessas mulheres para conversas mais longas e recorrentes. Importa destacar, contudo, que as vozes das nove mulheres entrevistadas atravessam este capítulo, assegurando a pluralidade de experiências e evitando hierarquizações prévias entre os relatos.

A partir da leitura minuciosa das transcrições e das sínteses elaboradas, foi possível identificar um conjunto de dimensões temáticas recorrentes, que estruturam a análise desenvolvida ao longo do trabalho. Essas dimensões não foram definidas a priori, mas emergiram das próprias narrativas, refletindo aquilo que as interlocutoras destacaram como central em suas experiências no bairro e na cidade.

A Tabela 11 apresenta uma síntese dessas dimensões temáticas, articulando os principais conteúdos mobilizados nas entrevistas, os eixos analíticos associados e os marcadores discriminatórios predominantes em cada categoria. Essa sistematização permite evidenciar como raça, gênero, classe e território se entrelaçam nas experiências narradas, orientando a leitura analítica dos capítulos subsequentes.

Tabela 11: Síntese das dimensões temáticas, eixos analíticos e marcadores discriminatórios

Dimensão temática	Conteúdos mobilizados nas entrevistas	Eixos analíticos associados	Marcadores discriminatórios predominantes
Memória	Memórias da infância; chegada ao bairro; infância dos filhos	Estigmatização territorial	Classe social e território
Habitar	Moradia; dinâmicas familiares; cotidiano doméstico; infraestrutura urbana no passado e no presente; atuação do poder público	Divisão sexual e racial do espaço urbano	Raça, classe social e território

Mobilidade	Deslocamentos casa–trabalho; trajetos a pé; uso do transporte coletivo; vivências de insegurança e estratégias de proteção; acesso a serviços públicos	Divisão sexual do espaço urbano	Gênero, raça e território
Maternidade	Experiências maternas; práticas de cuidado; organização do trabalho reprodutivo; sobrecarga cotidiana	Divisão sexual do trabalho	Gênero, classe social e território
Cotidiano	Trabalho remunerado e/ou estudo das interlocutoras e de seus familiares; atividades e restrições ao lazer	Reprodução das desigualdades urbanas	Classe social, gênero e território

Fonte: A autora, 2025.

Essa sistematização permite evidenciar o entrelaçamento entre raça, gênero, classe e território nas experiências narradas, funcionando como um instrumento de organização analítica que orienta a leitura dos capítulos subsequentes. As dimensões temáticas apresentadas na tabela resultam diretamente daquilo que as interlocutoras apontaram como central em suas trajetórias de vida, tanto no bairro quanto na cidade.

Não se trata, portanto, de categorias previamente definidas ou impostas pela pesquisadora, mas de eixos analíticos construídos a partir das narrativas, das memórias, dos percursos cotidianos e das percepções das próprias mulheres. A tabela não encerra a complexidade das experiências, mas opera como uma síntese provisória que permite visualizar recorrências, tensões e atravessamentos que emergem do material empírico.

É a partir dessas dimensões que se estrutura o capítulo seguinte, no qual os relatos das entrevistadas são apresentados e analisados de forma aprofundada, buscando compreender como as desigualdades urbanas se manifestam e são vividas no cotidiano das mulheres de Nova Viçosa.

CAPÍTULO 5. AS MARIAS DE NOVA VIÇOSA: QUEM SÃO, ONDE ESTÃO, O QUE CONTAM SEUS LUGARES

MARIA, MARIA, É O SOM, É A COR, É O SUOR
É A DOSE MAIS FORTE E LENTA
DE UMA GENTE QUE RÍ QUANDO DEVE CHORAR
E NÃO VIVE, APENAS AGUENTA



Os tópicos que estruturam este capítulo não foram definidos previamente, mas se configuraram progressivamente a partir do próprio material empírico. A escuta das gravações, a realização das transcrições integrais, a elaboração das sínteses individuais e a análise do conjunto das entrevistas possibilitaram a identificação de temas recorrentes, ênfases narrativas e questões que emergiram com força das falas das mulheres. O movimento analítico consistiu, assim, em uma escuta atenta articulada a um processo sistemático de organização dos conteúdos emergentes, tomando a experiência vivida como eixo estruturante da análise.

A partir dessas falas, iniciou-se o processo de articulação entre o material empírico e o referencial teórico, o que colocou um desafio central à pesquisa: estabelecer um diálogo simultâneo com autoras e autores do campo da análise de contextos sociais, especialmente do feminismo negro e da interseccionalidade, e com produções do campo dos estudos urbanos que, em muitos casos, não incorporam explicitamente essas dimensões.

Essa articulação foi construída de modo crítico, ora partindo diretamente dos relatos das mulheres para tensionar conceitos e categorias teóricas, ora mobilizando autores do campo urbano cujas contribuições permitiam aprofundar a leitura das narrativas, ainda que sem uma abordagem interseccional explícita.

Essa combinação de referenciais, atravessando os campos do social e do urbano, foi orientada pelas experiências das interlocutoras e constituiu uma estratégia de produção de conhecimento ancorada nas vivências concretas. Em vez de submeter as falas a um arcabouço teórico pré-estabelecido, optou-se por tensionar a teoria a partir da realidade empírica, construindo argumentações que emergem do encontro entre experiência, pensamento crítico e leitura urbana.

Outro elemento central abordado no Capítulo 5 refere-se à elaboração dos mapas de deslocamentos cotidianos, construídos a partir dos relatos de três entrevistas específicas. Essa escolha não foi arbitrária: apenas essas interlocutoras forneceram descrições suficientemente detalhadas de seus percursos diários, com indicação de ruas, trajetos, pontos de referência e locais recorrentes, o que tornou viável a elaboração de mapas coerentes com aquilo que foi narrado. As demais entrevistas, embora fundamentais para a análise qualitativa, não

apresentaram nível de detalhamento espacial que permitisse esse tipo de representação cartográfica.

A construção dos mapas foi realizada exclusivamente a partir dos relatos das mulheres, sem o uso de referências cartográficas externas ou dados secundários. Para a localização dos trajetos mencionados, utilizaram-se ferramentas como *Google Maps* e *Google Earth* e, posteriormente, os mapas foram redesenhados e sistematizados no software Adobe Illustrator. Trata-se, portanto, de uma produção cartográfica construída a partir da escuta, da interpretação e da tradução gráfica das experiências vividas, mobilizando criatividade e rigor metodológico como formas de produção de conhecimento.

Reconhece-se que há produções acadêmicas no campo da Arquitetura e Urbanismo e da Geografia que utilizam mapas com intenção semelhante, como aquelas discutidas na obra *Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização*, organizada por Góes e Melazzo (2022), em especial no capítulo *Percursos acompanhados casa–trabalho–casa: perspectivas de construção metodológica*, de Catelan e Caixeta. No entanto, no momento de elaboração dos mapas desta pesquisa, não havia referência direta a esses trabalhos, tendo o contato com produções metodologicamente próximas ocorrido apenas no ano de conclusão da dissertação.

Além disso, observa-se que a maior parte das produções identificadas refere-se a grandes cidades, não sendo encontrados trabalhos semelhantes voltados a cidades de pequeno ou médio porte demográfico, como é o caso de Viçosa. Esse dado reforça a relevância da experiência aqui desenvolvida e dialoga com a necessidade de um deslocamento que não é apenas territorial, mas também epistêmico.

Nesse sentido, a opção por analisar as experiências urbanas das mulheres em Nova Viçosa, em uma cidade de porte médio como Viçosa, exige um deslocamento epistêmico, conforme argumenta Moassab (2022). Segundo a autora, o instrumental teórico-metodológico desenvolvido a partir da grande cidade industrial mostra-se insuficiente para dar conta das realidades vividas por cerca de 285 milhões de pessoas na América Latina que habitam cidades pequenas e médias, ainda que o continente concentre algumas das maiores metrópoles do mundo.

Os referenciais analíticos elaborados para contextos altamente urbanizados e industrializados tendem, assim, a se mostrar inadequados quando aplicados a outras realidades urbanas, frequentemente tratadas como secundárias ou residuais. Essa limitação não decorre apenas de uma diferença de escala, mas de um processo histórico mais amplo, no qual a localização dos centros de pesquisa nas grandes cidades, associada ao modelo civilizatório da modernidade ocidental, tem orientado a produção científica sobre território, paisagens e cidades, desconsiderando outras complexidades e formas de organização espacial (MOASSAB, 2022).

Dito de outro modo, a predominância do olhar metropolitano na literatura especializada contribuiu para a invisibilização das dinâmicas urbanas próprias das cidades de pequeno e médio porte, sobretudo nos últimos anos, quando o debate no campo dos estudos urbanos voltou-se majoritariamente para as megacidades. É a partir dessa crítica que se justifica a opção metodológica adotada na construção deste capítulo e, de modo geral, da pesquisa, que busca produzir conhecimento urbano a partir de realidades historicamente marginalizadas pela literatura dominante, ampliando o campo de leitura do urbano para além da grande cidade industrial.

Assim, tanto a articulação entre diferentes campos do conhecimento quanto a elaboração dos mapas de deslocamentos a partir exclusivamente das narrativas das mulheres podem ser compreendidas como parte desse deslocamento epistêmico. Trata-se de uma escolha que reconhece a centralidade da experiência como forma legítima de produção de conhecimento e que assume, metodologicamente, o desafio de pensar o urbano a partir das margens, das cidades médias e das vidas que nelas constroem cotidianamente.

5.1 A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias:

Divisão sexual e racial do trabalho

Quando se pensa em trabalho, é comum remeter-se ao modelo formal, estruturado em horários de início e término, pausas previstas e deslocamentos cotidianos entre a residência e o local de exercício profissional. No entanto, além desse trabalho remunerado, muitas vezes mal pago ou subvalorizado em diversas profissões, existe outro tipo de trabalho: aquele invisível, mas jamais despercebido para quem o realiza. Diversas autoras, especialmente Silvia Federici (2019), Helena Hirata e Daniele Kergoat (2007), destacam o chamado

trabalho reprodutivo, entendido como o cuidado com o lar, com os outros e com a reprodução da vida cotidiana, historicamente naturalizado como um destino biológico das mulheres.

Federici (2019) argumenta que, ao naturalizar que “cuidar é coisa de mulher”, o capitalismo externaliza despesas que seriam do sistema econômico, como educação infantil, alimentação, cuidados domésticos e saúde básica, barateando a força de trabalho e aumentando a margem de lucro para os empregadores. A relação das mulheres com o trabalho, contudo, não é homogênea. Carneiro (2020) enfatiza que as mulheres não constituem um ser universal: há diferenças significativas entre mulheres brancas e negras, tanto no trabalho formal quanto no reprodutivo. Historicamente, desde o período colonial, a mulher branca foi idealizada como responsável pelo lar e pelo bem-estar familiar, ocupando uma posição de domesticidade e fragilidade.

Em contrapartida, à mulher negra escravizada destinava-se o trabalho necessário para sustentar esse ideal: cuidar da casa, alimentar a família, criar os filhos da senhora branca e realizar todas as tarefas, incluindo as braçais, ligadas à manutenção da vida cotidiana, somando-se às violências cotidianas, incluindo abusos sexuais sistemáticos, punições físicas e a negação de sua humanidade (Davis, 2016). No pós-abolição, mulheres que antes eram escravizadas continuaram a exercer funções de cuidado, mesmo com o fim da escravidão (Gonzalez, 2018).

A transição formal para a liberdade não significou a superação das hierarquias raciais e sociais que as mantinham relegadas a trabalhos domésticos e serviços de cuidado. Durante o processo de industrialização, enquanto mulheres brancas buscavam sair do espaço doméstico e se inserir no mercado de trabalho remunerado, mulheres negras já se encontravam inseridas no trabalho, muitas vezes ocupando posições de cuidado e serviços domésticos, inclusive nas casas das próprias mulheres brancas que ingressaram no mercado formal.

Dessa dinâmica decorre a chamada “externalização” do trabalho doméstico. O aumento da participação feminina no mercado de trabalho trouxe para algumas mulheres a possibilidade de adquirir mais recursos econômicos, culturais e sociais, mas também significou jornadas mais intensas e exigência de dedicação pessoal, muitas vezes transferindo

responsabilidades domésticas para mulheres em situações sociais mais precárias (Hirata & Kergoat, 2007; Passos & Nogueira, 2020).

A problemática central é que, ao realizar trabalho doméstico em mais de uma residência, muitas mulheres também mantêm essas funções em seus próprios lares. Dados da Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados Remunerados (IPEA, 2024) mostram que, entre as pessoas que declararam realizar trabalho doméstico e/ou de cuidados remunerados, 69,9% são mulheres negras.

Na Tabela 12, observamos que todas as entrevistadas durante essa pesquisa desempenham ou desempenharam funções ligadas ao cuidado.

Tabela 12: Perfil das entrevistadas

Interlocutora	Idade	Composição Familiar	Cargo/Função
Maria Mandacaru	56 anos	Mãe, casada, 2 filhos	Empregada doméstica.
Maria Quipá	27 anos	Mãe, casada, 2 filhos	Enfermeira (atualmente desempregada).
Maria Flor	42 anos	Mãe, casada, 1 filha	Empregada doméstica.
Maria de Frade	22 anos	Sem filhos	Universitária e cuidadora de idoso.
Maria de Maio	23 anos	Sem filhos	Universitária e desempregada.
Maria da Lua	34 anos	Mãe solo, 1 filha	Designer de sobancelha.
Maria India	53 anos	Mãe, casada, 3 filhos	Empregada doméstica.
Maria Castelo	56 anos	Mãe solo, 4 filhos	Empregada doméstica (atualmente desempregada).
Maria Lirio	24 anos	Sem filhos	Manicure e Cuidadora de idoso.

Fonte: A autora, 2025.

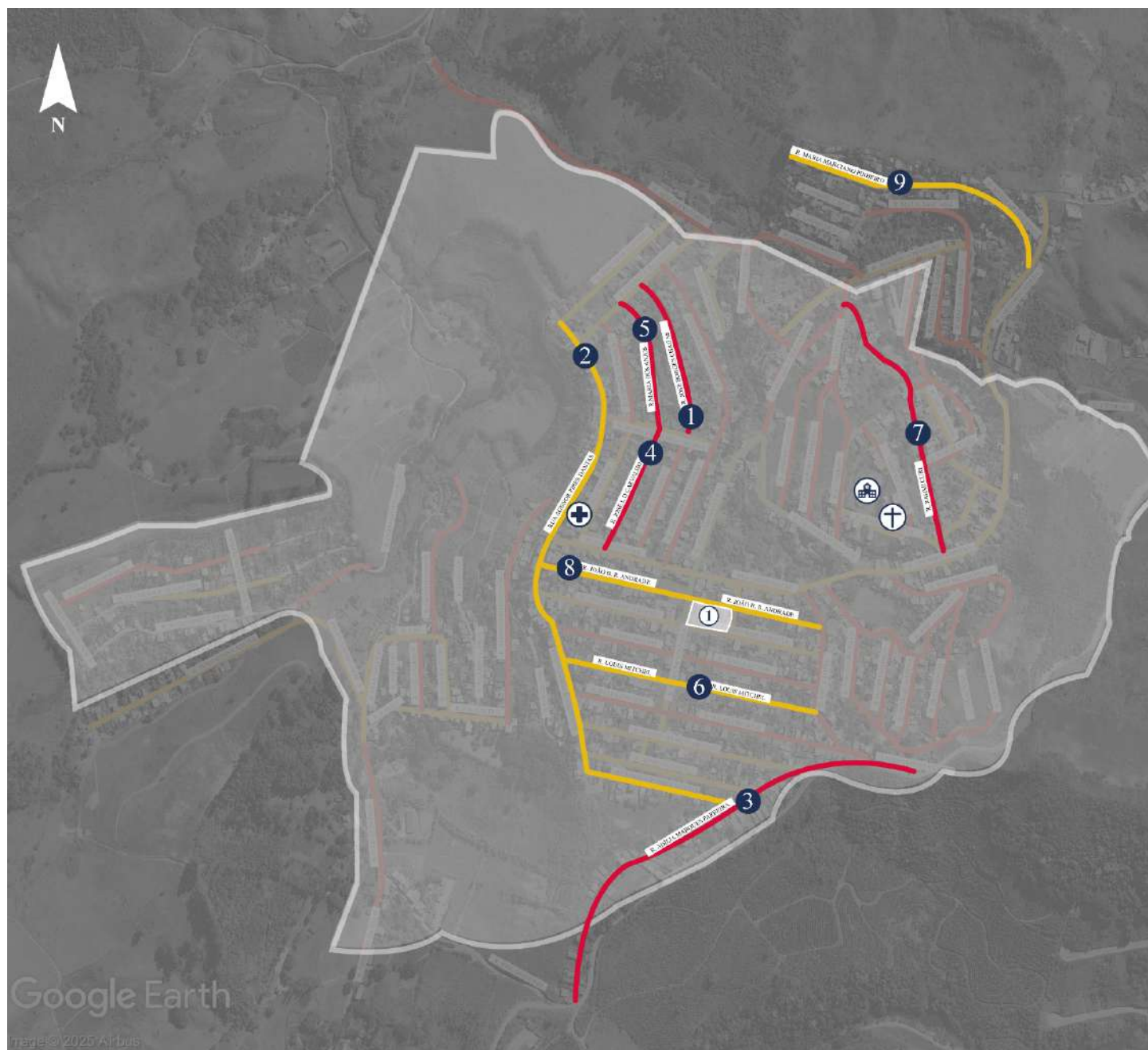
Seja como empregadas domésticas, cuidadoras, manicures, profissionais da saúde, ou mesmo desempregadas, a rotina dessas mulheres permanece atravessada pelo trabalho reprodutivo. Mesmo fora do mercado formal, elas cumprem jornadas extensas e invisibilizadas, garantindo a manutenção da vida cotidiana própria e alheia.

A criação das noções capitalistas de público e privado, em consonância com a divisão sexual do trabalho, incidiu diretamente na constituição de uma organização urbana generificada, que separa os espaços produtivos dos reprodutivos (Helene, 2019). Dessa forma, as desigualdades urbanas, os problemas relacionados à infraestrutura e a carência de

equipamentos públicos afetam as mulheres de maneira muito mais intensa que os homens (Santoro, 2008).

Vejamos agora, no mapa abaixo (Figura 17), a localização da rua em que reside cada uma das entrevistadas. Este mapa foi elaborado tendo em vista o mapeamento da precariedade urbana em Nova Viçosa, apresentado no capítulo 2.

Figura 17: Mapa de precariedade da rua em que reside cada Maria



MAPA de **PRECARIEDADE** ----- Marias

Legenda

-  Bairro Nova Viçosa
-  Igreja de Imaculada Conceição
-  Escola Mun. Padre Francisco José da Silva
-  Posto de Saúde – Nova Viçosa/Posses

- ① Praça Antônio Chequer
- ① Residência Maria Quipá
- ② Residência Maria Flor
- ③ Residência Maria Mandacaru
- ④ Residência Maria da Lua
- ⑤ Residência Maria de Frade
- ⑥ Residência Maria de Maio
- ⑦ Residência Maria Figueira
- ⑧ Residência Maria Índia
- ⑨ Residência Maria Lírio

Níveis de Precariedade

- NOME Nome das Ruas
- NVB - Baixa precariedade
 - NVM - Média precariedade
 - NVA - Alta precariedade

Fonte:
Google Earth, 2025, adaptado por Teles e Lima, 2025.



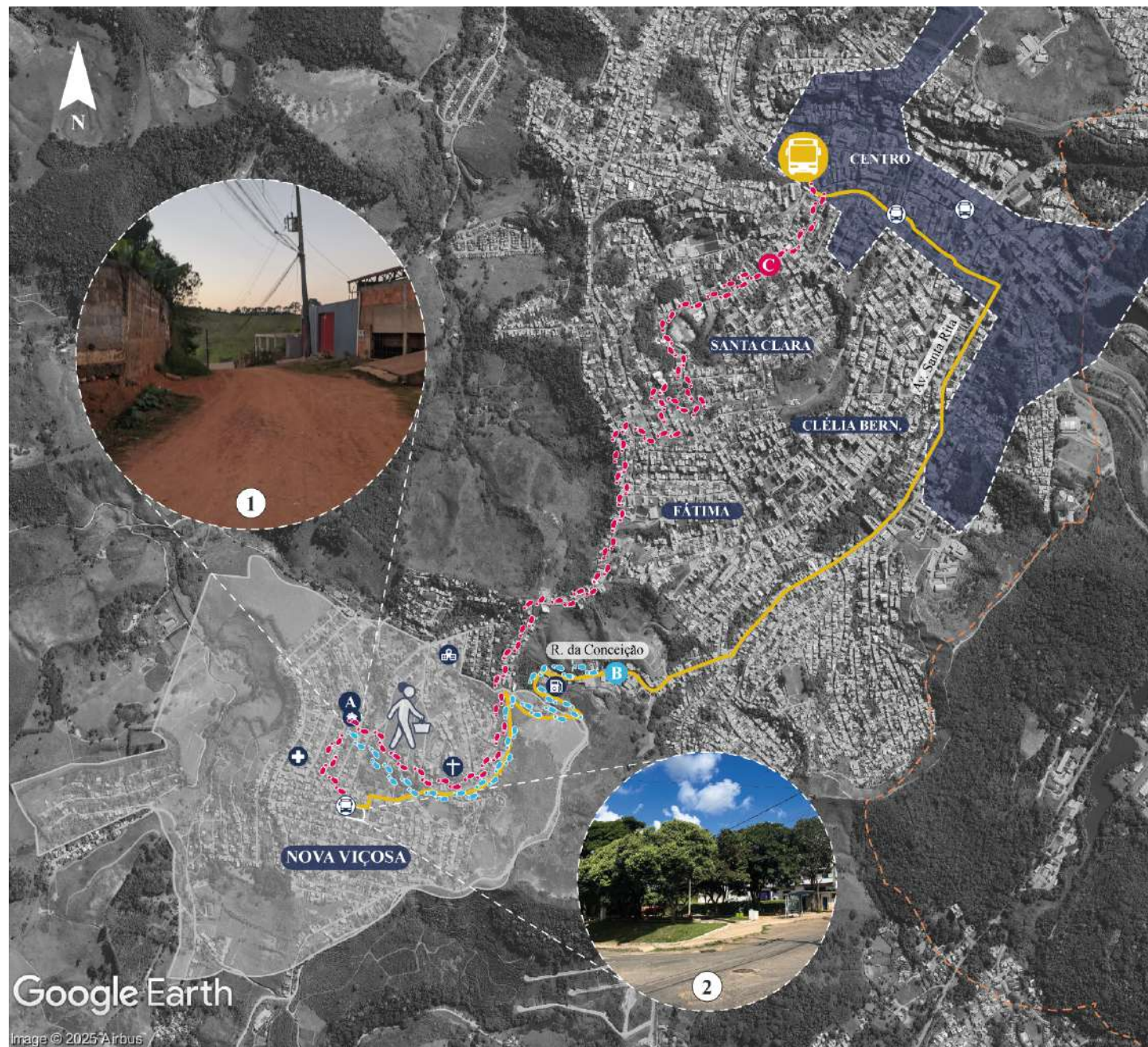
Observa-se que, das nove entrevistadas, cinco residem em áreas classificadas como de alta precariedade. Essa distribuição espacial tem implicações diretas na vida cotidiana dessas mulheres. Ao territorializar essa problemática, torna-se indissociável do debate urbano compreender o bairro onde a trabalhadora nasceu e cresceu, bem como o impacto de seus deslocamentos diários. Como destaca Berth (2023), somente assim é possível perceber como o espaço urbano influencia a vida das pessoas oprimidas.

Maria Mancadacu reside numa rua marcada por altos níveis de precariedade. Tendo isso em mente, passamos agora a analisar e discutir as nuances do trajeto cotidiano por ela relatado. Com mais de 15 anos atuando em duas casas de família, ela explica sua rotina diária:

Eu sempre vou lá pelas 7 e meia. Tem hora certinha pra chegar, mas não tem hora pra sair... às vezes é 17h, às vezes é 18h. Tem dias que vou de ônibus e tem dias que vou a pé, mas sempre volto de ônibus porque aí já tô muito cansada. Quando vou a pé, eu ando normalmente 1 hora pra chegar na primeira casa que eu trabalho. A segunda casa já é mais pertinho.

A seguir (figura 18), apresentamos o mapa de deslocamento considerando o percurso casa–trabalho–casa. O ponto A do mapa corresponde à residência de Maria, o trajeto B corresponde à casa em que Maria trabalha mais próxima de sua residência, enquanto o trajeto C refere-se à casa mais distante, que exige maior esforço físico e tempo de deslocamento. A linha amarela no mapa indica o percurso realizado de ônibus entre os pontos A, B e C, que leva, em média, cerca de 30 minutos.

Maria relata que, em alguns dias da semana, opta por realizar o trajeto completo (A–B–C) a pé, gastando aproximadamente 1h10min, como forma de economizar o valor das passagens de ônibus. Para chegar às duas moradias em que trabalha, Maria sai de sua casa, localizada em uma rua que constitui uma área de alta precariedade, ainda sem pavimentação (imagem 1 no mapa), e segue até a praça central de Nova Viçosa (imagem 2 no mapa), onde se encontra o ponto de ônibus mais próximo.



MAPA de TRAJETOS

Maria Mandacaru

Legenda

- Bairro Nova Viçosa
- Limite UFV
- Limite Centro
- Bairros
- Residência Maria Quipá
- Igreja de Imaculada Conceição
- Escola Mun. Padre Francisco José da Silva
- Posto de Saúde – Nova Viçosa/Posses
- Pontos de ônibus utilizados
- Posto de Gasolina - Nossa Senhora do Carmo

Trajetos

- A Rua José Borges Santana
- B Trabalho - Rua da Conceição
- C Trabalho - Rua Bernardes Filho
- Ônibus L.03: Novo Silvestre | 30min
- A - B: Percurso a pé | 20min | 1,6km
- A - C: Percurso a pé | 1h10min | 3,5km

Imagens

- 1 Rua José Borges Santana
- 2 Praça Antônio Chequer

Fonte imagens: Acervo da autora, 2025.

Fonte:

Google Earth, 2025, adaptado por Teles e Lima, 2025.

Escala

0 0,5 1km

Como o transporte coletivo no bairro percorre apenas vias asfaltadas, ela precisa caminhar até esse local para acessar o serviço, gastando cerca de 12 minutos nesse trajeto. Entre o relevo acidentado, ruas íngremes e pedras fincadas, e na ausência de calçamento, o percurso torna-se instável e exaustivo. Segundo ela, *“os morros são menos pior, o que é ruim mesmo são as pedras fincadas”*, pois dificultam o caminhar, sobretudo em dias de chuva, quando o risco de escorregar aumenta, dado que em alguns trechos a pedra se mistura à terra batida.

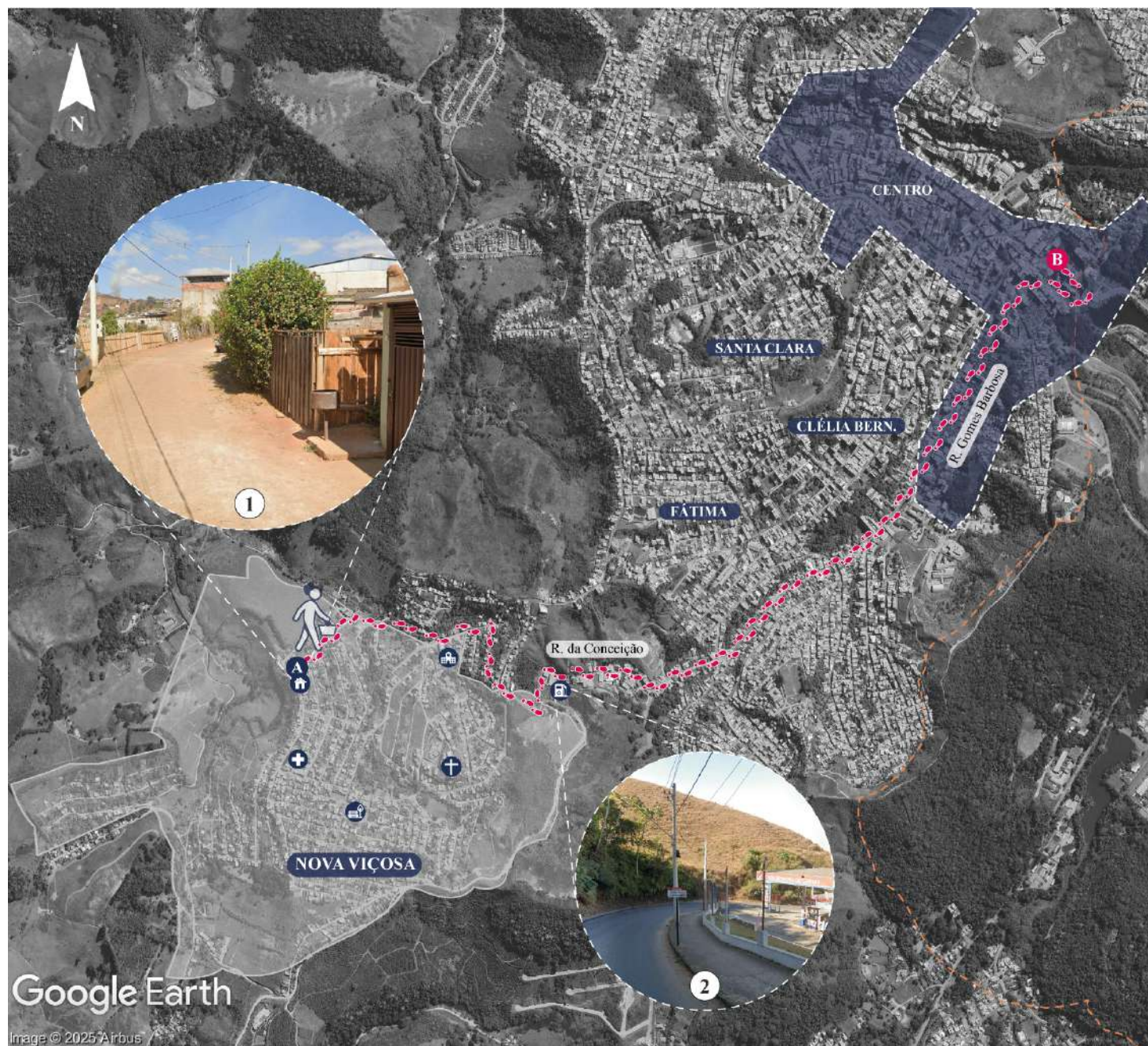
No fim do expediente, Maria Mandacaru enfrenta ônibus lotados em horários de pico, muitas vezes sem conseguir se sentar. Ao chegar em casa, inicia a segunda jornada: limpa a casa sozinha, prepara a marmita do marido, padeiro que sai para o trabalho de madrugada, e o jantar do filho. Esse exemplo ilustra uma realidade mais ampla: enquanto o trabalho formal do homem tem horário de início e término, o trabalho das mulheres possui horário para começar, mas na grande maioria das vezes não tem hora para terminar, sem férias ou folgas, mesmo em feriados.

Se por um lado o trabalho doméstico não pode parar nos feriados, por outro lado a oferta de transporte coletivo diminui consideravelmente, já que as linhas são pensadas para atender às demandas do deslocamento na cidade a partir da lógica do trabalho produtivo. Portanto, a maior quantidade de linhas transita em dias e horários comerciais, prejudicando as trabalhadoras domésticas ou mesmo a circulação pelo território urbano para o exercício de atividades relacionadas ao lazer, por exemplo.

Em diferentes tempos, ruas e contextos, cruzam-se histórias que revelam trajetórias marcadas por limitações impostas desde cedo. Mandacaru tornou-se empregada doméstica, pois, segundo ela, esse seria o trabalho mais acessível, dado que não pôde concluir o ensino fundamental. De forma semelhante, Maria Flor também não teve acesso pleno à educação e é analfabeta e a partir de seus relatos, foi possível mapear seu deslocamento habitual entre casa e trabalho (figura 19).

Maria Flor também precisa percorrer longas distâncias para chegar ao trabalho. Vale ressaltar, no entanto, que ela também atua em outras residências em alguns dias da semana; o percurso mapeado corresponde, portanto, à rota diária fixa que realiza regularmente.

Figura 19: Mapa de deslocamento (casa-trabalho) de Maria Flor



MAPA de TRAJETOS

Maria Flor

Legenda

-  Bairro Nova Viçosa
-  Limite UFV
-  Limite Centro
-  Bairros
-  Residência Maria Flor
-  Igreja de Imaculada Conceição
-  Escola Mun. Padre Francisco José da Silva
-  Posto de Saúde – Nova Viçosa/Posses
-  Praça Antônio Chequer
-  Posto de Gasolina - Nossa Senhora do Carmo

Trajetos

-  Rua Agenor Pires Dantas
-  Trabalho - Av. P.H Rolfs
-  A - B: Percurso a pé | 1h00min | 4,5km

Imagens

-  Rua Agenor Pires Dantas
-  Posto de Gasolina - Nossa Senhora do Carmo

Fonte imagens: Acervo da autora, 2025.

Fonte:
Google Earth, 2025. adaptado por Teles e Lima, 2025.

Escala

0 0,5 1km

O percurso de Maria Flor inicia-se no ponto A, sua residência, até o ponto B, localizado em uma região central de Viçosa, na Avenida P. H. Rolfs. Apesar de a patroa custear o transporte, Maria geralmente realiza o trajeto a pé, tanto na ida quanto na volta. Questionada sobre os motivos, respondeu que gosta de caminhar.

Embora seja fundamental respeitar a narrativa da entrevistada, é importante reconhecer que percorrer cerca de uma hora na ida e outra na volta, em um trabalho já exaustivo, dificilmente se explica apenas pelo “gostar de caminhar”; o cansaço decorrente do esforço físico é, sem dúvida, um fator relevante a ser considerado. Além disso, fatores climáticos também influenciam a experiência do deslocamento. No dia da entrevista, por exemplo, a manhã foi marcada por forte incidência de sol, tornando o trajeto ainda mais desgastante.

Ao chegar em casa, Maria Flor relata que, como seu marido trabalha como pedreiro durante todo o dia, ela assume a responsabilidade pelo cuidado da residência e da filha do casal, que estuda no período matutino em uma escola de Nova Viçosa. A adolescente, de 15 anos, também participa das tarefas domésticas; no entanto, segundo Maria Flor, para que a filha possa se dedicar aos estudos, é a mãe quem permanece responsável pela maior parte do trabalho doméstico.

Direcionando o olhar para o percurso de Maria Flor, na Imagem 2 do mapa é possível identificar a Rua da Conceição, trajeto que ela percorre diariamente. Embora a rua conte com pavimentação, calçamento e postes de iluminação ao longo de sua extensão, trata-se de um percurso extenso, desprovido de moradias, comércios ou espaços de convivência, possuindo apenas um posto de gasolina (Posto Nossa Senhora do Carmo) próximo ao início. Maria Flor relatou percorrer esse caminho a pé com frequência, inclusive durante o período noturno.

Sem os chamados “olhos voltados para a rua” como moradores, transeuntes, comerciantes ou qualquer presença cotidiana que funcione como vigilância informal (Jacobs, 1961), o trajeto se torna particularmente vulnerável e potencialmente perigoso, especialmente para mulheres que o percorrem sozinhas, mesmo quando, como neste caso, conta com iluminação e calçadas contínuas.

Quando questionada sobre como se sente ao percorrer essa rua à noite, Maria Flor afirmou não sentir medo; no entanto, ressaltou que não permitiria que sua filha fizesse esse trajeto sozinha no período noturno.

Dentro desse contexto, vale destacar que, diferentemente dos homens, que gozam de maior liberdade e segurança ao transitar pela cidade, as mulheres enfrentam limitações impostas não apenas pelas estruturas físicas e sociais da urbanização, mas também pela constante ameaça da violência de gênero. A mobilidade feminina, portanto, não é determinada exclusivamente por escolhas individuais, sendo fortemente condicionada pelo medo e pela necessidade de autoproteção (Kern, 2021).

É comum que mulheres evitem percorrer determinados trajetos urbanos por serem considerados desertos ou de baixa circulação de pessoas. Caminhos com residências excessivamente muradas também funcionam como barreiras, dificultando a possibilidade de pedir ajuda em situações de risco, como agressões ou quedas.

O fato de Maria Flor não relatar medo ao percorrer a rua à noite pode ser compreendido a partir de algumas razões. A primeira diz respeito à presença de sua empregadora durante a entrevista, que, ao se mostrar surpresa com a resposta de Maria Flor, possivelmente influenciou sua narrativa.

Em segundo lugar, a ausência de medo pode estar relacionada ao costume: Maria Flor reside no bairro desde a infância, o que lhe confere uma sensação de pertencimento que contribui para reduzir o medo. No entanto, essa familiaridade não elimina as possibilidades de violência, que não se devem apenas ao fato de se tratar de uma região periférica, mas também à característica da rua em si..

5.2 Transporte coletivo, Tempo e Desigualdade Urbana

Em relação aos trajetos casa–trabalho de Maria Mandacaru e Maria Flor, especialmente no que se refere ao uso do transporte coletivo, ambas compartilham o fato de que não o utilizam, nem se deslocam a pé pela cidade para fins distintos dos trajetos entre residência e trabalho. Quando precisam atender a outras demandas cotidianas, essas atividades geralmente se concentram na região central da cidade, coincidentemente próxima aos seus locais de trabalho.

A isso se soma uma questão relevante: a estrutura androcêntrica do espaço urbano, que se reflete tanto no próprio planejamento urbano quanto na definição das rotas do transporte coletivo. As rotas de ônibus são planejadas para atender principalmente aos deslocamentos relacionados ao trabalho produtivo geralmente exercido pelos homens, ou seja, ao trajeto entre residência e local de emprego nos horários de início e fim da jornada de trabalho durante os dias comerciais.

Esse tipo de percurso, conhecido como deslocamento pendular, prioriza o transporte do ponto A ao ponto B em horários específicos. Maria Mandacaru e Maria Flor, ao realizarem majoritariamente o trajeto casa–trabalho–casa, acabam, de certa forma, se inserindo na lógica do sistema de transporte coletivo favorecido pelo planejamento urbano tradicional. No entanto, isso não significa que suas necessidades estejam plenamente atendidas.

Pelo contrário, esse “encaixe” evidencia uma limitação: suas rotinas são moldadas por restrições econômicas, sociais e espaciais que dificultam o acesso à cidade para além da lógica produtiva. Mesmo estando inseridas no fluxo previsto pelo sistema, suas experiências são marcadas por desconfortos, como ônibus lotados, longas caminhadas e a impossibilidade de realizar deslocamentos não essenciais à sobrevivência.

O mapa apresentado na Figura 20 permite compreender como o transporte coletivo opera a partir de Nova Viçosa. A configuração espacial evidenciada no mapa mostra de forma clara a lógica radial e pendular que estrutura o sistema de transporte coletivo em Viçosa. As linhas conectam Nova Viçosa ao centro e a alguns polos específicos, mas o fazem de modo a reforçar a dependência desses destinos e a invisibilizar outras necessidades de circulação, como acesso a escolas, locais de trabalho e serviços de saúde não localizados na região central.

O traçado das linhas revela também a ausência de conexões horizontais entre bairros, obrigando o retorno ao centro mesmo quando os destinos se situam em áreas próximas. Assim, o transporte opera mais como barreira do que como facilitador de acessos, restringindo a cidade ao itinerário mínimo da sobrevivência. Além disso, observa-se que a oferta está concentrada em corredores principais, reproduzindo a saturação dos veículos nos horários de pico e a vulnerabilidade dos usuários nos períodos de menor demanda.

Figura 20: Mapa das linhas de ônibus, a partir de Nova Viçosa



Linhas de Ônibus

Legenda

- Bairro Nova Viçosa
- Limite UFV
- Limite Centro
- Bairros
- Pontos de Ônibus (em N. Viçosa)
- Praça Antônio Chequer
- L.03 - N. Silvestre x N. Viçosa
- L.04 - N. Silvestre x N. Viçosa (Posses)
- L.18 - UFV x Nova Viçosa (Centreinar)
- L.19 - Centro x N. Viçosa (Via Cantinho do Céu)

Observações:

- Os sentidos das Linhas de Ônibus são demonstrados saindo de Nova Viçosa para os outros bairros.
- Linhas que apresentam o mesmo trajeto em determinados trechos, foram representadas conforme o exemplo abaixo para facilitar a leitura dos caminhos



Fonte:
Google Earth, 2025, adaptado por Teles e Lima, 2025.

Escala
0 0,5 1km

Essa dependência do centro e da universidade como pontos de convergência evidencia uma hierarquia territorial, na qual o tempo dos moradores periféricos é majoritariamente gasto apenas para acessar os pólos centrais, reproduzindo desigualdades e limitando a mobilidade cotidiana.

As mulheres de Nova Viçosa, ao dependerem desse sistema, não apenas enfrentam a sobrecarga das longas viagens, mas também vêem suas possibilidades de circular pela cidade reduzidas ao que é considerado produtivo e economicamente relevante. Esse cenário evidencia que a distância não se mede apenas em quilômetros, mas também em minutos e em desgaste físico e emocional.

O espaço percorrido diariamente não corresponde apenas a um deslocamento, mas constitui uma experiência urbana que produz desigualdade: cada espera prolongada, cada caminhada íngreme até o ponto de ônibus e cada viagem em veículo lotado funcionam como mecanismos que limitam as condições de vida e de participação social. O mapa (20), portanto, não deve ser lido como simples diagrama de trajetos, mas como expressão material da segregação que se inscreve no tempo das pessoas e que se intensifica na vida das mulheres, obrigadas a articular, sob restrição, trabalho, cuidado e sobrevivência em um território fragmentado.

Villaça (2011) associa a segregação urbana à dominação, que decorre da disparidade na distribuição das oportunidades e das limitações do espaço construído; estas últimas referem-se, sobretudo, à influência exercida pela classe dominante sobre os deslocamentos urbanos da população, impactando diretamente a maneira como as pessoas gastam seu tempo na cidade.

Ou seja, o processo de segregação urbana está intrinsecamente ligado ao fator tempo: enquanto as classes privilegiadas residem em áreas com fácil acesso aos serviços urbanos essenciais, as classes mais desfavorecidas enfrentam deslocamentos extensos para alcançar trabalho e serviços públicos, resultando em maior consumo de tempo. Esse cenário é moldado pela dominação das classes superiores, que controlam a produção do espaço urbano tanto pelo mercado imobiliário quanto pela intervenção estatal.

De acordo com Jouffe (2010), às classes privilegiadas se beneficiam da proximidade, enquanto a maioria da população depende da acessibilidade. A proximidade busca distribuir

serviços urbanos o mais próximo possível dos habitantes, enquanto a acessibilidade concentra-se em garantir transporte para esses serviços. Vale ressaltar que a segregação urbana não nega o acesso dos mais pobres a empregos e serviços, mas implica em um uso significativo de tempo para alcançá-los.

Assim, as classes abastadas produzem um espaço que não aproxima trabalhadores de seus empregos, mas os obriga a se deslocar até eles. A priorização do direito ao acesso em detrimento do direito de localizar-se próximo do centro possui um caráter anti subversivo: “Concretamente, a acessibilidade dispersa e esgota os cidadãos que a ela se submetem” (Jouffe, 2010, p.46).

É razoável supor que as longas horas gastas no transporte público diário, especialmente por trabalhadores de baixa renda, que enfrentam jornadas de três a quatro horas de ida e volta nas grandes cidades brasileiras, resultem em esgotamento físico e mental (Maricato, 2015). Essa realidade deixa pouco tempo disponível para outras atividades além do trabalho e do descanso, impactando de forma significativa a qualidade de vida desses trabalhadores.

Em Nova Viçosa, bairro marcado pela segregação urbana e racial, depender do transporte público torna-se um critério implícito de discriminação, que restringe oportunidades profissionais e reforça estigmas sociais. Os relatos de Maria Quipá e Maria da Lua ilustram como essas dinâmicas se materializam no cotidiano, evidenciando barreiras que ultrapassam a mobilidade física e atingem diretamente as condições de inserção laboral.

Maria Quipá : Por mais que eu tenha curso superior, seja técnica em enfermagem, eu mesma já cansei de ver gente daqui que também tem e não consegue emprego por depender do ônibus, e acaba trabalhando em casa de família (...). Quando veem que a gente vem daqui, logo descarta, porque já sabe que vai precisar do transporte público, e se for mulher então aí pode esquecer mesmo.

Maria da Lua: No meu primeiro emprego, eu trabalhava numa loja lá no centro. Quando fui conversar com minha patroa, ela me pediu para assinar um termo dizendo que eu concordava que ela não pagasse o transporte pra mim. Eu assinei porque precisava trabalhar, então tive

que pagar do meu próprio bolso esse valor. Pra ir a pé todo dia é muito longe, dava uma hora, então era jeito, eu mesma pagar.

A partir do trecho e dos relatos apresentados, torna-se evidente que não se trata de episódios isolados, mas de expressões concretas de como políticas urbanas, relações de trabalho e normas sociais se entrelaçam, operando de modo a restringir o acesso à cidade e ao mercado de trabalho. Nesse contexto, a dependência do transporte coletivo funciona como um filtro seletivo, que reforça a segmentação social e espacial, ao mesmo tempo em que transfere os custos da precariedade urbana diretamente para os trabalhadores.

Para enfrentar essa problemática, seria necessário atuar em diferentes dimensões. No âmbito social e laboral, seria fundamental que as empresas arcassem com os custos do transporte de seus funcionários, de forma a não sobrecarregar financeiramente os trabalhadores. Entretanto, mesmo quando há o custeio do transporte, questões como remuneração digna e políticas públicas adequadas são essenciais para que o trabalhador não precise comprometer parte de seus recursos com despesas essenciais, como ocorre no caso de Maria Mandacaru.

Embora arque com os custos do transporte de ida e volta, Maria explica que seu salário é baixo e que precisa contribuir com os estudos do filho mais velho, de 26 anos, que reside em Belo Horizonte e cursa medicina. Como ele também depende do transporte coletivo para se locomover diariamente, Maria opta por guardar parte do dinheiro das passagens para ajudá-lo.

Por fim, a questão urbana reforça a necessidade de um transporte público eficiente e de qualidade, capaz de garantir mobilidade digna, reduzir desigualdades e conectar de maneira justa os diferentes territórios da cidade, sem reproduzir barreiras socioespaciais que limitam oportunidades. Esse ponto fica evidente a partir do relato de Maria Quipá, que narra seus percursos diários entre casa e trabalho, combinando deslocamentos a pé e em transporte coletivo, em uma rotina marcada por longos tempos de trânsito e múltiplas conexões entre residência, trabalho e estudo.

Seu testemunho evidencia, de forma concreta, a urgência de um sistema de transporte urbano que efetivamente atenda às necessidades da população e promova maior equidade socioespacial.

5.2.1 Mobilidade urbana e estratégias de sobrevivência: A partir do caso de Maria Quipá

O deslocamento cotidiano de Maria Quipá³² (Figura 21) inicia-se em uma rua íngreme e de pavimentação precária, marcada por pedras fincadas que, segundo seu relato, “fica parecendo uma cachoeira” em períodos de chuva intensa, tornando quase impossível sair de casa (Imagem 1). A dificuldade de acesso imediato já evidencia como a precariedade da infraestrutura urbana opera como barreira adicional para a mobilidade.

O ponto de ônibus mais próximo de sua residência está localizado na Praça Antônio Chequer (Imagem 2), de onde ela inicia a primeira etapa de seu trajeto. A partir desse ponto, Maria Quipá acessa a linha que a conduz ao centro da cidade, chegando à Rua Benjamin Araújo, local de seu trabalho (ponto C).

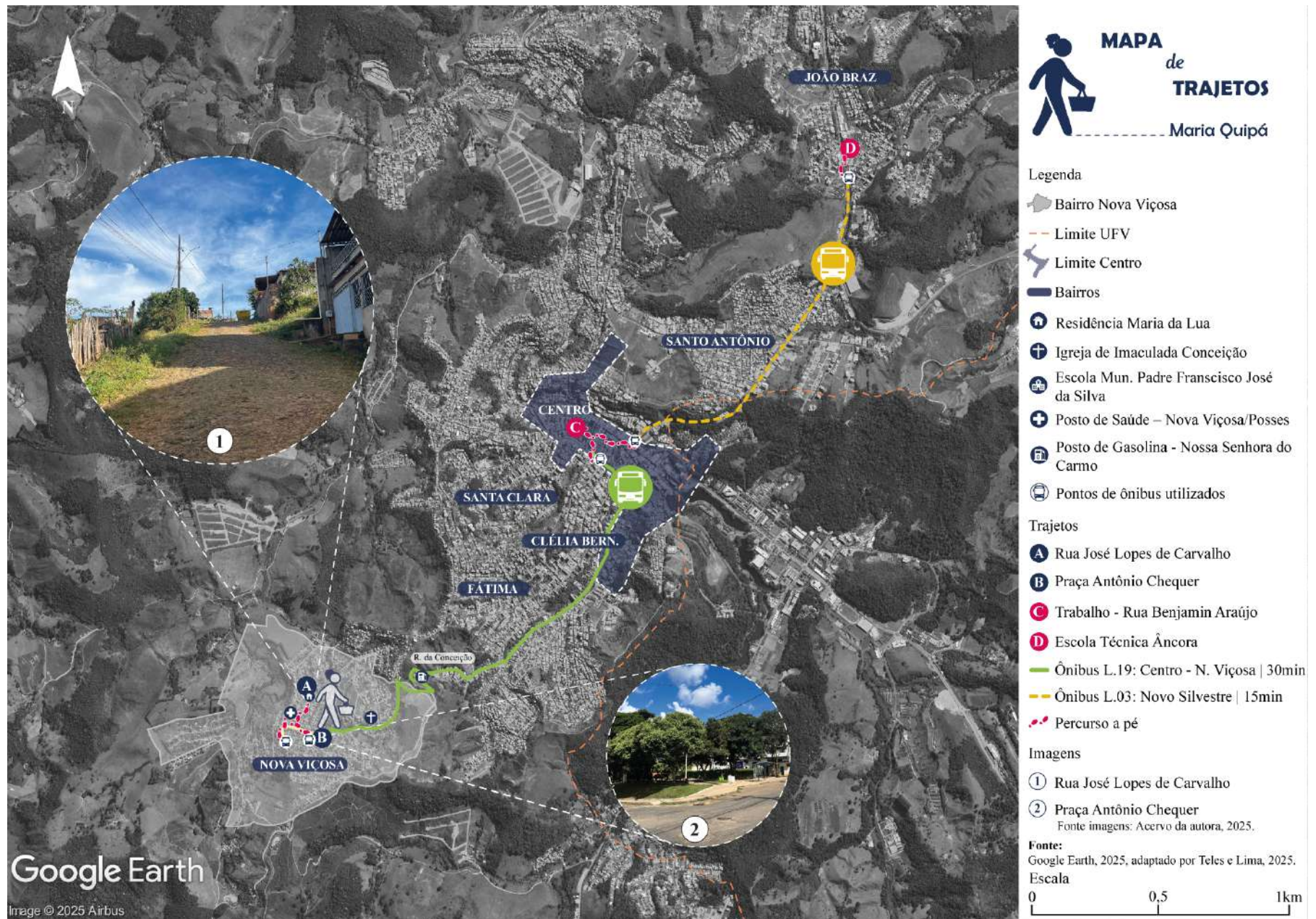
Após encerrar a jornada laboral, por volta das 17h30, desloca-se até o ponto de ônibus mais próximo e, em seguida, dirige-se à Escola Técnica Âncora (ponto D), onde frequentava o curso de enfermagem. Ao final das aulas, já no período noturno, Maria Quipá seguia até o ponto de ônibus situado em frente ao supermercado Bahamas, para então retornar ao bairro Nova Viçosa.

O ônibus passava umas 22h30, mas hoje em dia já nem tem mais nesse horário. O último mesmo era às 23h15 da noite, só que cortaram. Agora é só até às 21h. Quando eu chegava em casa já era quase 23h15, mais ou menos. Ele me deixava no ponto lá em cima, perto do PSF, na rua do PSF, e aí eu tinha que andar até em casa no escuro.

Ao ser questionada sobre como era retornar à noite para casa e se sentia medo, Maria Quipá trouxe uma questão importante. Ela contou que, no caminho, desenvolveu uma forma de se proteger de pessoas mal-intencionadas, ou, como ela mesma diz, “de alguém com a intenção me matar”:

³² O mapeamento (Figura 21), construído a partir de seus relatos, apresenta os trajetos realizados por ela antes de se tornar mãe.

Figura 21: Mapa de deslocamento (casa-trabalho) de Maria Quipá



Quipá: Eu andava o caminho todo cumprimentando todo mundo que eu via, mesmo sem conhecer, e andava no meio da rua também. É melhor eu passar a cumprimentar, porque quem está esperando conhece a voz e o jeito. Então, se você passa e cumprimenta, você já está dando um sinal. É uma medida de mostrar: não sou eu que você quer.

Ao relatar as estratégias que foi obrigada a adotar para minimizar riscos, Quipá evidencia como o cotidiano é atravessado por formas sutis e brutais de violência, que naturalizam a exclusão e condicionam a experiência urbana de mulheres negras em territórios periféricos. Sua trajetória mostra que a exclusão urbana não é apenas uma questão de infraestrutura, mas uma prática de violência social que se atualiza na materialidade do espaço e impõe barreiras concretas à dignidade e à justiça no viver urbano.

Hoje, Maria Quipá já não realiza mais o trajeto noturno. Atualmente, é mãe de dois filhos, sendo a mais nova uma bebê recém-nascida, e encontra-se em período de resguardo. Suas preocupações cotidianas estão muito mais voltadas para o cuidado com os filhos do que apenas para si mesma. Ela relata que, apesar da importância da presença paterna, a responsabilidade final recai sobre a mãe:

Quem cuida, quem vai ficar quando apertar, quem vai ficar com a criança é a mãe. O pai é essencial na vida do filho (...), mas acontece o seguinte: apertou um pouquinho, é a mãe.

Esse testemunho explicita a sobrecarga feminina na divisão sexual do trabalho, revelando como, mesmo em contextos em que os homens participam, o cuidado permanece naturalizado como tarefa primordial da mulher.

No caso de Maria, isso se soma às dificuldades materiais de viver em uma rua íngreme e com pavimentação precária, o que a preocupa especialmente quando precisar circular com o carrinho de bebê. Sobre as promessas de melhoria na pavimentação, Quipá comenta:

Eles (funcionários da prefeitura) até falaram com a gente que agora é lei, né, que todas as ruas que têm pedra vão ter que passar o bloquete, mas até hoje nada. Já tem uns dois anos que ele falou isso. Teve um dia que encontrei com ele na rua, falei com ele, e até hoje o bloquete não chegou. Ele sempre diz: ‘não, vai chegar lá, vai chegar’.

O asfalto chegou a algumas ruas não por meio de uma política pública universal e planejada, mas por mobilizações pontuais, muitas vezes acionando a via judicial, sobretudo a partir da luta de mulheres-mães que reivindicavam o direito básico de circulação para seus filhos. Como relata Maria Quipá:

Assim, o asfalto até chegou em algumas ruas, mas foi mais à base de processo, de justiça, porque tinham mães com filhos com deficiência, que precisam de cadeira de rodas. Aí, por isso, acabou que conseguiram o asfaltamento da rua. Uma mãe, por exemplo, andou uns três anos para poder conseguir.

As dificuldades enfrentadas por Maria Quipá não se limitam às dimensões físicas do espaço urbano. Elas se entrelaçam a uma percepção social que acompanha sua origem territorial, tornando o bairro residencial um marcador simbólico capaz de reforçar barreiras de acesso ao trabalho e à participação social. Essa experiência indica que a mobilidade precária se inscreve em uma lógica mais ampla de exclusão, conectando-se diretamente ao estigma territorial e racial que será explorado a seguir.

5.3 Algumas reflexões sobre estigma territorial articulando ao caso de Nova Viçosa

Para Maria Quipá, ser mulher negra e residente de um bairro periférico marcado por segregação urbana e racial intensifica as barreiras. O estigma territorial não se restringe a um dado geográfico, mas opera como marcador social e racial que fragiliza sua posição no mercado de trabalho: “vir de lá” passa a ser lido como sinônimo de custo, risco ou menor confiabilidade.

Assim, mesmo com formação e qualificação, o pertencimento ao bairro atua como critério implícito de exclusão, rebaixando oportunidades e empurrando para ocupações mais precárias.

Maria Quipá: Minha colega, que é advogada, só conseguiu um trabalho na área dois anos depois de formada; antes disso, também trabalhava em casas de família. Se fosse em outras partes de Viçosa, acho que conseguiria com muita facilidade.

Para compreender os mecanismos que sustentam esse processo, é necessário recorrer à noção de estigma tal como formulada por Goffman (2008) em sua obra clássica *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Segundo o autor, o estigma refere-se à condição do indivíduo que se encontra “inabilitado para a aceitação social plena”, o que ocorre por meio da categorização de atributos tidos como desviantes ou indesejáveis diante das normas sociais estabelecidas.

O processo de estigmatização, portanto, é socialmente estruturado: a sociedade fornece os meios para classificar os indivíduos com base em atributos visíveis ou presumidos, os quais passam a ser esperados e antecipados nos diferentes ambientes sociais (Goffman, 2008, p. 12-13).

Como observa Rodrigues (2018), essas categorias não apenas organizam as interações sociais cotidianas, mas também definem, de antemão, quem tem acesso legítimo a determinados espaços e relações, e quem será excluído deles. Em outras palavras, o estigma opera como um mecanismo de controle social, que age preventivamente sobre os corpos e subjetividades, produzindo expectativas normativas e exigências rígidas

Cruz (2022) destaca a partir de Goffman as três formas principais de manifestação do estigma: as abominações do corpo (deformidades físicas), os traços de caráter desacreditados (como a vontade fraca ou condutas tidas como imorais), e, por fim, os estigmas ligados à raça, religião ou origem social, estes últimos, transmitidos de geração em geração, marcando coletivamente determinados grupos e comunidades.

É essa última categoria que se aproxima da concepção de estigma territorial elaborada por Loïc Wacquant (2006), que desloca o foco da estigmatização do indivíduo para o território. Para o autor, o estigma territorial diz respeito à construção simbólica de determinados espaços urbanos como locais indesejáveis, violentos ou degradados. Trata-se de um processo discursivo e político, por meio do qual narrativas negativas e homogêneas são

atribuídas a bairros ou regiões inteiras, afetando indistintamente todos os seus moradores, independentemente de suas condutas individuais.

Nesse contexto, surge a discussão sobre a identidade dos sujeitos. Goffman (2008) distingue dois tipos fundamentais de identidade social que se entrelaçam no processo de estigmatização. A primeira forma é a identidade social real, que diz respeito às características efetivas de uma pessoa: sua trajetória de vida, valores, comportamentos e inserção social concreta. Essa identidade é vivida e experimentada no cotidiano, podendo estar em contradição com os rótulos que lhe são socialmente impostos.

A segunda trata-se da identidade social virtual, que se refere ao conjunto de atributos presumidos que os outros atribuem a uma pessoa antes mesmo de conhecê-la ou de qualquer interação direta. Trata-se de uma identidade projetada socialmente, sustentada por signos visíveis, estereótipos e expectativas normativas. Ela opera como um julgamento antecipado, moldado pelas categorias construídas socialmente que determinam quem deve ser considerado “normal” ou “desviante”.

Cruz (2022) aponta que o local de residência torna-se um elemento que acompanha os sujeitos em suas relações sociais, funcionando como um marcador simbólico que influencia sua forma de ser percebido, acolhido ou recusado nos diferentes espaços da cidade. A aceitação, ou não, dos indivíduos nos ambientes sociais passa, portanto, pela situação geográfica em que suas moradias estão inseridas.

Isso significa que os cidadãos, juntamente com seus territórios estigmatizados, tornam-se alvos mais suscetíveis de processos de discriminação, exclusão e marginalização, mesmo que suas trajetórias pessoais, condutas e valores não correspondam ao imaginário negativo que lhes é socialmente atribuído. Maria de Frade comenta:

Tem gente que já me falou que não tem coragem de ir lá, que acha perigoso. Todo mundo que você perguntar vai falar que é perigoso. Qualquer pessoa que só ouviu falar do nome já fala isso: ‘é perigoso’. Eu acho que lá é bastante marginalizado.

A repetição do adjetivo “perigoso” reforça como o nome do bairro, por si só, aciona um conjunto de imagens negativas que circulam socialmente, independentemente da

realidade concreta do local ou de quem ali vive. Outro depoimento, o de Maria Mandacaru, corrobora essa percepção:

O pessoal tem medo, sinceramente. Eles têm medo do bairro. Muitos têm medo e também têm preconceito na hora de aceitar as pessoas pra trabalhar. Então, tem umas mulheres que eu até conheço, que quando arrumam serviço fora, não falam que moram em Nova Viçosa. Elas dizem que moram em outro bairro pra conseguir o emprego, sabe?

O estigma territorial, notado de forma recorrente nas falas das Marias, pode ser compreendido, como aponta Berth (2023), a partir de uma percepção social amplamente disseminada sobre as áreas favelizadas. Segundo a autora, são múltiplas as expressões utilizadas para se referir a esses territórios: "bordas", "resto", "fim de mundo", "cauda do justo", "franjas".

Tais nomenclaturas não são neutras; ao contrário, carregam em si significados simbólicos que colaboram para a produção de um imaginário urbano no qual determinados espaços são historicamente destinados ao medo, ao abandono e à escassez.

5.4. A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes recolhe em si as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas: Desigualdade educacional e sua dimensão territorial

Minha filha parou de estudar na sétima série, já estava começando a entrar em depressão, aí não quis mais ir de jeito nenhum. Eu, que também tinha parado de estudar, pensei: 'Não posso deixar ela ficar pra trás, os irmãos tão quase terminando.' Aí eu falei vou arrastar ela pra escola, e comecei a estudar junto com ela.

Quem dá início a esta seção é novamente Maria Castelo, cuja fala citada acima nos introduz ao tema. Maria precisou interromper seus estudos no ensino fundamental, pois teve que escolher entre estudar e trabalhar. Vinda de uma família humilde, ela precisava contribuir para o sustento de casa e, por isso, não conseguiu concluir sua formação escolar. Muitos anos depois, sua filha mais nova, que já apresentava sintomas de depressão, também abandonou os estudos ainda no ensino fundamental.

Ciente da importância e do valor de uma formação escolar, ela decidiu retornar à escola junto com a filha:

Aí o que eu fiz? Eu fui primeiro. Aí deixei ela, né? Fui primeiro. Aí comecei na quinta, eu tinha que fazer mais dois anos pra chegar na sétima, pra igualar com ela. Aí consegui, quando eu cheguei na sétima, eu arrastei ela. Mas aí eu falava pro professor, sabe? Ó, de vez em quando eu vou dar uma picada nela, mas não é passando cola, não. Porque ela é muito depressiva, ela não se comunica, só pra ela se sentir segura aqui dentro.

Segundo Maria Castelo, a rotina de deslocamento até a escola, localizada fora de Nova Viçosa, era exaustiva. Ela e a filha saíam de casa de ônibus por volta das 5h30 e só retornavam entre 22h30 e 23h. O problema maior era que seu filho acamado ficava sozinho nesse período, o que gerava grande preocupação:

Quando chovia, eu falava pro professor: não fico na sala, eu tenho que ir embora. Porque eu tinha medo dele. Desde quando ele sofreu o acidente, nunca mais ele vestiu uma camisa. Nunca mais. O calor dele é fora do normal. Aí eu falava pro professor. E se der um apagão faltar luz na rua? Como é que eu vou fazer? Eu meti o pé.

Debaixo de enxurrada, não esperava nem o ônibus. A gente corria até no centro da cidade, até perto do Sacolão Center, porque é ali que passa o ônibus que vem pra Nova Viçosa. Às vezes, o horário era de 21h e pouca, não tinha mais Nova Viçosa. Aí tinha que vir correndo até o centro, pegar o ônibus e chegar lá.

Como mãe, ela precisou encontrar muita força dentro de si mesma para seguir em frente:

Falei, ai meu Deus, não tô aguentando mais não. Tô muito desanimada, tô sem força, não sei de onde tirar mais força, não tô aguentando mais não. Tô surtando. Aí parece que o meu coração

falou assim: não para, continua. A luta vem, mas a vitória que você vai conseguir vai ser maior ainda. Tá difícil agora, mas você vai.

O esforço para manter-se na escola, mesmo diante da necessidade de cuidar dos filhos e de lidar com limitações estruturais do transporte público, evidencia que, para muitas mulheres negras periféricas, estudar não é apenas um desafio cognitivo, mas também um custo emocional e físico intenso. A atitude de apoiar a filha e estudar junto revela a potência da maternidade, que atua como força de resistência em meio ao caos e às desigualdades estruturais. Esse exemplo ressalta a importância de uma educação de qualidade para a população negra periférica, historicamente negada a esse direito.

Como aponta bell hooks (1994), a educação é um ato político e é uma ferramenta essencial para a emancipação feminina, pois promove o pensamento crítico e permite às mulheres reconhecerem as diversas formas de opressão a que estão submetidas. O conhecimento se apresenta, assim, como caminho de consciência sobre si mesmas, sobre o mundo e sobre as injustiças sociais que atravessam suas vidas. Esse despertar, contudo, incomoda a elite, historicamente acostumada a ser servida por pessoas pobres e negras, revelando a persistência de uma mentalidade escravocrata: o pobre, e especialmente o negro, não deve aprender; deve apenas trabalhar.

É nesse contexto que se insere o relato de Maria de Frade, uma das mulheres negras periféricas que, ao longo de suas trajetórias, desafiam as estatísticas e os determinismos sociais. Suas vitórias podem até parecer modestas, mas representam exatamente aquilo que dizem que um “filho de preto e de favela” nunca poderia alcançar. Foi, sobretudo, na escola que Maria percebeu o peso que carrega por ser quem é, não apenas por ser mulher negra, mas também por ser moradora de Nova Viçosa.

Eu estudei numa escola aqui na cidade mesmo, né? Não estudei em Nova Viçosa. Aí tinha uma professora que tinha prazer em falar com a gente que morava em Nova Viçosa porque eu e mais alguns estávamos na turma “vocês nunca vão entrar numa faculdade. Os meus filhos estão lá na UFV, formando já.” Ela tinha prazer em falar isso. E tipo assim, estudante que mora em Nova Viçosa já tá numa situação vulnerável, né? Aí tem professor que ainda te deixa pior

ainda e ainda quer falar que o problema é o aluno... isso é complicado.

É interessante notar que quem deveria estimular e incentivar, muitas vezes, acaba menosprezando. Maria de Frade, hoje universitária, frequenta a mesma instituição que os filhos de sua antiga professora. Pelas experiências de Maria Castelo e Maria de Frade, é possível perceber como ambas reconhecem a importância da educação.

A entrevista realizada por Coutinho (2014) com a professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa, Aline Werneck Barbosa de Carvalho, reforça que o perfil das famílias em Nova Viçosa sempre evidenciou desigualdades estruturais profundas, especialmente no que diz respeito à organização familiar, às condições de trabalho e à sobrecarga feminina no cuidado cotidiano.

As famílias lá são mononucleares que eles falam, normalmente são mães que são as chefes das famílias, os filhos a maioria é mais de um pai, às vezes tem o padrasto, mas também ele sai, então a maioria é a mulher que toma conta assim e a maioria lá tem o Bolsa Família. São mães assim que não têm preparo nenhum para o mercado de trabalho, as crianças entram pra creche e o trabalho que a gente faz com elas, tem o artesanato que serve como terapia e tem os cursos para prepará-las para o campo de trabalho. É um ciclo de coisas erradas que não foram quebradas, **muitas das mães delas já foram mães adolescentes, então muito jovens, a família não tinha estrutura nenhuma, muita pobreza, não tem escolarização nenhuma, muito pouca, então sabe escrever o mínimo, não tem compreensão das coisas, a maioria tem baixa autoestima, muitas delas viveram em um ambiente de violência doméstica.** (COUTINHO, 2014, p. 55)

A partir desse retrato, percebe-se que mulheres que vivem em contextos de precarização no âmbito doméstico enfrentam enormes desafios ao se tornarem mães. Nessa condição, torna-se extremamente difícil oferecer aos filhos perspectivas diferentes, sobretudo porque elas próprias muitas vezes desconhecem o que seria uma realidade distinta.

Estar inserida em um contexto tão desigual restringe a percepção de alternativas para além da vida cotidiana e impacta diretamente o percurso educacional dos filhos, influenciando desde a motivação para estudar até a compreensão das próprias possibilidades de mobilidade social. Esse cenário contribui para a perpetuação de um ciclo de desigualdades que se inicia na ausência do Estado e de políticas públicas capazes de garantir dignidade e direito à cidade, repercute na vida das famílias e se transmite de geração em geração.

A manifestação desse fenômeno pode ser observada na pesquisa de Silva (2015), que investigou os impactos educacionais decorrentes da segregação em bairros de Viçosa/MG,

com foco nos estudantes do ensino médio de Nova Viçosa. A diretora da escola municipal entrevistada destacou que:

É muito difícil um aluno terminar o nono ano sem ter nenhuma reprovação. Com o histórico do público que recebemos aqui na escola, não acredito que tenhamos estrutura física e até pedagógica que favoreça a aprendizagem” (in: SILVA, 2015, p. 93).

Segundo Silva (2015), essas condições contribuem para naturalizar a repetência e potencializam a reincidência do fracasso escolar, reforçando o descrédito em relação à própria instituição. Essa situação educacional deve ser compreendida também à luz da segregação socioespacial do bairro, que impõe barreiras estruturais e simbólicas ao acesso à educação de qualidade.

A segregação territorial não é um mero pano de fundo onde a educação acontece; é um componente constitutivo das desigualdades educacionais. O território funciona simultaneamente como recurso e como barreira: configura oportunidades materiais (infraestrutura, transporte, serviços) e produz significados simbólicos (estigma, expectativas sociais) que condicionam trajetórias escolares desde a infância. (Haesbaert, 2006; López, 2008).

O território produz efeitos simbólicos que moldam expectativas, de professores, gestores e coletivos extraescolares, sobre quem “pode” aprender. Essa estigmatização traduz-se em práticas pedagógicas e administrativas que, mesmo sem intenção explícita, reduzem oportunidades (menor investimento afetivo, baixa ambição curricular, naturalização da repetência).

López (2008) lembra que a dimensão cultural-simbólica pesa quase tanto quanto a econômica na configuração dos resultados educacionais; Sarauí (2008) apud SILVA (2015) fala da criação de “dois mundos” urbanos cujas lógicas tornam o acesso a um espaço (e ao que nele se aprende) fortemente condicionado.

O acesso a um e outro espaço está cheio de barreiras físicas e simbólicas que podem se tornar mutuamente excludentes. No entanto, não se trata nem de diferenças nem de exclusões simétricas, mas ambas passam pelo crivo de uma profunda e arraigada desigualdade social. Essa forma particular em que se articulam a diferença, a desigualdade, e a exclusão, transmite conotações específicas e próprias aos processos de segregação urbana e à mesma sociabilidade urbana, e em um segundo nível, aos efeitos desses últimos aspectos sobre a escola (SARAUÍ, 2008, p. 219 apud Silva, 2015, p.88).

Se, de um lado, a experiência escolar já carrega as marcas das desigualdades e das barreiras simbólicas impostas pelo território, de outro, essas mesmas barreiras se intensificam quando o horizonte é ampliado para instituições de maior prestígio social, como a universidade. O distanciamento em relação a esses espaços não é casual, mas consequência direta de um processo histórico de exclusão que naturaliza a ideia de que certos lugares “não são para todos”

O relato de Maria de Maio sobre a Universidade Federal de Viçosa evidencia com clareza essa barreira simbólica e material:

Eu acho que Viçosa e a UFV são dois lugares diferentes, totalmente diferentes. Por exemplo, tem gente em Nova Viçosa que nem conhece a UFV, nunca nem pisou aqui. Eu mesma, na época da escola, nem sabia como funcionava o sistema. Não conhecia a UFV, não sabia como que fazia pra entrar, por exemplo. Isso lá no bairro é muito difícil. É muito difícil ter acesso. A galera de Nova Viçosa não costuma frequentar muito a UFV, não. Pouquíssimas pessoas que eu conheço já formaram aqui.

A distância entre Nova Viçosa e a UFV não é apenas geográfica, mas simbólica e social. Ainda que a universidade esteja localizada no mesmo município, ela permanece fora do horizonte de muitos moradores, que sequer chegam a considerá-la uma possibilidade concreta. A falta de informação sobre o funcionamento do sistema de ingresso, somada ao estigma territorial que marca o bairro, produz um afastamento que não é casual, mas estrutural.

Essa percepção de “dois lugares diferentes” demonstra como as barreiras impostas pela segregação extrapolam os limites da escola básica e alcançam também instituições de prestígio, como a universidade. Assim, o acesso ao ensino superior não é apenas uma questão de mérito individual, mas o resultado de um processo em que o território condiciona expectativas, restringe aspirações e limita o repertório de escolhas possíveis.

Em outras palavras, a fala de Maria de Maio explicita como os moradores de Nova Viçosa vivenciam, em sua vida cotidiana, os efeitos cumulativos das desigualdades

socioespaciais: ainda que circulem pela cidade, certos espaços permanecem inacessíveis, seja por barreiras materiais, seja por barreiras simbólicas.

Nesse sentido, o território opera como um filtro de oportunidades, naturalizando exclusões que, de geração em geração, tornam-se parte do ciclo de reprodução da desigualdade. Nesse entrelaçamento entre segregação, território e educação, a própria experiência escolar evidencia sua face territorial: a desigualdade educacional não se reduz à falta de recursos ou à metodologia pedagógica, mas reflete a configuração social e espacial em que se insere.

Como defende Silva (2015) garantir uma educação de qualidade exige compreender e enfrentar um dos grandes desafios a ela colocados: a articulação entre a dimensão educacional, social e espacial, mostrando como o território e a posição social dos estudantes moldam suas oportunidades de aprendizagem, condicionam expectativas e estruturam trajetórias de mobilidade social.

5.5 Quem tem o ‘privilegio’ da servidão e da morte? Reflexões sobre o acesso à saúde na pandemia e no cenário pós-pandêmico

A articulação entre a sobrecarga da divisão sexual e racial do trabalho e as desigualdades urbanas manifesta-se de forma concreta no acesso à saúde, especialmente na vida das mulheres negras. Para compreender essas dinâmicas, podemos analisá-las de forma mais ampla e, ao mesmo tempo, na microescala, a partir das experiências de algumas das Marias de Nova Viçosa, que revelam as entranhas e nuances problemáticas desse contexto.

Nesse sentido, a reflexão teórica é crucial: para Simone de Beauvoir (1949), a mulher é o Outro, nunca o sujeito pleno de si, mas uma identidade construída em função de um padrão masculino, branco e dominante. Grada Kilomba (2016), ao racializar essa perspectiva, amplia a análise: a mulher negra é o Outro do Outro. Ela não ocupa nem mesmo o lugar secundário que a mulher branca alcança no imaginário hegemônico, estando ainda mais à margem, relegada a um espaço de invisibilidade e funcionalidade.

É nesse ponto que a lógica da colonialidade se impõe com maior força: não basta à mulher negra servir; espera-se que o faça de forma silenciosa, disponível e grata, como se tal submissão fosse intrínseca à sua própria essência. No caso de Maria de Quipá, essa realidade

se materializa de forma concreta nas experiências de sua mãe, que enfrentou jornadas extenuantes e precariedade no transporte coletivo, agravadas pelo contexto da pandemia de COVID-19.

A mãe de Maria de Quipá não integra o grupo das nove Marias entrevistadas diretamente nesta pesquisa, mas sua experiência revela-se relevante ao ser narrada por meio das memórias e relatos da filha. Por isso, será aqui referida como Maria Firmina. Trabalhadora doméstica fixa em uma residência localizada na região central de Viçosa, nas proximidades da Avenida Santa Rita, Maria Firmina depende do transporte coletivo para se deslocar diariamente, custo esse arcado por seus empregadores.

Durante a pandemia de COVID-19, segundo relato de Maria da Quipá, intensificaram-se as contradições em torno da mobilidade, do trabalho e do cuidado. Mesmo diante do elevado risco sanitário, Maria Firmina não teve a opção de permanecer em casa. Foi obrigada a continuar trabalhando, utilizando um transporte coletivo com horários reduzidos e circulação limitada, enquanto seus empregadores permaneciam em isolamento seguro dentro de suas residências.

Aí eles ficaram em casa, mas disseram pra ela continuar trabalhando, e ela continuou, né? Indo de ônibus, às vezes até a pé na ida, mas sempre voltando de ônibus, correndo risco.

Neste período, o patrão de Maria Firmina foi infectado com Covid, assim como sua família, e, na sequência, Maria também acabou sendo contaminada.

A minha mãe só foi contaminada porque ela pegou dele. Aí ele pegou, passou pra mulher dele, da mulher passou pras filhas, e das filhas, passou pra minha mãe. Aí ela conversou com eles pra poder ficar em casa. Naquela época... eu só olhava assim e pensava: nossa, meu irmão ficou pra morrer. Ele virou pra mim e disse: 'Nossa, eu não sei o que vai ser de mim se eu perder a mãe.' E eu falei com ele: 'Ué, você vai ter eu, né? Vai ser eu com você, você comigo, Deus por nós todos... porque o bicho tava pegando

No entanto, devido à condição financeira precária da família de Maria da Quipá, ela precisou conversar com os patrões de sua mãe sobre os custos que estavam enfrentando por conta da contaminação. Isso porque sua mãe ficou acamada e em estado grave, além de que esse período coincidiu com o ápice da pandemia de Covid-19, no ano de 2020.

Aí, quando ela pegou, ela parou. Eles foram obrigados a liberá-la. Aí eu sentei e falei, sem rodeio: “Ó, vocês sabem, né? Porque vocês têm condição, não é como lá em casa. Lá em casa não tem como arcar com remédio caro. Lá em casa é... como se diz... tem que falar, mas essa frase fica dramática demais, parece diminuir a gente. Não é questão de diminuir o que a gente vive, mas é que nem eu falei, se você parar pra comparar a sua situação financeira com a nossa, a sua ganha, dez vezes mais que a nossa.

A pandemia de COVID-19 evidenciou de maneira contundente as desigualdades estruturais presentes no mercado de trabalho, ao revelar como o trabalho doméstico e de cuidados está profundamente enraizado na divisão social, sexual e racial do trabalho.

Maria da Quipá: Tem gente que acha que a gente tem que trabalhar de qualquer jeito, de qualquer forma, em qualquer condição, ganhar pouco, mas pra eles a gente tem que ir, tem que tá lá. Eu sempre digo, sabe? “Ah, a escravidão já acabou faz tempo”.

Enquanto no período colonial as mulheres negras eram punidas severamente, inclusive com a morte, por desobedecerem às mulheres brancas da Casa Grande, na contemporaneidade elas enfrentaram a fome e o risco de contaminação pela COVID-19, já que precisaram continuar trabalhando para garantir sua sobrevivência (Nogueira e Passos, 2020).

Eu acho que não precisava da minha mãe ter passado por tudo isso, se você pensar, nem precisava dela ter ido trabalhar, tava todo mundo em casa. Será que eles não podiam fazer a limpeza deles mesmo? Não precisava tanto dela assim.

Importante destacar que a Sociedade Brasileira de Infectologia emitiu uma nota reforçando a necessidade do isolamento social e das medidas restritivas, ressaltando que os profissionais de saúde estavam trabalhando arduamente para minimizar a disseminação do vírus e cuidar daqueles que foram contaminados (Nogueira e Passos, 2020).

Você (patrão) é dono de posto de gasolina, não pega fila pra ir no médico. Você tem dinheiro igual água, que toda hora tem. Então eu disse pra ele: “Você sabe qual é a sua situação financeira? E eu nem tô falando só de dinheiro, não. Porque se você adoecer, pode alugar um quarto, ficar no hospital, ficar isolado, só o seu Deus, a doença, e quem for cuidar.” Ela (Maria Firmina), se der sorte, abre o olho amanhã, mas se não... a gente nem sabe. Aí você vai arcar com o funeral dela. Como é que vai ficar a situação?

Como afirmam Nogueira e Passos (2020, p. 7), “afinal, quem é que tem o 'privilégio' da servidão e da morte? A resposta é simples e objetiva: a classe trabalhadora, em especial as mulheres negras e suas famílias.” O termo "privilégio", aqui, é intencionalmente subvertido para evidenciar a ironia histórica de quem sempre esteve na base da pirâmide social. Essa provocação, longe de ser apenas retórica, escancara a perversidade de um sistema que naturaliza o sofrimento de determinados corpos e territórios.

Avançando para o período pós-pandemia, é possível observar como as desigualdades estruturais no acesso à saúde persistem, a partir de casos concretos como o de Maria Castelo, em relação às suas experiências maternas compartilhadas com o sistema de saúde do bairro e da cidade.

Maria Castelo, mãe de três filhos, sendo uma filha com depressão e um filho adotivo acamado e paraplégico, que reside com ela, enfrenta uma rotina marcada pela sobrecarga do trabalho de cuidado e pela precariedade econômica. Desempregada e portadora de lúpus, ela é a única responsável pelo cuidado do lar e pela assistência integral aos filhos.

Apesar de relatar que não se desloca muito pela cidade, os trajetos até hospitais, unidades de saúde, bancos e, ocasionalmente, para compras, constituem momentos críticos de sua rotina. No entanto, Maria Castelo observa que grande parte de suas necessidades básicas

é suprida por cestas básicas fornecidas por programas sociais, reduzindo a frequência de deslocamentos.

Em relação ao filho acamado, Maria Castelo realiza todos os cuidados de higiene e alimentação. Ela relata:

Ele é muito pesado, e eu preciso ficar mudando ele de posição pra dar banho, arrumar, essas coisas... Eu que faço tudo. O problema é que eu não tenho muita força nas pernas, então acaba ficando muito difícil mesmo.

Em relação ao acompanhamento médico pelo SUS, Maria Castelo diz de forma bem direta:

Eu já pedi ajuda na prefeitura, falei com político, tentei ver se pelo menos vinha uma fisioterapeuta aqui em casa. Teve um tempo que veio enfermeira e fisioterapeuta, vieram umas três vezes só, depois sumiu. Aí quando eu fui reclamar na prefeitura, disseram que não podiam continuar vindo porque não tinham profissionais suficientes pra atender todo mundo.

De acordo com o relato de Maria Castelo, o acesso a insumos básicos para o cuidado do filho, como gaze, álcool e outros materiais de higiene, revela fragilidades significativas no sistema de saúde local. Ela informa que, inicialmente, dirige-se ao PSF do bairro, que conta com uma farmácia gratuita; no entanto, frequentemente não encontra nem mesmo os itens essenciais disponíveis.

Nesses casos, Maria Castelo é encaminhada para a policlínica, localizada a aproximadamente 4 km do bairro, trajeto que, a pé, levaria cerca de 54 minutos e, de ônibus, entre 20 e 30 minutos, segundo cálculo do *Google Maps*. Essa alternância entre serviços, sem resolução efetiva de suas necessidades, evidencia a precariedade do atendimento e a ausência de articulação entre os diferentes níveis de atenção à saúde, impondo à população periférica dificuldades adicionais na garantia de cuidados básicos.

Ela relata ainda a necessidade urgente de uma cirurgia em um dos joelhos, que, segundo ela, seria realizada pelo SUS em outra cidade. No entanto, vem postergando o

procedimento por não ter quem cuide de seus filhos e do lar durante sua ausência. Além dos filhos, reside com o irmão, que é dependente de álcool. De acordo com ela, diante da ausência de qualquer apoio, seja do poder público, seja de familiares ou conhecidos, precisa conviver com dores constantes e com o risco de perder totalmente a mobilidade de uma perna.

Observa-se, também, a partir do caso de Maria Castelo, como a localização da moradia é determinante: a proximidade de um PSF nas redondezas contribui positivamente, mas ainda se mostra insuficiente, exigindo aprimoramento na oferta e na organização dos serviços de saúde para atender adequadamente a população periférica.

A esse respeito, foi relatado por Maria Mandacaru, Maria Castelo e Maria Flor, que, embora o PSF não seja destinado a atender casos extremos, ele disponibiliza apenas 10 fichas diárias para atendimentos médicos. Tal limitação obriga os moradores a chegarem ainda de madrugada para garantir lugar na fila; caso as fichas se esgotem, é necessário retornar no dia seguinte e tentar novamente.

Apenas em situações de urgência grave são atendidos fora dessa regra. A questão que se impõe, entretanto, é que a oferta de apenas 10 fichas diárias se mostra extremamente insuficiente, considerando que o bairro possui mais de 5 mil moradores. Essa realidade contemporânea, marcada pela precariedade no acesso à saúde, pode ser compreendida à luz de processos históricos de exclusão.

No período escravocrata, a saúde dos negros era completamente subordinada aos interesses econômicos dos senhores, refletindo-se em condições de trabalho extremamente precárias e insalubres. A sobrecarga física, aliada à exposição a ambientes insalubres, elevava significativamente os índices de adoecimento, enquanto os ferimentos decorrentes de castigos físicos e maus-tratos muitas vezes não recebiam qualquer cuidado. Doenças eram tratadas apenas na medida em que o escravizado pudesse permanecer produtivo, e a vida desses indivíduos era desvalorizada, evidenciando uma lógica de violência estrutural que unia exploração laboral e negação sistemática de cuidados básicos à saúde.

Observa-se que essa lógica de precarização persiste, embora em formas contemporâneas. Por exemplo, estudos nacionais indicam que essa população apresenta vulnerabilidades epidemiológicas e sociais que dificultam significativamente o acesso aos

serviços de saúde, relacionando essas dificuldades a processos de estigmatização racial, o que compromete a vida e as condições de saúde dos indivíduos. Apesar da escassez de pesquisas que utilizem de forma sistemática a variável raça/cor, algumas evidenciam uma elevada incidência de adoecimento e mortalidade entre pessoas negras. Explicações que se limitam apenas a fatores econômicos acabam, muitas vezes, reproduzindo discursos racistas, ao desconsiderar a dimensão histórica e social das desigualdades raciais (Carneiro, 2020).

Nesse sentido, raça/cor deve ser compreendida não como categoria biológica, mas como categoria social, carregada de significados históricos e culturais, constituindo um determinante crucial da falta de equidade no acesso à saúde. No caso específico das mulheres negras periféricas, Carneiro (2020) aponta que os principais obstáculos ao acesso estão relacionados à discriminação e à violência no interior dos serviços de saúde.

O relato de Maria Castelo ilustra concretamente essa realidade: ela conta que, em uma discussão familiar, seus filhos a criticaram, afirmando que ela não seria uma boa mãe. Já exausta por assumir sozinha o papel de pilar da família, Maria decidiu se mudar para o Rio de Janeiro. Durante sua estadia na nova cidade, seu filho sofreu um acidente de moto que resultou em paraplegia. Maria relata que, para tentar evitar situações de risco, costumava esconder a chave da moto do filho, especialmente à noite.

No entanto, após o acidente, quando buscou apoio psicológico, foi responsabilizada pela situação: a psicóloga alegou que Maria deveria ter permanecido em casa, atribuindo-lhe a culpa pelo ocorrido. Esse episódio evidencia como as mulheres negras periféricas enfrentam não apenas riscos materiais e estruturais no cotidiano, mas também pressões e julgamentos morais que reforçam sua vulnerabilidade social.

Dado o exposto, evidencia-se que a sobrecarga de cuidado, quando articulada à condição de mulher negra periférica, ou seja, à interseção entre gênero, raça e território, resulta em uma precarização persistente do acesso à saúde. No passado, as mulheres que viviam em Nova Viçosa percorriam longas distâncias, muitas vezes a pé, para ter acesso a serviços médicos básicos; enfrentavam barreiras físicas e estruturais que dificultavam a simples obtenção de cuidados essenciais.

Hoje, embora algumas condições urbanas tenham se modificado, essa realidade persiste de formas renovadas: a oferta insuficiente de serviços, a precariedade de

equipamentos de saúde e a falta de suporte social continuam a recair de maneira desproporcional sobre mulheres provenientes de territórios historicamente segregados, marcados por desigualdades desde a fundação do bairro.

Faltam cuidados médicos adequados, suporte social efetivo e condições dignas de vida, enquanto aqueles que deveriam garantir seus direitos permanecem, muitas vezes, impunes. À margem de políticas públicas eficazes, mulheres como estas, e tantas outras espalhadas pelo território nacional, enfrentam diariamente os efeitos das desigualdades estruturais, frequentemente sem compreender plenamente suas origens ou os mecanismos que perpetuam essa exclusão.

Por fim, o encerramento deste capítulo, não se organiza a partir de um tópico conclusivo tradicional, voltado à síntese ou ao fechamento definitivo das reflexões desenvolvidas. Tal ausência não configura uma lacuna metodológica, mas uma escolha consciente e coerente com o objeto investigado e com a perspectiva analítica que orientou todo o trabalho. Não há um “final” possível quando se trata da produção desigual do espaço urbano e de seu entrelaçamento com desigualdades interseccionais nas experiências cotidianas das mulheres em Nova Viçosa. As dinâmicas analisadas permanecem em curso, reatualizando-se continuamente sob novas formas, ritmos e roupagens.

Elas continuam a erguer a voz, incansavelmente, dizendo: **Nós Ainda Estamos Aqui.**

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: NA VOZ DE MINHA FILHA SE FARÁ OUVIR A RESSONÂNCIA. O ECO DA VIDA-LIBERDADE

Nos momentos finais desta dissertação, foram se intensificando inquietações, incômodos e impressões de indignação que, ao longo dos dois anos de pesquisa, emergiram de forma mais difusa. Aqui, apresenta-se uma reflexão que, embora possa assumir o tom de crítica, não se configura como tal no sentido pejorativo; trata-se, antes, de um alerta cuidadoso a quem lê — pesquisadores ou não — sobre os caminhos e escolhas que a investigação implica.

Torna-se necessário reconhecer que diferentes pesquisas podem produzir leituras distintas sobre um mesmo território. Enquanto algumas abordagens enfatizam dimensões percebidas como mais harmoniosas da vida urbana, esta investigação opta por explicitar

tensões e desigualdades estruturais. Essas diferenças não indicam contradições insolúveis, mas refletem que toda pesquisa mobiliza formas específicas de acesso, escuta e interpretação, historicamente e socialmente situadas.

Se fizermos uma observação minuciosa de relatos inseridos nas mais diversas produções acadêmicas sobre Nova Viçosa, podemos colocar lado a lado diferentes informações e perceber que coexistem narrativas que apontam pertencimento, estabilidade e segurança, enquanto outras, como nesta pesquisa, evidenciam insegurança, estigmatização territorial e racial, sobrecarga feminina e desigualdades cotidianas. Essa coexistência não implica a existência de uma verdade única, nem autoriza a leitura dessas experiências como versões mutuamente excludentes. Pelo contrário, indica a complexidade do território e a necessidade de situar cada narrativa em suas condições de produção.

O alerta central reside justamente em não colocar essas narrativas “na mesma balança”, tratando-as como se fossem “pontos de vista” entre os quais se pudesse escolher: qual lado aprofundar ou com qual verdade se identificar. Essas não são opções possíveis, nem éticas. Como adverte Villaça (2012), é preciso cautela diante das verdades, pois não é raro que uma delas seja mobilizada para obscurecer outra. Reconhecer essa dinâmica impede simplificações e reforça que a comparação entre pesquisas exige atenção aos recortes analíticos, aos métodos empregados e às posições sociais de quem investiga. Ignorar essas dimensões pode produzir hierarquizações implícitas entre narrativas e obscurecer a densidade das experiências relatadas.

Nesse horizonte, as entrevistas realizadas nesta pesquisa não constituíram um espaço neutro de coleta de informações, mas encontros atravessados por relações de reconhecimento, confiança e partilha. A posição social da pesquisadora integra esse processo. Entrevistas conduzidas por uma mulher negra com mulheres negras mobilizam formas específicas de interlocução que podem influenciar a profundidade do diálogo. Determinadas perguntas emergem de experiências encarnadas, atravessadas por discriminação racial, barreiras sistêmicas, representação, saúde mental, validação da fala, afetividade e segurança — produzindo deslocamentos analíticos que dificilmente se configurariam da mesma forma em outras condições de enunciação. Trata-se de reconhecer que experiências situadas moldam a escuta, sem transformar essa constatação em essencialismo identitário.

As experiências das nove mulheres entrevistadas não definem Nova Viçosa em sua totalidade, mas tampouco podem ser reduzidas a opiniões isoladas. Elas expressam vivências situadas que revelam dimensões estruturais do território. A dororidade, evocada a partir da primeira entrevista, operou como ponte de confiança, permitindo que experiências difíceis fossem compartilhadas sem romper o compromisso metodológico. Nesse sentido, retoma-se aqui a primeira entrevista realizada, não apenas por sua centralidade no percurso da pesquisa — já contextualizada no Capítulo 4 —, mas porque nela se evidenciou uma conexão que ultrapassou a dimensão técnica do encontro. Conectar pela dor dói. Dororidade é a dor que só o preto sente. Esse reconhecimento não significou a suspensão da postura investigativa, mas a afirmação de uma escuta construída a partir da partilha de experiências.

A partir desse primeiro encontro, tornaram-se evidentes dificuldades relacionadas à forma de acessar e nomear as desigualdades percebidas no território. Foi justamente essa tensão inicial que impulsionou a busca por caminhos metodológicos capazes de ampliar a escuta nas entrevistas seguintes. Nesse movimento, ecoa a reflexão de Patrícia Hill Collins ao afirmar: “Foi minha mãe que me ensinou a fazer as perguntas certas e todos nós que tentamos fazer o que chamamos de pesquisa acadêmica sabemos que fazer as perguntas certas é a parte mais importante do processo” (Collins, 2019, p. 90).

A pesquisadora não se desconectou de suas próprias vivências; ao contrário, foram elas que possibilitaram trabalhar em horizontalidade com a investigação. Nesse sentido, esse movimento de escuta foi testado junto à sua mãe, mulher negra, que estudou até o oitavo ano do ensino fundamental e atualmente trabalha como cozinheira em uma escola. Assim como algumas das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, ela precisou, em determinado momento, optar entre estudo e trabalho. Filha de pais negros, trabalhadores rurais e analfabetos, sua trajetória evidencia que o conhecimento não se restringe ao espaço acadêmico formal. Ela produz saber e contribuiu, de forma concreta, para a elaboração das estratégias que orientaram esta investigação. Reconhecer essa participação significa afirmar que a produção de conhecimento também se constrói a partir de experiências historicamente situadas.

Desse processo emergiu o refinamento do percurso metodológico, que culminou na adoção da foto elicitação como estratégia central. A apresentação de imagens, relacionadas tanto à infraestrutura urbana quanto ao trabalho de cuidado, às relações familiares e às sensações vinculadas ao ser mulher e circular pela cidade, estimulou reflexões que

ultrapassaram respostas imediatas. As interlocutoras passaram a identificar precariedades, percepções de segurança e insegurança, violência urbana, qualidade ambiental e dimensões afetivas do cotidiano que dificilmente emergiriam por meio de perguntas diretas.

Esse deslocamento metodológico permitiu que as entrevistas avançassem para além das questões estritamente ligadas à infraestrutura urbana, incorporando dimensões posteriormente abordadas no Capítulo 5: experiências cotidianas atravessadas por desigualdades domésticas, relatos dolorosos, memórias difíceis e momentos de emoção — choro, riso, desabafo, e, por vezes, o medo de dizer ou a vergonha associada a determinadas vivências. A dororidade operou como ponte para a construção de confiança, possibilitando que barreiras inicialmente presentes fossem gradualmente atravessadas.

Nesse quadro, compreende-se o caráter dos relatos reunidos nesta pesquisa. O fato de emergirem majoritariamente narrativas que enfatizam desigualdades territoriais, em vez de descrições predominantemente harmoniosas, não se reduz a uma simples diferença de “pontos de vista” sobre o bairro. Esse predomínio revela o tipo de escuta mobilizada, as perguntas formuladas e as condições de interlocução construídas ao longo do processo investigativo. Em outras palavras, certos aspectos do território tornam-se mais visíveis quando interrogados a partir de experiências situadas.

Para fechar essa reflexão, o que está em jogo é, sobretudo, o lugar de enunciação, isto é, a posição social, racial, de gênero e de classe de quem produz o conhecimento, e como essa localização atravessa as possibilidades de leitura do mundo. Conforme argumentam Figueiredo e Grosfoguel (2009), em diálogo com a crítica de Santiago Castro-Gómez (2003) à epistemologia do “ponto zero”, a tradição científica ocidental construiu historicamente a imagem de um sujeito universal, neutro e deslocalizado, capaz de falar como se estivesse fora das relações de poder que o constituem. Esse suposto ponto de vista universal, ao ocultar sua própria posição, transforma-se em medida implícita de legitimidade do conhecimento, relegando outras localizações epistêmicas à condição de perspectivas “particulares” ou “parciais”.

Mobilizar a noção de posicionalidade, portanto, não significa reivindicar privilégio identitário nem reduzir o conhecimento a opiniões individuais. Reconhecer essa dimensão não enfraquece o rigor metodológico; ao contrário, torna explícitas as condições sob as quais

o conhecimento é produzido. Nesse sentido, determinadas questões só se tornam plenamente visíveis quando formuladas a partir de vivências específicas. Ao assumir essa dimensão, a pesquisa não abdica do rigor; ao contrário, fortalece-o ao tornar visíveis suas condições de produção.

Ainda em relação às entrevistas, agora avançando para a discussão das limitações vinculadas à metodologia e ao percurso metodológico adotado, cabe destacar, de modo particular, o processo de realização das entrevistas, estruturado a partir do método inicialmente escolhido: a amostragem em bola de neve. Seu funcionamento não ocorreu conforme o esperado. A dificuldade não esteve na identificação das “sementes”, mas na indicação de novas participantes pelas interlocutoras já entrevistadas. Observou-se que essa limitação não se relacionava à complexidade ou ao cansaço provocado pelas entrevistas, mas ao receio de expor a vivência de outras mulheres do bairro, o que acabou restringindo a expansão da rede de indicações.

Diante disso, foi necessário buscar caminhos complementares para a aproximação com novas interlocutoras. Um desses caminhos foi a inserção no projeto Rehabitar (DAU/UFV), anteriormente mencionado. A participação nesse projeto possibilitou o contato com mulheres que já mantinham uma relação de confiança com a equipe, favorecendo a abertura para a realização das entrevistas. Além disso, as visitas em campo permitiram observar, com sensibilidade, se a abordagem seria viável e de que forma a entrevista poderia ser conduzida, mais aprofundada ou mais breve, respeitando o perfil, o tempo e a disposição de cada interlocutora. Esse cuidado não teve como objetivo selecionar quem “se encaixaria” na pesquisa, mas garantir uma escuta ética e situada.

Outro ponto relevante refere-se ao tamanho da amostra. As nove entrevistas realizadas não pretendem definir a totalidade da realidade de Nova Viçosa, mas possibilitar sua compreensão a partir de experiências localizadas. A eficácia de um trabalho acadêmico não se mede pelo número de entrevistas, mas pela consistência metodológica, pela profundidade analítica e pela capacidade de responder às questões de pesquisa. Nesse sentido, o foco esteve nas experiências de mulheres negras, ainda que uma mulher branca tenha sido entrevistada em razão do próprio fluxo do método de indicação, o que não compromete o recorte analítico adotado.

A presença dessa interlocutora evidencia, inclusive, a importância de reconhecer que a experiência urbana é atravessada por marcadores sociais distintos. Como discute Joice Berth, as mulheres negras historicamente ocupam posições de subalternização vinculadas a estruturas que naturalizam determinados lugares sociais, especialmente associados ao trabalho braçal e ao serviço.

Patricia Hill Collins (1990 [2019]), ao tratar das interseções entre raça, gênero e classe, ressalta que experiências urbanas não se distribuem de forma homogênea: a vivência de mulheres brancas periféricas, por exemplo, não se confunde com a de mulheres negras que habitam os mesmos territórios. Mesmo em contextos de vulnerabilidade, mulheres brancas tendem a acessar maiores possibilidades de mobilidade social em razão de privilégios historicamente associados à branquitude. Assim, a inclusão dessa interlocutora não dilui o foco da pesquisa, mas reforça a compreensão de que diferentes posicionamentos sociais produzem experiências urbanas distintas.

Ainda há muito a ser feito, tanto no âmbito das políticas públicas quanto no campo da produção de conhecimento. Compreende-se que esta pesquisa não esgota as possibilidades de análise sobre Nova Viçosa, mas, ao contrário, abre caminhos para investigações futuras. Entre eles, destacam-se estudos sobre a feminização da pobreza no bairro; a relação entre espaços de lazer e o trabalho de cuidado realizado pelas mulheres; as experiências de mães solo diante dos desafios da mobilidade urbana; e a questão da moradia, especialmente no que se refere à persistência de condições de precariedade habitacional.

Somam-se a esses percursos investigações sobre racismo ambiental em Viçosa, com ênfase em Nova Viçosa, articuladas a análises de vulnerabilidade socioambiental e de áreas de risco. Embora já existam dados e pesquisas sobre esses aspectos, ainda é incipiente sua articulação com a dimensão racial, o que aponta para a necessidade de abordagens que integrem território, ambiente e desigualdade estrutural.

Outro desdobramento relevante refere-se ao aprofundamento de análises sobre o período pandêmico da COVID-19 e seus impactos nas dinâmicas cotidianas do bairro. Investigações dessa natureza poderiam evidenciar de que modo mulheres de Nova Viçosa, especialmente trabalhadoras domésticas, mães e mães solo, enfrentaram sobrecargas de trabalho, insegurança econômica e desafios relacionados ao cuidado e à mobilidade. Tal

enfoque permitiria compreender como crises sanitárias e sociais tendem a intensificar desigualdades já existentes, revelando a centralidade do gênero, da raça e da classe na organização da vida urbana.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O Que É Interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, Natália Carolina. “**Memória Do Cantinho**”: formação da periferia urbana de Viçosa – MG. *Contemporâneos – Revista de História Contemporânea*, n. 2, mai./ out. 2008. Disponível em: <https://revistacontemporaneos.com.br/n2/pdf/memoriacantinho.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

BARTOLOMÉ, Alberto Miguel. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 39–68, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132006000100002>. Acesso em:

BENTO, Cida. **O Pacto Da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERTH, Joice. **Se A Cidade Fosse Nossa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer O Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, 2020.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, Favela E Periferia: A Longa Busca Da Cidadania**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

CASTRO-GOMEZ, Santiago. **La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750- 1816)**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2003. In: FIGUEIREDO, Ângela; GROSGOUEL, Ramón. **Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário**. *Revista COC. e Cult.*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2009.

COELHO, Dayana Debossan. **Da Fazenda Ao Bairro: A Construção De Uma Nova Viçosa (1970-2000)**. 2013. Orientadora: Maria Isabel de Jesus Chrysostomo. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2013.

COELHO, Dayana Debossan; CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. **Estratégias Imobiliárias E A Construção Do “Mito” Do Pai Dos Pobres Na Produção Dos Bairros Periféricos De Amoras E Nova Viçosa (1970-1990)**. *RAEGA, O Espaço Geográfico em Análise*, v. 33, p. 277-306, 2015.

COELHO, Dayana Debossan. **Deslocamentos, Mobilidades E Temporalidade Da Espera: O Território De Nova Viçosa, Viçosa (Mg) Entre 1970-2000**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2024.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). **Reflexões E Práticas De Transformação Feminista**. São Paulo: SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2015. p. 95-96.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo Com A *outsider within*: A Significação Sociológica Do Pensamento Feminista Negro**. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-121, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 jan. 2026.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3. Ed. São Paulo, Editora Ática, 1995.

COUTINHO, Pablo Campos. **Nova Viçosa Foi A Gente Quem Fez**. Viçosa-MG: Curso de Comunicação Social – Jornalismo, 2014.

COSTA, Duane Brasil; AZEVEDO, Uly Castro de. **Das Senzalas Às Favelas: Por Onde Vive A População Negra Brasileira**. *Socializando*: ano 3 · nº1 · Jul. · p. 145-154 · 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento Para O Encontro De Especialistas Em Aspectos Da Discriminação Racial Relativa Ao Gênero**. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color**. *Stanford Law Review*, v. 43, p. 1241-1299, jul. 1991. In: ALBERTSON FINEMAN, Martha; MYKITIUK, Roxanne (eds.). **The Public Nature Of Private Violence**. New York: Routledge, 1994, p. 93-118.

CRUZ, T. et al. **Retrato Social De Viçosa Iv**. CENSUS: Viçosa – MG, 2012.

CRUZ, Taís Souza da. **Pimentas Na Periferia Metropolitana**: reflexões acerca do estigma territorial e de duas contradições. 2022 Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça E Classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DIAS, Adelaide Luiza Novaes; SANTOS, Janaina Matoso; CARVALHO, Aline W. Barbosa de; FARIA, Teresa Cristina de Almeida. **Estudo comparativo do processo de ocupação irregular do solo urbano nas áreas centrais e periféricas**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2011. Relatório de Iniciação Científica.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Brasil E Regiões: A Inserção Da População Negra No Mercado De Trabalho** [infográfico]. São Paulo: DIEESE, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2024/conscienciaNegraInfo.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2026.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância L.; NUNES, Isabela R. (org.). **Escrivivência - A Escrita De Nós: Reflexões Sobre A Obra De Conceição Evaristo**, Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Disponível em: <https://fundacaoitau.org.br/observatorio/biblioteca/escrivivencia-a-escrita-de-nos-reflexoes-sobre-a-obra-de-conceicao-evaristo>. Acesso em: set. 2025.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FILHO, Reinaldo Antônio Bastos; PINTO, Neide Maria de Almeida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; REZENDE, Dimitri Fazito de Almeida. **A Elaboração De Um Índice De Segregação Socioespacial Como Ferramenta De Gestão E Análise Do Espaço Urbano De Viçosa, Mg**. Interações, Campo Grande, v. 20, n. 3, p. 707–723, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/LWfYnxfkzQCp6jVtvL3bKZC/?lang=pt> Acesso em: ago. 2025.

FIGUEIREDO, Ângela; GROSGOUEL, Ramón. **Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário**. Revista COC. e Cult., Goiânia, v. 12, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2009.

FREUD, Sigmund. Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna. In: FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira Das Obras Psicológicas Completas De Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 9, p. 165-186. (Trabalho original publicado em 1909).

GÓES, Eda Maria; MELAZZO, Everaldo Santos. **Metodologia De Pesquisa Em Estudos Urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2022.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**. Tradução: Mathias Lambert, v.4, 1988.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar De Negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **A Importância Da Organização Da Mulher Negra No Processo De Transformação Social**. *Jornal Raça & Classe*, Brasília, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Por Um Feminismo Afro Latino Americano**. Zahar, 2020.

HAESBAERT, R. **Des-Territorialização E Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói, EDUFF, 1997.

HARDING, Sandra. Is There a Feminist Method? In: HARDING, Sandra (ed.). **Feminism and Methodology**. Bloomington: Indiana University Press, 1987. p. 1-14.

HELENE, Diana. **Gênero E Direito À Cidade A Partir Da Luta Dos Movimentos De Moradia**. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, 2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas Configurações Da Divisão Sexual Do Trabalho**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HOOKS, bell. **Mulheres Negras: Moldando A Teoria Feminista**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, p. 193-210, 2015.

HOOKS, Bell. **erguer A Voz: pensar como feminista, pensar como negra**. tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019

HOOKS, bell. **Tudo Sobre O Amor: novas perspectivas**. São Paulo, Elefante, 2021.

Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Ipea lança dados sobre trabalho doméstico e de cuidados no Brasil, em seminário que marca o Mês da Mulher. *Ipea*, Brasília, 19 mar. 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15668-ipea-lanca-dados-sobre-trabalho-domestico-e-de-cuidados-no-brasil-em-seminario-que-marca-o-mes-da-mulher>. Acesso em: 09 jan. 2026.

JOSÉ, Oiliam. *Indígenas de Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos*. Belo Horizonte: [s.n.], 1965. 217 p.

JOUFFE, Yves. *Contra o direito à cidade acessível: perversidade de uma reivindicação consensual*. In: SUGRAÑYES, A.; MATHIVET, C. (orgs.). **Cidades Para Todos: Propostas E Experiências Pelo Direito À Cidade**. Santiago: Habitat International Coalition, 2010.

KERN, Leslie. **Cidade Feminista: a luta pelo espaço em um mundo desempenhado por homens**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: episodes of everyday racism**. Berlim: Unrast, 2008.

LIMA, Élcio Ferraz de. **Meio Ambiente E Mudanças Na Paisagem: Contextualização Das Segregações Ambientais No Bairro Nova Viçosa, Minas Gerais**. 2005. 61 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005.

LOPEZ, N. A escola e o bairro. Reflexões sobre o caráter territorial dos processos educacionais nas cidades. In: RIBEIRO, L. C. Q.; KAZTMAN, R. **A Cidade Contra A Escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro, Letra Capital, FAPERJ; Montevideu, IPPES, 2008. p. 33-58.

LORDE, Audre. "There is no hierarchy of oppressions." In: Boletim: **Homofobia e Educação**. Council on Interracial Books for Children, 1983.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos De Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, Legislação E Desigualdade**. Estudos avançados: São Paulo, 2002.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, Legislação E Desigualdade**. *Estudos avançados*, São Paulo, 2003.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades: Alternativas Para A Crise Urbana**. Petrópolis, Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Para Entender A Crise Urbana**. São Paulo, Expressão Popular, 2015.

MELLO, Fernando Antonio Oliveira. **Análise Do Processo De Formação Da Paisagem Urbana Do Município De Viçosa, Minas Gerais**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002.

MOASSAB, Andréia; NAME, Leo. **Por Um Ensino Insurgente Em Arquitetura E Urbanismo**. Foz do Iguaçu, EDUNILA, 2020.

NEVES, Janaize Batalha; GOMES, Adriana de Souza; CAETANO, Márcio Rodrigo Vale. **Mulheres Negras: dororidade, interseccionalidade e vivências cotidianas**. *D'GENERUS: Revista de Estudos Feministas e de Gênero*, Pelotas, v. 01, n. 01, 2022.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia. **A Divisão Sociossexual E Racial Do Trabalho No Cenário De Epidemia Do Covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti**. Caderno CRH: Salvador, v. 33, p. 1-9., 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/ZWKHNKp9Jyxmjngm4SFZsRq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 jan. 2026.

O PASSADO COMPASSADO DE VIÇOSA, RANGEL, José Mário da Silva. **O Passado Compassado De Viçosa: Epítome Histórica Da Velha Santa Rita Do Turvo**. Disponível em: <https://opassadocompassadodevicosa.blogspot.com/2010/11/o-passado-compassado-de-vicosa.html>. Acesso em: 19 set. 2025.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO – Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). **Informativo Observatório Social Do Trabalho** [informativo]. Pelotas: Observatório Social do Trabalho – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, 2019. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/files/2019/11/liv101681_informativo.pdf. Acesso em:

PANTA, Mariana. **População Negra E O Direito À Cidade: Interfaces Entre Raça E Espaço Urbano No Brasil**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 79 – 100, jan/abr. 2020.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017

Prefeitura Condenada A Refazer Toda A Infraestrutura Do Bairro Nova Viçosa. *Folha da Mata*. 29 abr. 2016. Disponível em: <https://www.folhadamata.com.br/prefeitura-condenada-a-refazer-toda-a-infraestrutura-do-bairro-nova-vicosa-1553>. Acesso em: ago. 2025.

QUEIROZ, Angélica. **Amizade Entre Elas**. *Jornal UFG*, Goiânia, 06 jul. 2016. Atualizada em 08 jul. 2016. Disponível em: <https://jornal.ufg.br/n/89938-amizade-entre-elas>. Acesso em:

Rede Brasileira De Pesquisa Em Soberania E Segurança Alimentar E Nutricional. *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN – Insegurança alimentar nos estados*. Brasília: Senado Federal, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2026.

RODRIGUES. A. O. Estigma territorial em foco – cidade simbolicamente dividida e atraso no desenvolvimento. In: **Vi Congresso De Desenvolvimento Social**, 2018, Montes Claros. Anais do VI Congresso de Desenvolvimento Social, 2018. p. 1934 – 1946.

ROLNIK, Raquel. **É Possível Política Urbana Contra A Exclusão?** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 72, p. 53-61, 2002.

SANTOS, Ceres. **Pedagogia das Encruzilhadas, Pesquisa Ativista e Pedagogia da Desobediência: caminhos libertadores para outro fazer educacional**. ComSerto, Revista de comunicação e cultura no seminário. Juazeiro, Bahia, a. 24, v. 15, n.01. 2024. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/comsertoes/article/view/20999>. Acesso em: 10 fev. 2026

SANTOS, Milton. *As cidadanias mutiladas*. In: **O Preconceito**, Julio Lerner Editor, São Paulo, 1996/1997.

SANTOS, Milton. **Por Uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Natália Alves da. **Feminismo Negro E Produção Do Espaço: as ocupações urbanas em uma abordagem interseccional-espacial**. Belo Horizonte, 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

SOUZA, Maressa Fonseca e. **Modos De Vida E Modos De Habitar Em Moradias Autoconstruídas: um estudo nos bairros Nova Viçosa e Posses, em Viçosa – MG**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

VENÂNCIO, Renato P. **Os Últimos Carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 165-181, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01881997000200009>. Acesso em: 07 jan. 2026.

VILLAÇA, Flávio. **São Paulo: Segregação Urbana E Desigualdade**. Estudos avançados: São Paulo, 2011.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões Sobre As Cidades Brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

WACQUANT, Lœic. **A Estigmatização Territorial Na Idade Damarginalidade Avançada.** Sociologia. Departamento de Sociologia –Faculdade de Letras/UP, v..XI, Porto, 2006.